



PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

VERA LÚCIA SILVA DE ALMEIDA OLIVEIRA

**ENSINO DE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E LUGARES DE
MEMÓRIAS – CÁCERES/MT**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO / 2021



VERA LÚCIA SILVA DE ALMEIDA OLIVEIRA

**ENSINO DE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E LUGARES DE
MEMÓRIAS – CÁCERES/MT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regional de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientador: Professor Dr. Otávio Ribeiro Chaves

**CÁCERES/MT
2021**

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

O48e OLIVEIRA, Vera Lúcia Silva de Almeida.
Ensino de História, Educação Patrimonial e Lugares de
Memórias-Cáceres/MT / Vera Lúcia Silva de Almeida
Oliveira - Cáceres, 2021.
116 f.; 30 cm. (ilustrações) Il. color. (sim)

Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu
(Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências
Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato
Grosso, 2021.
Orientador: Otávio Ribeiro Chaves

1. Ensino de História. 2. Patrimônio Cultural. 3. Educação
Patrimonial. 4. Lugares de Memória. I. Vera Lúcia Silva de
Almeida Oliveira. II. Ensino de História, Educação Patrimonial e
Lugares de Memórias-Cáceres/MT: .
CDU 94:37

VERA LÚCIA SILVA DE ALMEIDA OLIVEIRA

**ENSINO DE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E LUGARES DE
MEMÓRIAS – CÁCERES/MT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Mestrado Profissional, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Unidade Regional de Cáceres, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Defesa da Dissertação em 03 de setembro de 2021

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Dr. Otávio Ribeiro Chaves
(UNEMAT) (Orientador).

Professora Dr.^a Eulália Maria Aparecida de Moraes (UNESPAR),
Campo Mourão - PR (avaliadora externa)

Professora Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida (UNEMAT),
Cáceres - MT (avaliadora interna)

Professor Dr. ^o João Ivo Puhl (UNEMAT)
Cáceres – MT (suplente)

APROVADA EM: 03/09/2021



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA -
PROFHISTÓRIA



**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO PROFISSIONAL EM
ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA**

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às 15 horas, ocorreu a Defesa de Dissertação de Mestrado de **VERA LÚCIA SILVA DE ALMEIDA OLIVEIRA** com a produção intitulada **ENSINO DE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E LUGARES DE MEMÓRIAS – CÁCERES/MT**. A defesa ocorreu de forma remota, a distância via google meet. A Comissão Examinadora foi composta por **Profº Drº OTÁVIO RIBEIRO CHAVES/PROFHISTÓRIA - UNEMAT** (Orientador), Cáceres, MT, **Profª Dr.ª Eulália Maria Aparecida de Moraes (UNESPAR/Campo Mourão - PR** (avaliadora externa), **Profª Dr.ª Marli Auxiliadora de Almeida** (PROFHISTÓRIA/UNEMAT), Cáceres - MT (avaliadora interna) e **Profº Drº João Ivo Puhl** (PROFHISTÓRIA/UNEMAT), Cáceres – MT (suplente). Concluída a exposição e a arguição do(a) candidato(a), a Comissão Examinadora considerou o candidato(a) **APROVADA**. Para fazer jus ao título de Mestre em Ensino de História, a versão final da dissertação com os ajustes sugeridos pela Comissão Examinadora deverá ser entregue à Secretaria do ProfHistória no prazo de sessenta dias, a partir da data da defesa. A dissertação e o Produto deverão ser entregues em PDF e uma versão em capa dura. O exemplar definitivo será homologado pelo Conselho do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso, conferindo título de validade nacional ao aprovado. E, para constar, foi lavrada a presente Ata que será assinada pelo(a) presidente da Comissão Examinadora.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. OTÁVIO RIBEIRO CHAVES/PROFHISTÓRIA - UNEMAT (Orientador/
(Presidente da Banca) (Participação a distância)

Profª Dr.ª Eulália Maria Aparecida de Moraes (UNESPAR/Campo Mourão - PR
(avaliadora externa) (Participação a distância)

Prof.ª Dr.ª MARLI AUXILIADORA DE ALMEIDA/PROFHISTÓRIA – UNEMAT
(avaliadora interna) (Participação a distância)

Prof. Dr. JOÃO IVO PUHL/PROFHISTÓRIA - UNEMAT (suplente) (Participação a
distância)

Ao meu companheiro Moisés Ribeiro de Oliveira e aos meus filhos
Vitória e Vicente Bandeira.

Aos meus pais José de Almeida Neto (in memoriam) e Maria
Antonieta da Silva de Almeida, e aos meus irmãos e sobrinhos.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas colaboraram para que esta pesquisa se realizasse e por isso agradeço todo apoio, carinho e companheirismo.

Agradeço em primeiro lugar à minha família, ao meu esposo Moisés e aos meus filhos Vitória e Vicente, à minha mãe Maria Antonieta e aos meus irmãos Izabel, Nelson, Celma, Luiz e Luciano, por me apoiarem, me incentivarem e por compreender minhas ausências durante esse período.

Agradeço de forma especial ao meu orientador Prof. Dr. Otávio Ribeiro Chaves, por compartilhar comigo seu conhecimento, pelas orientações, pela generosidade em me apoiar e compreender minhas fraquezas, por me direcionar no melhor caminho a ser trilhado.

Agradeço aos meus alunos do 8º Ano A e B, por terem aceitado o convite de percorrer comigo este caminho. Aos profissionais da Escola Estadual Ana Maria das Graças de Souza Noronha, que me auxiliaram na pesquisa, em especial à diretora Jane Bellote, à coordenadora Dionila Gomes e à secretária Mery Ellen.

Agradeço de forma especial às minhas amigas Carmelina, Dionila, Edna, Janaina e Maria Zeneide, que torceram por mim desde minha inscrição no PROFHISTÓRIA, entenderam minhas ausências nos encontros de amigas, e por me incentivarem a continuar.

Agradeço às professoras Dr.^a Rachel Tegon de Pinho e Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida e ao professor Ms. Acir Fonseca Montecchi, por me abrirem as portas da Universidade através do Programa PIBID/UNEMAT.

Agradeço à UNEMAT, através do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, a possibilidade de realizar um sonho. Em especial, agradeço aos professores do Mestrado, que nos apresentaram um novo mundo cheio de possibilidades e nos brindaram com seus conhecimentos, nos incentivando a voar cada vez mais alto.

O papel do educador problematizador é proporcionar, com os educandos, as condições em que se dê a superação do conhecimento no nível da doxa pelo verdadeiro conhecimento, o que se dá no nível do logos.

Paulo Freire

RESUMO

A presente dissertação intitulada Ensino de História, Educação Patrimonial e Lugares de Memórias – Cáceres-MT apresenta uma abordagem sobre o Patrimônio Cultural da cidade de Cáceres/MT, através do Ensino de História e da Educação Patrimonial, trazendo para a discussão em sala de aula o patrimônio oficial e o afetivo da cidade, a partir da experiência realizada com os alunos do 8º Ano da Escola Estadual Professora Ana Maria das Graças de Souza Noronha. Neste trabalho demonstramos que é possível despertar o interesse pela História Local através do estudo do cotidiano dos alunos, e ao inserirmos a temática Patrimônio Cultural no Ensino de História da educação básica estaremos educando para o conhecimento, a valorização e preservação da História, da memória e da identidade local e colaborando para que o aluno construa seu próprio conhecimento histórico, além de promover o sentimento de pertencimento. Para realização do trabalho lançamos mão de questionários, oficinas e aulas campo na escola e seu entorno como também no centro histórico da cidade de Cáceres/MT, dando maior visibilidade aos espaços de memórias apontados pelos alunos. Como produto pedagógico desta pesquisa, optamos pela elaboração de uma cartilha sobre o Patrimônio Cultural Local com destaque também aos bens afetivos, contendo também imagens e sugestões de atividades.

Palavras-chave: Ensino de História – Patrimônio Cultural – Educação Patrimonial – Lugares de Memória

ABSTRACT

This dissertation entitled Teaching History, Heritage Education and Places of Memories – Cáceres-MT presents approach on the Cultural Heritage of the city of Cáceres/MT, through History Teaching and Heritage Education, bringing it to the discussion in the classroom the official and affective heritage of the city, based on the experience carried out with the 8th grade students of the Teacher Ana Maria das Graças de Souza Noronha State School. In this work we demonstrate that it is possible to arouse interest in Local History through the study of students' daily lives, and by inserting the theme Cultural Heritage in Basic Education History Teaching, we will be educating for the knowledge, appreciation and preservation of History, memory and of local identity and helping students to build their own historical knowledge, in addition to promoting a sense of belonging. To carry out the work, we used questionnaires, workshops and field classes at the school and its surroundings, as well as in the historic center of the city of Cáceres/MT, giving greater visibility to the spaces of memories pointed out by the students. As a pedagogical product of this research, we chose to prepare a booklet on Local Cultural Heritage with emphasis also on affective assets, also containing images and suggestions for activities.

Keywords: History Teaching –Cultural Heritage - Heritage Education - Places of Memory

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do município	46
Figura2: Plano Ortogonal	47
Figura3: Antiga Igreja Matriz.....	49
Figura4: Catedral São Luís	50
Figura5: Lugares de Memórias na Cidade.....	62
Figura6: Localização Escola/Bairros.....	65
Figura7: Vista aérea parcial da escola	66
Figura8: Entrada principal da Escola.....	68
Figura9: Vista aérea da Escola	69
Figura10: Antigo Largo da Matriz.....	72
Figura11: Lateral da Praça com a Catedral ao fundo	73
Figura12: Vista parcial da Praça hoje.....	74
Figura13: Vista Parcial da Praça com o Marco em primeiro plano	75
Figura14: Antes e depois do casario.....	95
Figura 15: Desenho Catedral São Luiz.....	110
Figura 16: Desenho Marco do Jauru.....	111
Figura17: Escola Estadual Prof. ^a . Ana Maria das Graças de Souza Noronha	111
Figura18: Casario Rua 13 de Junho.....	112
Figura19: Casa do Daveron Com destaque para o túmulo	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	80
Gráfico 2	81
Gráfico 3	82
Gráfico 4	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Etapas das oficinas	78
Quadro 2: Questionário 1	83
Quadro 3: Questionário 2	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COVID-19	Do inglês: <i>CoronavirusDisease 2019</i> , em português: Doença por Corona vírus – 2019
DRC-MT	Documento de Referência Curricular para Mato Grosso
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAPAN	Faculdade do Pantanal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NUDHEO	Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRINART	Programa Interdisciplinar de Arte na Escola
SICMATUR	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNEMAT	Universidade do Estado de Mato Grosso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	21
ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL.....	21
1.1 Ensino de História, Memória e Patrimônio Cultural	21
1.2 Ensino de História, História Local e Educação Patrimonial.....	31
CAPÍTULO 2	42
HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: CÁCERES/MT	42
2.1 História, Memória e Patrimônio Cultural de Cáceres/MT	42
2.2 Lugares de Memórias da Cidade: O Patrimônio Afetivo e o Oficial	55
2.2.1 Escola Estadual Professora Ana Maria das Graças de Souza Noronha.....	64
2.2.2 Praça Barão do Rio Branco	71
CAPÍTULO 3	77
ESTUDANDO O PATRIMÔNIO NA ESCOLA.....	77
3.1 Educando para o Patrimônio na Escola: conhecendo os alunos	79
3.2 Construção do conhecimento e relatos da experiência	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	102
ANEXOS.....	108

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como título Ensino de História, Educação Patrimonial e Lugares de Memórias – Cáceres/MT, a escolha deste tema surgiu a partir de inquietações enquanto professora de História da rede pública de ensino há mais de 20 anos. Graduei-me no ano de 2001 pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Jane Vanini, Cáceres/MT, porém minha vida como professora de História teve início no ano 2000, mesmo antes de me formar. No ano 2013 tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID, como supervisora, na ocasião o programa era coordenado pela professora Dr.^a Rachel Tegon de Pinho, do curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, que desenvolvia um projeto sobre o patrimônio histórico e cultural da cidade de Cáceres/MT, na Escola Estadual Prof.^a Ana Maria das Graças de Souza Noronha, escola onde atuo como professora. Ao ingressar no PIBID, pude perceber a relação entre a comunidade escolar e o patrimônio cultural local, percebendo que havia um grande distanciamento entre os alunos e os bens patrimoniais da cidade.

Participei como supervisora do programa durante um ano e meio de agosto de 2013 a fevereiro de 2015, quando me afastei para assumir a coordenação da escola. No período em que fui supervisora ficou claro para mim e para os alunos bolsistas que, quando se leva a temática patrimônio cultural para a sala de aula, é possível provocar no aluno a empatia pelos temas sobre o patrimônio cultural existente na cidade. Após dois anos como coordenadora escolar retornei ao Programa PIBID/UNEMAT no período de agosto de 2018 a fevereiro de 2019, no entanto nesta ocasião o programa era coordenado pela professora Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida, também do quadro de professores do curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, que desenvolvia um trabalho voltado para outra temática.

Ao ingressar no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História no ano de 2019, fomos orientados pela coordenação do curso a delimitar um objeto de pesquisa que estabelecesse relação com o ensino de História. Assim, percebi que era a oportunidade de desenvolver um trabalho que possibilitasse aos alunos da escola em que atuo conhecer e valorizar o patrimônio cultural local através da Educação Patrimonial. No início a proposta era trabalhar com o patrimônio cultural tombado, porém ao iniciarmos as atividades identificamos a necessidade de ampliar o objeto de pesquisa e incluirmos nas discussões o patrimônio não oficial (instituído pelo Poder Público), pois muitos alunos não se viam representados pelos bens oficiais, além do fato de que muitos viam a disciplina de História apenas como um simples relato de acontecimentos do passado que nada pode interferir na sociedade de hoje.

Como professora de História sempre me deparo com esse pensamento e com questionamentos feitos pelos alunos sobre o que é História, para que serve, por que investigar os diferentes vestígios do passado é importante? Que diferença pode fazer em nossas vidas? No primeiro momento, podemos até pensar que essas questões são simples, no entanto elas são complexas e devem ser analisadas, refletidas e debatidas, para que o aluno possa compreender o quão importante é o ensino de História para a sociedade.

Sobre isso o historiador Jacques Le Goff na obra *História e Memória* (1996, p. 18) apresenta alguns conceitos que nos orienta a pensar sobre o que é e para que serve o ensino de História: “1) “procura das ações realizadas pelos homens” (...) que se esforça por se constituir em ciência histórica; 2) o objetivo de procura é o que os homens realizaram; 3) Mas a história pode ter ainda um terceiro sentido, o de narração”. As definições apresentadas por LE GOFF(1996), nos possibilitam analisar e responder as indagações dos alunos, de maneira que o ensino de História colabore para a formação de sujeitos conscientes de seu papel social, e não apenas meros figurantes ou expectadores do que acontece ao seu redor, além de possibilitar que incluamos em nossas aulas, práticas pedagógicas de um ensino que seja significativo que envolva o aluno e seu cotidiano.

Nesse sentido, acreditamos que a temática Patrimônio Cultural pode dialogar com o ensino de História local¹, com as memórias² que foram inscritas na sociedade ao longo do tempo, através de atividades que não só envolvam superficialmente, mas que discute os conceitos por trás dos temas abordados, que aproxime os alunos da História local e dê visibilidade a História de seu cotidiano. Sabemos que as discussões em torno do patrimônio acabam muitas vezes por privilegiar os bens culturais oficiais³ em detrimento da produção cultural de muitas comunidades mais afastadas do “centro” e dos grupos que elegem o que será salvaguardado, o que não impede que busquemos novas discussões em torno do patrimônio afetivo de determinado grupo, promovendo um ensino que contemple tanto o oficial quanto o afetivo.

¹ Aqui pensado como forma de abordar o estudo da localidade e do cotidiano do aluno para compreender a multiplicidade da História, assim como coloca SCHMIDT & CAINELLI (2004, p. 113).

² Se procurarmos a definição de memória nos dicionários de Língua Portuguesa iremos encontrar definições ligadas a preservação do passado, guardar, lembrar informações e acontecimentos, no entanto a autora Carmem Zeli de Vargas Gil (2019, p. 155) nos chama a atenção que no “campo da história e da educação é preciso pensar a memória como uma função sempre ligada a lembrança e ao esquecimento”, pois segundo ela grande parte da “memória história corresponde ao que foi selecionado pra lembra e o que foi selecionado para ser esquecido”.

³ De acordo com o IPHAN a definição de bem cultural pode ser encontrada no Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa que o define como “um bem material ou não, significativo como produto e testemunha de tradição artística e histórica, ou como manifestação da dinâmica cultural de um povo ou de uma região”, podendo ele ainda fazer parte dos bens que foram tombados ou não. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br

Com o propósito de obtermos dados para nossa pesquisa de mestrado, realizamos atividades presenciais no ano de 2019, no entanto ano de 2020 tivemos de reorganizar o trabalho pedagógico pois o país, assim como todo o mundo passou a enfrentar a pandemia da Covid-19⁴, obrigando as instituições a suspenderem as atividades presenciais, fechando órgãos públicos e alterando o funcionamento das empresas privadas. Infelizmente muitas pessoas tiveram suas vidas ceifadas pelo vírus e, no Brasil isso se deu também devido a ineficiente política de saúde pública do governo federal. Dentre as mais de 600mil vítimas da Covid-19, encontra-se a professora Ms. Maria Solange de Sá Leite, aluna da primeira turma do PROFHISTÓRIA/UNEMAT, que nos deixou no ano de 2021. A professora Solange deixou importante legado pra educação pública e principalmente para o estudo da temática Patrimônio Cultural. Professores e alunos do curso de História e da educação pública também pereceram diante da pandemia que ainda assola o Brasil, dentre eles incluem-se os professores de História, indígenas da etnia Chiquitana, Francisca Matucari e Esvanei Matucari, mãe e filho, vítimas dessa trágica pandemia, assim como o professor pedagogo Edilson Mendes da Silva e a professora Keila Roberta Siqueira Leite, também professora de História do corpo docente da Escola Estadual Prof.^a Ana Maria das Graças de Souza Noronha.

Durante as aulas oficinas com os alunos da Escola Estadual Prof.^a Ana Maria das Graças de Souza Noronha, que tiveram início no mês de maio de 2019, foi identificado que não havia apenas um distanciamento, mas também faltava empatia, os alunos não percebiam suas Histórias nos bens patrimoniais tombados da cidade⁵, pois muitos alunos veem os bens oficiais como algo deslocado de sua realidade, como se não fizesse parte da sua cultura, diferente dos lugares de memórias com os quais se identificam. Percebendo isso vemos a Educação Patrimonial como uma forma de “educar para o patrimônio”, trazendo para o estudo e discussão em sala de aula não apenas o oficial e sacralizado, mas, também o patrimônio afetivo, aquele que provoca no aluno o sentimento de pertencimento com um grupo, pois como aponta BORGES (2013) e OLIVEIRA (2019) o patrimônio está diretamente ligado ao afeto e as emoções que movem os seres humanos.

Através das discussões realizadas percebemos que para alguns o Centro Histórico da cidade de Cáceres/MT, tinha pouca ou nenhuma relevância e significado, por não conhecerem ou por não se identificarem com ele, no entanto a partir das atividades desenvolvidas foi

⁴Do inglês: *CoronavirusDisease 2019*, em português: Doença por Corona vírus – 2019.

⁵Estamos falando aqui dos vestígios encontrados na cidade de Cáceres, MT, que foram selecionados pelo poder público como aptos a serem preservados através do tombamento, por serem considerados “importantes” para a cultura local.

possível aproximar os alunos e a comunidade escolar da História Local⁶ e dos bens culturais que ela oferece, além de ampliar o conceito de patrimônio.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como público-alvo os alunos da Escola Estadual Prof.^a Ana Maria das Graças de Souza Noronha, em especial os alunos 8º ano A e B, com a proposta de aproximá-los da História, das memórias e do patrimônio cultural local, incluindo o patrimônio afetivo eleito pelo grupo de alunos, aqueles bens/lugares que tem sentido e relevância para a comunidade que compõe o espaço escolar.

Ao darmos visibilidade aos bens e lugares de memórias que fazem sentido para a comunidade escolar, vimos que muitos locais apontados pelos alunos como espaços de memórias importantes para sua vida, pois também fazem parte dos bens oficiais da cidade. Esses bens oficiais são locais públicos e de livre acesso, como por exemplo, a Praça Barão do Rio Branco e o Cais (Porto Mário Correa), logo entendemos que o oficial não está ao oposto do afetivo e sim que se completam. Para alcançarmos nossos objetivos estabelecemos como recorte espacial lugares de memória oficiais (a praça) e afetivos (a escola), espaços onde os alunos mantêm uma relação de afetividade e proximidade pelo fato de que entendemos que não podemos trabalhar a História local e construção do patrimônio cultural sem mencionar esses bens patrimoniais tombados⁷.

A escolha do objeto e da turma se deu também seguindo as orientações presentes nas Documento de Referência Curricular Para Mato Grosso (2018, p. 251) que propõe o ensino da História local e regional, pois ela “permite ao aluno possibilidades de conhecer o seu entorno, pois trata das especificidades, consolidando sua referência de um mundo em constante movimento”, conhecer de forma crítica e reflexiva. A Base Nacional Comum Curricular (2017) também propõe que a área de Ciências Humanas promova a:

Análise de objetos e vestígios da cultura material e imaterial de modo a identificar conhecimentos, valores, crenças e práticas que caracterizam a identidade e a diversidade cultural de diferentes sociedades inseridas no tempo e no espaço. (BNCC, 2017, p. 572)

As orientações presentes tanto na DRC-MT quanto na BNCC nos possibilitam a inclusão de temáticas que contemplem o estudo da localidade do aluno, de maneira a preservar

⁶A utilização da História Local como forma de construir o conhecimento histórico, como coloca Aryana Costa (2019, p. 132) “Fazer/ensinar/estudar a história local pressupõe torná-la como objeto do conhecimento (...) ou como o lugar de onde partem os conhecimentos”. “De forma a inserir no Ensino de História espaços e sujeitos que normalmente ficariam de fora das discussões”.

⁷ Esses espaços oficiais foram palco das primeiras discussões e ações para o tombamento na cidade, logo os bens tombados posteriormente se beneficiaram destes primeiros atos, e todo o processo posterior se baseava neles.

a memória e a identidade local. A seleção dos lugares de memórias ocorreu a partir das oficinas realizadas com as turmas do 8º ano no período de maio e agosto de 2019 e de agosto a novembro de 2020, com atividades que envolviam rodas de conversa, questionários, aulas campos, pesquisas, de forma que os alunos pudessem desenvolver habilidades com relação à História e o patrimônio local e identificar os bens conforme o sentimento de pertencimento e a relação que estabeleciam com eles.

Entre os lugares apontados destacam-se: a Escola Estadual Prof.^a Ana Maria das Graças de Souza Noronha, a Catedral São Luiz, a Praça Barão do Rio Branco, o Marco do Jauru, a Praia do Daveron, o Cemitério São João Batista, a Escola Estadual Esperidião Marques, a Praça da Feira e o Porto Mário Corrêa da Costa. No primeiro momento os alunos só elegeram bens oficiais, somente após as discussões sobre o que esses bens representavam para eles é que os lugares afetivos foram sendo apontados. Sabemos que a lista de bens patrimoniais da cidade tanto oficial quanto afetiva é bem mais ampla, contemplando tanto o patrimônio material, quanto o imaterial e o natural, porém aqui optamos por espaços que fazem sentido e permeiam o imaginário da comunidade escolar. Esta pesquisa propõe trabalhar educação para o patrimônio a partir do espaço escolar de maneira que o aluno não só estude o patrimônio, mas também interaja com ele.

Para que à pesquisa fosse possível realizou-se um levantamento bibliográfico, sobre as obras, legislação e documentos orientativos referente à educação básica e a disciplina de História, tendo como objetivo compreender os conceitos e categorias relativos ao patrimônio cultural, a História local e o ensino de História. O estudo do meio como metodologia de trabalho seguiu as orientações constantes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), DRC-MT (2018) e também o Guia de Educação Patrimonial (1999).

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo: **Ensino de História, Memória e Patrimônio Cultural**, buscou-se realizar um diálogo acerca da constituição do conceito de Patrimônio e de que forma o ensino de História pode se apropriar desta temática para desenvolver atividades sobre História Local e as memórias constituídas ao longo do tempo.

Para nos direcionar nestas discussões lançamos mãos de alguns autores que nos deram suporte na pesquisa, entre eles: Pierre Nora (1993), “Entre Memória e História A problemática dos lugares”, o autor apresenta uma análise de como surgem os lugares de memórias e como os “sentimentos de pertencimento e identidades” vão sendo despertados nos grupos sociais. Também procuramos nos orientar pelo autor Maurice Halbwachs (1990), “Memória Coletiva”, onde o autor realiza uma discussão sobre memória individual e coletiva da sociedade. Além do

autor Jacques Le Goff “História e Memória” que nos orienta a pensar sobre a História e a memória e também a refletir sobre o conceito de documento/monumento.

Buscamos nos apropriar das ideias apresentadas pela autora Circe Bittencourt (2018), sobre História Local, a memória e a Educação Patrimonial como recursos necessários e fundamentais para o Ensino de História. Os autores Pedro Paulo Funari e Sandra S. A. Pelegrini (2009), Françoise Choay (2001), Regina Abreu (2009), Maria de Lourdes Londres

Fonseca (1997), nos deram embasamento para entender como se constituiu o Patrimônio Cultural e as quais interesses ele servia no passado. Para nos apropriarmos do estudo sobre Educação Patrimonial recorremos a Horta, Grunberg e Monteiro (1999), no “Guia Básico de Educação Patrimonial” e também a Ricardo Oriá (2017), além de outros autores e dos dispositivos legais que direcionam o ensino de História, em âmbito nacional: BNCC (2017) e PCN (1998/1999), e também na esfera estadual: Orientações Curriculares para Mato Grosso (2012) e DRC-MT (2018).

No segundo capítulo: **História, Memória e Patrimônio Cultural: Cáceres/MT**, dialogamos sobre a História local e seu Patrimônio Cultural, apresentando a escola na qual a pesquisa se desenvolveu, e os lugares de memórias apontados pelos alunos. Para isso, vários autores foram essenciais para essa discussão. Também procuramos dialogar com as obras sobre o patrimônio afetivo e sua importância para a constituição da identidade da comunidade escolar.

O livro “História e Memória Cáceres” organizado por Otávio Ribeiro Chaves e Elmar Figueiredo de Arruda reúne uma série de textos sobre a cidade, onde três capítulos foram fundamentais e amplamente usados na pesquisa, por nos oferecer dados e informações extremamente relevantes para nosso trabalho. O primeiro “O Marco do Jauru e a Povoação Fronteira de Vila Maria do Paraguai, Século XVIII” de Otávio Ribeiro Chaves, “Cáceres: Olhares sobre a Tessitura Urbana de São Luiz de Cáceres” de Rachel Tegon de Pinho e o “Instantâneo Histórico de Cáceres” de Rubens Gomes Lacerda, entre outros. As obras do Professor Natalino Ferreira Mendes “História de Cáceres da Administração Municipal” e “Memória Cacerense”.

Teses, dissertações e artigos sobre a cidade de Cáceres e seu patrimônio também nos serviram de embasamento como: “Patrimônio Históricos e Conflitos Socioterritoriais: paradoxos da (i) legibilidade dos tombamentos e das normas de preservação, a partir de Cáceres – MT” de Dilma Lourença da Costa, “Patrimônio Cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação” de Renato Fonseca Arruda, “Educação Patrimonial no Ensino de História: Do Centro Histórico para a Sala de Aula” de Rejane Alves Rodrigues Ditz, “A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção

de um guia didático-histórico” de Maria Solange Sá Leite. Outros autores também nos orientaram na reflexão e debate sobre a cidade, a memória e a História Local, além dos autores que nos deram suporte para discutir e realizar atividades que envolvam a educação para o patrimônio na educação básica, principalmente no ensino de História.

As autoras Sandra Pesavento (2007/) e Zita Possamai (2010) nos deram suporte teórico para compreendermos e discutirmos o conceito de cidade e suas transformações, ao ponto de se tornarem para nós um campo de possibilidades e objeto de pesquisa, nos propondo o exercício de ver, ler e entender os movimentos da cidade. Bem como também o historiador Jacques Le Goff (1996), que nos alerta sobre o objeto de estudo que é resultado da escolha feita por quem opera as forças do poder. Lançamos mão também de documentos legais sobre a unidade escolar, como o Decreto de criação e o PPP-2019, além de portarias publicadas pelos governos estaduais ao longo da existência da unidade escolar.

No terceiro capítulo intitulado **Estudando o Patrimônio na Escola**, apresentamos o perfil dos alunos participantes da pesquisa, assim como as possibilidades de utilizarmos a fotografia como ferramenta pedagógica no ensino de História, onde os registros fotográficos feitos em tempos e por pessoas diferentes nos fornece fontes de pesquisa para conhecer e perceber as mudanças e transformações no espaço. Aqui também apresentamos as ações educativas realizadas por meio da Educação Patrimonial e estudo do meio.

Foi possível apresentar as etapas e fases das oficinas, assim como perceber e refletir a forma como os alunos absorvem o conhecimento em relação à História e o Patrimônio Cultural Local por meio da disciplina de História, procurou-se apresentar múltiplas possibilidades e sujeitos da formação histórica do município, pois sabemos que o processo de aprendizagem é constante e ocorre por meios diferentes.

Com a finalização das oficinas e atividades de pesquisa elaboramos um material que tem como objetivo auxiliar professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem de História na educação básica, principalmente em relação à História e o patrimônio cultural oficial e afetivo.

Como produto pedagógico elaborou-se uma cartilha didática com o título: **Lugares de Memórias: Fotografias da cidade**, está composta de imagens e textos sobre a História e o patrimônio local, inserindo os espaços de memórias não oficializados como a Escola, a Praça da Feira e a Sicmatur, mas que se revelam importantes e carregados de significados para a comunidade escolar. Espera-se que este material sirva como instrumento mediador e facilitador da aprendizagem. Também apresenta sugestões de atividades, sendo mais um recurso pedagógico que auxilie no desenvolvimento de propostas que envolvam a cidade e seu

patrimônio, apresenta um roteiro que contemple os lugares de memórias do município de Cáceres/MT, espaço urbano e rural, assim como os conceitos e categoria que envolve a temática, como: memória, identidade, afetividade e pertencimento.

A partir dele será possível perceber as mudanças que ocorreram na cidade mesmo após o processo de tombamento. Levando a comunidade a entender que é preciso ações conjuntas para que os bens sejam preservados, assim como é necessário lembrar e rememorar sempre, para que o patrimônio cultural de uma sociedade não seja esquecido ou apagado ao longo do tempo.

Nosso objetivo com essas discussões não é apenas compreender o que é patrimônio cultural e como se deu a patrimonialização dos lugares, objetos, fazeres e saberes, entre outros, mas principalmente entendê-los como objeto capaz de construir uma aprendizagem histórica significativa que proporcione aos alunos uma “visão crítica” da sociedade, onde sejam capazes de conhecer, entender e valorizar tanto o patrimônio oficial quanto o não oficial.

Nas Considerações Finais, retomamos ao objeto proposto e demonstramos que é possível inserirmos esta temática na educação básica contemplando também a discussão em relação ao patrimônio afetivo e como esse estudo contribui para uma aprendizagem significativa e para a formação de sujeitos críticos e capazes que se relacionam e interagem com a História Local e com os bens patrimoniais oficiais e afetivos.

CAPÍTULO 1

ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Neste capítulo apresentamos como se deu a constituição e evolução do conceito de Patrimônio Cultural, bem como quais interesses essa ideia atendia no passado, quais bens eram classificados como importantes para serem preservados, assim como também abordaremos sobre a gênese do patrimônio cultural no Brasil e os órgãos responsáveis pela sua fiscalização e preservação, e também de que forma a memória individual ou coletiva é importante para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Também dialogamos sobre como a memória é constituída e como, a partir delas, são produzidas as mais diferentes narrativas que fazem parte da Memória Coletiva. Abordamos também de que forma o Ensino de História pode inserir a Educação Patrimonial nas aulas da educação básica, de maneira que o patrimônio cultural possa ser estudado e discutido com os alunos no processo de ensino, ampliando a discussão para os bens não sacralizados, aqueles de importância afetiva para a comunidade a qual o aluno faz parte.

1.1 Ensino de História, Memória e Patrimônio Cultural

Atualmente vivemos um período de grande instabilidade, desafios e incertezas em relação à educação e principalmente a disciplina de História, alguns grupos conservadores da sociedade brasileira promove uma campanha para diminuir e até mesmo tornar nula a importância e a necessidade do ensino de História, tentam distorcer ou até mesmo apagar fatos e acontecimentos passados, com objetivo de dar a eles outros sentidos de forma a atender seus interesses e de quem os representam.

O ensino de História enfrenta também o desafio de se reinventar diante da reforma do ensino médio, tanto para permanecer no currículo quanto para adequar conteúdos únicos para todo o país, como atender às peculiaridades regionais e locais que deverão ser abordadas em sala de aula, nesse caminho se faz necessárias ações de caráter pedagógico voltadas para as demandas regionais e locais, uma vez que elas não são isoladas e fazem parte de uma História global, para preservação da História local e da memória social. De acordo com SOARES (2003):

A melhor forma de preservação da memória é lembrá-la. A melhor forma de contar a história é pensá-la. A melhor forma de assegurar a identidade é mantê-la. Tudo isso se faz através da educação, e educar para a preservação e valorização cultural é denominado de Educação Patrimonial (SOARES, 2003, p. 25).

Uma das maneiras de impedir o esquecimento é lembrar sempre, e assim a escola se apresenta como espaço adequado ao desenvolvimento de atividades que privilegie a memória e o patrimônio cultural, onde serão não só lembrados, mas discutidos, analisados, trabalhados, colocados em prática, pois sabemos que o patrimônio não existe sem memória, pois ainda conforme a proposta apresentada pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) espera-se que o aluno possa se reconhecer nas discussões realizadas pela disciplina de História, mesmo que elas não estejam diretamente ligadas ao seu cotidiano, existe sempre a possibilidade de fazermos ligações com a realidade do aluno, com seu cotidiano e as memórias da cidade. POLLAK (1992) apresenta a ideia de que:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p. 204).

Tanto a memória quanto o patrimônio cultural oficial são fragmentos do passado, que podem ser inclusive manipulados para atender aos interesses de grupos ou do próprio Estado, para dar maior visibilidade a este ou aquele setor, quanto à escola e aos professores cabe o papel de trazer para a sala de aula a maior possibilidade de estudos possíveis, as memórias e as Histórias deixadas de lado, que podem estar adormecidas no entorno da comunidade, cabe ao ensino de História também a função crítica para impedir esta manipulação. No que se refere pensar memória o autor Pierre Nora (1993) nos apresenta o que ele denominou de “lugares de memória”⁸. Os lugares de memória segundo o autor, transitam entre o concreto e o abstrato:

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. (...) Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma simplificação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. Trata-se de um lugar de memória tão abstrato quanto à noção de geração? É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão, mais simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participa (NORA, 1993, p. 21-22).

No entanto, é preciso estar atento, pois de acordo com Nora nem tudo se configura como lugar de memória, o é de verdade, para isso é preciso “vontade de memória”, e este desejo pode

⁸ Para Nora, os lugares de memória são locais “onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva” (NORA, 1993, p. 28).

estar muitas vezes relacionada ao querer formar a identidade de um grupo ou até mesmo a projeto político de fazer lembrar algo que justifique o presente. Esses lugares são tudo o que pode se tornar eterno. São memórias inconscientes do coletivo, ainda de acordo com Nora:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se ancora. Mas o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e purificá-los, eles não se tornariam lugares de memória (NORA, 1993, p. 13)⁹.

É possível pensar a partir das colocações de Nora, que os lugares de memórias são tanto materiais como imateriais, o que desperta em nós o sentimento de pertencimento e identidade, que pode estar ligado inclusive à questão afetiva, além de fornecer inúmeras interpretações para as diferentes pessoas que os frequentam, o trabalho com Educação Patrimonial a partir do local de fala dos alunos “escola, bairro e cidade”, que incentiva a reflexão sobre os bens culturais locais, favorece a produção de conhecimento, promove o sentimento de pertencimento e aproxima os alunos da disciplina de História. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN 1998 e seguintes) orientam que a disciplina de História tem como dever possibilitar que o passado não seja esquecido, promovendo às novas gerações a construção de identidades. Preservar a memória permite que sujeitos históricos façam parte efetivamente do processo histórico.

Essa temática na educação básica possibilita a construção de uma História mais plural, e está ligada diretamente à memória histórica, pois todos devem ter direito a acessar o seu passado, sua História e a da comunidade. Segundo Ricardo Oriá (2017, p. 138) “O direito à memória como direito de cidadania indica que todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representam o seu passado, a sua tradição, enfim, a sua história”.

Assim com coloca Maurice HALBWACHS (1990), as lembranças individuais ou de um grupo são construídas de acordo com a relação de pertencimento, quanto mais próximos estiverem mais lembranças estarão vivas em suas memórias, quanto mais distantes mais as lembranças serão esquecidas. Manter as memórias é uma forma de preservar a História. Em relação à construção de memórias o autor enfatiza que:

⁹ A preservação do patrimônio afetivo do aluno e da comunidade em que está inserido é uma forma de permitir que novas gerações acessem e dialoguem com seu passado com a mesma facilidade que a História e o patrimônio sacralizado podem ser acessados.

Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aqueles e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte da mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 1990, p. 31).

O estudo do Patrimônio Cultural através da Educação Patrimonial possibilita aos professores acessar os vestígios do passado através dos registros encontrados na sociedade, assim como trabalhar conceitos como memória, identidade, cidadania, passado/presente, não só na disciplina de História, mas, principalmente nela, o objetivo é promover ações educativas que leve o aluno a conhecer sua História e de sua sociedade, desenvolver o hábito de valorizar e preservar, acima de tudo de se ver como sujeito construtor da História. A autora Circe Bittencourt (2018, p. 147) diz que “é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas (...)”, de forma que os alunos se vejam presentes na História.

Ainda segundo BITTENCOURT (2018):

A memória, entretanto, não pode ser confundida com a história, como advertem os historiadores. As memórias precisam ser evocadas e recuperadas e merecem ser confrontadas. As dos velhos e de pessoas que ainda estão no setor produtivo ou as de homens e de mulheres nem sempre coincidem, mesmo quando se referem ao mesmo acontecimento (BITTENCOURT, 2018, p. 148).

A memória sempre foi um elemento presente na ideia de se construir uma identidade nacional, desde as primeiras ações para se preservar símbolos, monumentos, o que remete aos grandes nomes, heróis e feitos da nação. É preciso entender o papel da preservação da memória na sociedade, com ela podemos conhecer acontecimentos do passado, que de acordo LE GOFF (1996) é necessário que haja relação entre a História e a Memória, uma vez que;

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens. (LE GOFF, 1996, p. 477)

Pensando conforme nos coloca LE GOFF, o patrimônio cultural assim como a memória deve ser utilizado para o conhecimento e não para que a sociedade viva refém de bens escolhidos por homens do passado como únicos e verdadeiros representantes culturais de determinada época. Alguns autores debatem sobre a necessidade de se preservar a memória, POLLAK (1989 e 1992), FUNARI (2009) e (1990), associam a preservação do patrimônio à memória coletiva e individual. POLLAK (1989) apresenta o jogo que ele denomina de

“memória e esquecimento”, o que se deseja lembrar e o que se deseja esquecer (importante para o indivíduo ou para o grupo que detém o poder). Já LE GOFF (2017) coloca que em relação à cidade:

Sem a memória não se pode situar a própria cidade, pois perde o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeitos da história (LE GOFF, p. 2017, p. 139).

Assim, a memória possibilita aos indivíduos criar laços com o patrimônio cultural na medida em que se veem inseridos e representados por eles e pela História e isso lhes oferece direitos e deveres para com os mesmos. Para a autora BITTENCOURT (2018):

A questão da memória impõe-se por ser à base da identidade, e é pela memória que se chega à história local. Além da memória das pessoas, escrita ou recuperada pela oralidade, existem os 'lugares de memória', expressos por monumentos, praças, edifícios públicos ou privados, mas preservados como patrimônio histórico. (BITTENCOURT, 2018, p. 146)

GRUNBERG (2000, p. 164) coloca que “os bens culturais consagrados, chamados também de bens patrimoniais (...) devem possibilitar, a quem os observa ou estuda uma experiência concreta (...)”. Pois ainda segundo a autora se isso não ocorrer “não tem sentido sua guarda ou preservação”. É preciso oportunizar aos indivíduos o conhecimento do lugar, as memórias, os lugares, as tradições e costumes, as vivências passadas, pois tudo isso são frutos de escolhas feitas por homens de determinadas sociedades e época que vem resvalar nos grupos de hoje.

Assim, a memória é um processo de construção social, seja de forma individual ou coletiva, e precisa estar em constante sintonia, existe, portanto, uma relação entre o sujeito e as lembranças do grupo ao qual pertence e isto só estará presente no cotidiano dos alunos a partir de ações educativas que visem o patrimônio local.

E sempre que falamos em patrimônio somos logo induzidos a ligá-lo a herança familiar ou a bens que acumulamos ao longo da vida, porém a palavra patrimônio conforme CHOAY (2001, p. 11) apresenta sua origem na palavra “pai”, que vem do latim *pater*. Difundiu-se por muito tempo com inúmeros termos, mas sempre ligado à herança familiar. De acordo com FUNARI e PELEGRINI (2009), no passado seu significado:

[...] compreendia tudo que estava sob o domínio do senhor, inclusive mulheres e filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era patrimonium tudo que podia ser legado por testamento (...) (FUNARI e PELEGRINI, 2009, p. 11).

Assim podemos perceber que anteriormente o conceito de patrimônio se referia apenas aos bens materiais, relacionados a alguém ou grupos sociais economicamente dominantes da sociedade. O conceito que conhecemos hoje surgiu na França com a Revolução Francesa (1789) e ao longo do século XIX se tornou uma característica dos Estados Nacionais. Pois, como nos coloca ABREU (2003, p.35) “era preciso salvar os vestígios do passado, ameaçados de destruição”, estes vestígios tanto estavam no âmbito privado como público da sociedade, com isso o conceito passa por mudanças e transformações, deixando de existir apenas no espaço privado e se direcionando para o espaço público.

Foi também na França pós-Revolução Francesa (1789) que nasceu a noção de patrimônio histórico e cultural, dado a necessidade dos homens de se sentirem identificados e pertencentes a determinados grupos e camadas sociais. Com isso, a França foi o primeiro estado a criar uma política de conservação e preservação da História e da memória, através do patrimônio, como forma de construir uma identidade nacional. A criação de um órgão próprio para a manutenção do patrimônio impediu que muitos monumentos fossem destruídos, segundo FUNARI e PELEGRINI (2009, p.19) “o objetivo era proteger os monumentos que representavam a incipiente nação francesa e a sua cultura”.

Para que isso fosse posto em prática foi adotado o tombamento como instrumento jurídico capaz de preservar o patrimônio. De acordo com CHOAY (2001)¹⁰ só em 1790 que vai aparecer a expressão “monumentos históricos” nos dicionários franceses.

Segundo FONSECA (1997):

A ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens. (FONSECA, 1997, p. 58).

Vale ressaltar que as mudanças ocorridas no que diz respeito ao conceito de patrimônio estava ligada a preservação de monumentos que invocavam a memória e impediam o esquecimento. CHOAY (2001, p. 172) coloca ainda que até a década de 1960 a preocupação com a conservação dos monumentos, estava ligada apenas aos grandes edifícios civis e religiosos.

¹⁰ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**, São Paulo: Liberdade & Unesp, 2001

A ideia de patrimônio como pensamos hoje passou a existir apenas no século XIX, quando vários países passaram a ver o patrimônio como forma de construir uma identidade nacional, para isso recorrendo a símbolos e ícones. Assim nasce à preocupação com a preservação do patrimônio que se espalha pela Europa, surgindo então inicialmente na França às primeiras leis de proteção patrimonial¹¹.

Somente após cerca de cem anos depois é que o Brasil deu início a sua primeira legislação em relação à preservação do patrimônio, criando em 1934 a Inspetoria dos Monumentos Nacionais (1934-1937)¹². A ideia de formar um Estado Nacional forte e independente e construir uma identidade brasileira sempre esteve presente como preocupação da elite política e dos intelectuais brasileiros.

A proclamação da República em 1889 tornou esse desejo mais presente, pois a nação era composta de brancos colonizadores, indígenas e negros, porém só os brancos eram vistos como produtores de cultura e de conhecimento, logo toda a outra grande parcela da sociedade apenas reproduzia o que eles fabricavam. Essa realidade vai perdurar até a chamada Era Vargas (1930-1937), quando então a população indígena e mestiça passou a ser vista como produtora de cultura.

Foi durante esse período que as primeiras legislações sobre patrimônio foram criadas no Brasil. Através do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, instituindo o tombamento e restringindo o direito de propriedade, organizava a proteção do patrimônio e estabelecia o que deveria constituir o patrimônio nacional, seu Art. 1º diz que: “Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil (...)”.

Anterior ao decreto no início do mesmo ano o governo de Vargas criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹³, através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937 e até 1969 foi o órgão responsável pelas políticas voltadas para a tradição e a cultura,

¹¹ De acordo com Mariana Vieira de Brito, “em 1887 foi instaurado o instrumento jurídico voltado para a proteção dos monumentos históricos: o Classement, figura legislativa criada pelo então ministro de l’ Instruction Publique et de Beaux – Certs, revista e relançada em 1913, tornando-se o grande alvará de proteção dos monumentos históricos, em vigor até os dias atuais”. Ver: BRITO, Mariana Vieira de. **A Política de Patrimônio Francesa: Esboçando seu passado e presente**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Rev. CPC, v. 13, n.25, p. 86-111, jan./set. 2018

¹² “A Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) foi criada pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934 – assinado pelo presidente Getúlio Vargas e seu ministro da Educação e Saúde Pública, Washington Pires -, que aprovou o novo regulamento do Museu Histórico Nacional (MHN). Caberiam ao novo departamento do Museu Histórico as funções de inspeção das edificações de valor histórico e artístico e o controle do comércio de objetos de arte e antiguidades”. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br. Acesso em: 30/03/2020.

¹³ O SPHAN foi criado no governo de Getúlio Vargas e estruturado por intelectuais e artistas brasileiros da época. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br. Acesso em 10/12/2019.

com o objetivo de legitimar a identidade nacional, por meio da evocação dos heróis, personagens históricos e dos acontecimentos tidos como importantes. A partir do ano de 1969 o SPHAN passa por algumas mudanças passando a ser denominado como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹⁴, como é conhecido atualmente.

Inicialmente o conceito de patrimônio no Brasil referia-se apenas ao patrimônio edificado e arquitetônico, enquanto que outros bens de valor cultural não foram contemplados. Com a ampliação da concepção de patrimônio pós-criação do SPHAN, a ideia de patrimônio passou a englobar também alguns aspectos culturais da sociedade.

De acordo com CHUVAS (2020, p.19)¹⁵ o SPHAN em seus primeiros anos de atuação disseminou a ideia de que existia um patrimônio único no Brasil, dessa forma as cidades históricas foram consagradas como referência para todo o país, e essa ideia só irá mudar a partir das décadas de 70/80, quando a partir de reivindicações de “novos sujeitos sociais” iniciará a reconfiguração do campo do patrimônio.

E ao buscarmos nas Constituições já elaboradas no Brasil anterior a 1988, podemos encontrar artigos relacionados ao patrimônio e a cultura do país apenas a partir de 1934. A Constituição Federal de 1934, no seu capítulo II, art. 148 da Educação e da Cultura, estabelecia que:

Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalho intelectual¹⁶.

A partir de então o patrimônio será incluído em todas as outras edições, com maior ou menor intensidade, quando o mesmo ganha maior destaque e grau de importância. Já na Constituição Federal de 1988 aparecem os dispositivos legais referindo-se ao patrimônio imaterial do Brasil, nela estabeleceu-se que:

Art. 216 – Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I – as formas de expressão;

¹⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Turismo, responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao IPHAN proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para gerações presentes e futuras. Disponível em: www.cultura.gov.br/patrimonio. Acesso em: 14/01/2020.

¹⁵Ver: CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas**. In Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. 2020. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35. <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>

¹⁶Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao34. Acesso em 15/03/2020.

- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.¹⁷

A Constituição de 1988 além de ampliar a legislação sobre patrimônio, também definiu competências, regulamentação e fiscalização sobre o mesmo.

Com a Emenda Constitucional 71/2012, foi acrescentado ao texto da Constituição o artigo 216-A¹⁸, dispondo sobre o Sistema Nacional de Cultura:

Art. 216-A. O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Assim observamos que até a Constituição Federal de 1988, os textos constitucionais definiam o patrimônio cultural brasileiro apenas aos monumentos e obras artísticas, além de paisagens naturais e sítios arqueológicos. O patrimônio imaterial só alcançou espaço a partir de 1988.

E o que conhecemos nos dias atuais como patrimônio cultural teve sua origem em 1972 na Convenção da UNESCO¹⁹, o documento elaborado a partir dela apresentou patrimônio cultural como sendo monumentos arquitetônicos, esculturais, pinturas monumentais, elementos estruturais arqueológicos. O Brasil aderiu à Convenção em 1977, até então o interesse era em preservar os bens voltados apenas para a cultura da classe socialmente dominante, de acordo com OLIVEIRA (2011, p. 57) “que não há espaço aos regionalismos, afinal o projeto de Vargas era o fortalecimento e a estruturação de um Estado burocraticamente centralizado”. O caminho aberto após a Convenção da UNESCO influenciou inúmeros países a criarem órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, além de reiterar a necessidade de consciência social para a manutenção do patrimônio.

O novo conceito presente no texto constitucional de 1988 no Brasil fez surgir uma nova concepção, o “patrimônio cultural imaterial”. A partir daí percebeu-se uma crescente série de

¹⁷ Do parágrafo 1º ao 6º do Art. 216 estão distribuídos que são os responsáveis por zelar e promover o patrimônio, nas esferas públicas e privadas, assim como também dos governos municipal, estadual e federal.

¹⁸ Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituico/compilado.

¹⁹ Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – Propósito: Proclamar as disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo os métodos científicos e modernos.

eventos onde se discutiria o patrimônio imaterial e políticas de registros e preservação.

A ideia de patrimônio cultural brasileiro por muito tempo esteve ligada à questão nacional, principalmente dos grandes centros ou das “grandes” cidades históricas, estes eram difundidos para o interior do país, criando a imagem (que perdurou por longos anos) de que os lugares mais distantes ou mais novos não produziam seus próprios bens patrimoniais. A ideia que infelizmente também percebemos nas cidades mais “antigas” como Cáceres-MT, de que os bens deixados por personagens de um determinado período é a representação do patrimônio cultural local. Dessa forma acreditamos que a Educação para o Patrimônio no ensino de História possa explorar o local, o que está próximo ao aluno e o qual ele poderá ter uma experiência concreta.

A expressão patrimônio cultural hoje engloba uma série de bens materiais e imateriais e segundo a autora Evelina Grunberg (2007), o conceito de patrimônio cultural vai além dos monumentos e prédios que passaram pelo processo de tombamento, é mais do que apenas objetos antigos, segundo a autora pode ser definido como:

Patrimônio Cultural não somente aqueles bens que se herdam dos nossos antepassados. São também os que produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalho, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transportes, culinárias, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos etc. É com todo esse Patrimônio, material, imaterial, consagrado e não consagrado que podemos trabalhar num processo constante de conhecimento e descoberta. (GRUNBERG, 2007, p. 5).

Seguindo a linha da autora Evelina Grunberg, SANTOS (2008, p.29) enfatiza que “o Patrimônio surge, quando uma comunidade cultural dá forma a esses espaços de ligação e pertinência, conferindo qualidade de representação aos bens tangíveis que escolhe valorizar”. Conforme a autora aponta, é necessário privilegiar os bens que o aluno elege como importantes para si e para a comunidade em que está inserido, estando eles ou não no conjunto do patrimônio cultural consagrado, devido à relação e identificação que se construiu em torno dele.

Martha Abreu (2007) ressalta que o campo da cultura é conflituoso e que se realiza a partir de conflitos e resistências, que segundo ela:

A eleição do patrimônio de uma nação, materiais ou imateriais, é uma das operações políticas mais importantes para a consolidação de uma determinada história, memória e culturas comuns. Registra e consolida o valor de certas manifestações, conferindo-lhes significados atuais e novas possíveis leituras, do passado e da própria nação. A definição de uma cultura nacional, historicamente construída, depende sempre dessas escolhas políticas. (ABREU, 2007, s/p.).

Os bens culturais de uma sociedade surgem sempre a partir das relações de poder públicas ou privadas na sociedade, direcionadas por instituições que se guiam pelo clamor da sociedade civil ou por interesses particulares, de modo a manter vivo na sociedade determinadas manifestações ou bens, o que se vê infelizmente, essas relações de poder são geralmente ações conflituosas porque envolvem interesses e representações, memória e identidade social, assim como a História dos indivíduos.

1.2 Ensino de História, História Local e Educação Patrimonial

Transformações ocorrem nas cidades, principalmente no que diz respeito ao surgimento de novos bairros, ruas, prédios modernos nos centros comerciais, o que sinalizam ares da modernidade²⁰. Daí nos vem a preocupação, e faz com que nós, professores da educação básica, reflitamos sobre nossa prática e a necessidade de incluirmos em nosso currículo educacional²¹, mais precisamente, no ensino de História, ações educativas voltadas para a valorização e preservação do patrimônio cultural local, pois, atualmente, o currículo de História da educação básica, de acordo com o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT, 2018), estabelece o estudo da História por unidades temáticas, o que deixa poucas possibilidades de inserção de temas relacionados à localidade do aluno. Hoje o currículo contempla:

6º Ano: I- História: estudo do tempo, espaço e formas de registros; II- A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades; III- Lógicas de organização política; IV- Trabalho e formas de organização social e cultural.

7º Ano: I- O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias; II- Humanismo, Renascimento e o Novo Mundo; III- A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano; IV- A expansão portuguesa na América; V- Lógicas comerciais da Modernidade.

8º Ano: I- O mundo contemporâneo: Antigo Regime em crise; II- Os processos de independência nas Américas; III- O Brasil no século XIX; IV- Mato Grosso no século XIX; V- Configurações do mundo no século XX.

9º Ano: I- O nascimento da República do Brasil e os processos históricos até metade do século XX; II- Totalitarismo e conflitos mundiais; III- Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946; IV- A História recente. (DRC-MT, 2018, p. 252-230).

²⁰ No caso da cidade de Cáceres-MT, destaca-se a Modernidade ocorrida no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX, pensados no sentido de adequar a cidade de Cáceres aos novos estilos de vida dos moradores, principalmente aqueles que chegaram após a reabertura da navegação pelo Rio Paraguai, pós Guerra do Paraguai (1865-1870) além do emprego de novas técnicas e modelos de construção, conforme o desejo daqueles que ocupavam posição de destaque na sociedade.

²¹ Vale ressaltar aqui que os Currículos da Educação Básica já são previamente estabelecidos pelos órgãos responsáveis que orientam a educação, no entanto, todo professor tem autonomia e “dever” de fazer as adequações necessárias para atender as necessidades locais, porém, devido à falta de tempo e as exigências para cumprimento do pré-estabelecidos, muitas vezes as necessidades locais acabam sendo negligenciadas.

Podemos verificar que houve um avanço em relação à estruturação do currículo, pois até pouco tempo os currículos escolares contemplavam com mais ênfase a História europeia, como sendo “única e mais importante” e no Brasil a História do sudeste e nordeste, temos agora os eixos que nos dão maior possibilidade de inclusão de outras temáticas, e ao fazermos isso enquanto professores estaremos melhorando a nossa prática e possibilitando o conhecimento e o “despertar” do sentimento de pertencimento²² que, de acordo com PELLEGRINI (2009), pertencimento se refere:

[...] a apropriação dos bens culturais pelas comunidades, com a finalidade de retomar emoções, costumes, modos de viver e formas de entender o mundo que se entrelaçam as reminiscências do tempo pretérito e corroboram para a construção das identidades coletivas “no presente” (PELLEGRINI, 2009, p. 35)

No entanto, somos sabedores que apenas incluir estas temáticas no currículo não é garantia que será suficiente para o efetivo ensino-aprendizagem dos processos históricos ou o conhecimento sobre o patrimônio cultural local, é preciso uma atividade constante e permanente, e que contemple ainda os bens relacionados ao aluno, para que o pertencimento e valorização aconteça do individual (aluno) para o coletivo (sociedade). Esta prática pode resultar de acordo com as autoras HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO (1999) no:

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de **preservação sustentável** desses bens culturais, assim como no fortalecimento dos sentimentos de **identidade e cidadania**.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6).

A Educação Patrimonial possibilita, então, várias formas de interpretação dos bens culturais. Educar para o patrimônio de maneira que o aluno, professores e toda comunidade escolar olhe para o que está a sua volta, para seus hábitos e costumes e perceba que eles fazem parte de uma herança cultural, que juntos eles formam a identidade do lugar e de quem está inserido no local. Ainda segundo as autoras:

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva. O patrimônio cultural e o meio ambiente histórico em que está inserido oferecem

²²PELLEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6).

Como já mencionamos no Brasil o órgão responsável pela criação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural é o IPHAN, e o mesmo vem atuando de forma a consolidá-lo, porém é necessário mais que apenas o tombamento, é preciso que haja ações concretas que envolva práticas pedagógicas, fiscalização, participação da sociedade, e, antes de tudo vontade de preservar. Dessa forma esta pesquisa busca dialogar com o conceito de patrimônio cultural através da Educação Patrimonial no ensino de História, de maneira a ampliar o leque de possibilidades para a prática educacional²³.

A Educação Patrimonial no ensino de História possibilita estabelecer estratégias pedagógicas para o estudo do patrimônio cultural local de diferentes grupos da sociedade, relacionando-a com os demais conteúdos da disciplina, de forma que todos sejam contemplados nos currículos escolares e que de fato façam diferença na formação do aluno.

O ensino formal da disciplina de História nas escolas pode desenvolver e/ou adequar metodologias para promover a Educação Patrimonial, utilizando de meios que cercam os alunos como: documentos, monumentos, festas, rituais, fotografias, prédios tombados, entre outras séries de possibilidades que os rodeiam, inclusive os lugares de memória com valor afetivo para a comunidade em que está inserido.

O ambiente escolar se apresenta como espaço ideal para disseminação das ideias relacionadas à preservação e valorização dos bens patrimoniais, pois ali já são desenvolvidas ações de preservação do espaço público, da estrutura física da escola e seu entorno, de acordo com SOARES (2003), o conceito de patrimônio vai além do patrimônio oficializado,

Quando falamos em Patrimônio Cultural, logo pensamos em monumentos, casas antigas, etc. Esta é a visão do senso comum, porém a ideia de Patrimônio é bem mais ampla, e inclui vários outros aspectos. Todas as modificações feitas por uma sociedade na paisagem para melhorar suas condições de vida, bem como todas as formas de manifestações socialmente compartilhadas, fazem parte do patrimônio, pois todo objeto ou ação que se refere à identidade de uma sociedade constitui seu patrimônio. (SOARES, 2003, p. 46).

Como mencionado na introdução essa pesquisa envolveu uma série de atividades com os alunos, dentre elas as aulas/oficinas na escola que buscava promover um diálogo sobre o patrimônio cultural da cidade, através de fotografias e textos, e neste momento foi possível

²³ Pensamos esse diálogo no sentido de possibilitar que o patrimônio afetivo do aluno seja também incluído no estudo sobre o patrimônio e a História local, uma vez que se torna muito mais eficaz a aprendizagem quando a realidade e o cotidiano do aluno estejam incluídos nas aulas.

perceber que havia por parte de alguns discentes um distanciamento em relação aos bens oficiais, assim percebemos a necessidade de partirmos então do lugar de vivência do aluno, como a própria escola, para depois seguirmos para os bens oficiais.

Durante as aulas realizadas na Escola Estadual Prof.^a Ana Maria das Graças de Souza Noronha, um dos alunos apontou a escola como um dos bens patrimoniais da cidade de Cáceres, pois considerava aquele espaço como referência para sua vida. Este foi o ponto de partida para iniciarmos as discussões na comunidade escolar, para que os mesmos pudessem compreender que patrimônio cultural não é apenas o que uma parte da sociedade considera importante em relação aos vestígios do passado, mas também o que tem relevância, significado para o seu cotidiano, além do fato de que o mesmo não se restringe apenas aos casarões, peças arquitetônicas, entre outros. A Educação Patrimonial através do ensino de História tem o poder de desmistificar o senso comum, criando possibilidades para que o aluno perceba que o que está ao seu redor faz parte da sua História e, por conseguinte, é seu patrimônio.

O ensino de História através do estudo do patrimônio busca formar pessoas capazes de conhecer sua História cultural, desenvolver uma memória coletiva e que possam se identificar com as práticas culturais que estão ao seu redor. Como aponta Stuart Hall (2006), "estamos vivendo um período de crises identitárias, onde surgem “novas identidades” enquanto outras são fragmentadas", não há nada de errado com o surgimento de novas identidades, o problema está na fragmentação de outras, de acordo com Stuart Hall:

A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2006, p.7).

Desse modo, é preciso entender que o ensino de História faz a articulação entre História Global, Nacional, Regional e Local, sendo elas integrantes uma da outra, e assim, reduz o desconhecimento e desvalorização da História e do patrimônio local. A Educação Patrimonial busca reafirmar a memória e a identidade local, através delas o educando é capaz de desenvolver o sentimento de pertencimento e reconhecimento, não apenas como mero expectador social, mas principalmente como cidadão atuante e transformador.

Propiciando que os alunos interajam com o patrimônio, o ensino de História viabiliza que os mesmos compreendam as relações sociais do passado ainda presentes na nossa sociedade. Com isso, a intenção é de levar o aluno a se apropriar livre e conscientemente da História que o cerca.

As Orientações Curriculares de Mato Grosso para a Área de Ciências Humanas (2012, p.

37), nos direciona para as especificidades do ensino de História, uma vez que segundo as orientações: “Estudar o local e o regional é fundamental, pois possibilita que o estudante entenda a história a partir de seu cotidiano, das suas relações sociais, dos seus hábitos e costumes das memórias construídas culturalmente”.

Seguindo esta mesma linha de pensamento o Documento de Referência Curricular para Mato Grosso (DRC-MT 2018), coloca que:

Ensinar história local e regional permite ao aluno possibilidades de conhecer o seu entorno, pois trata das especificidades, consolidando sua referência de um mundo em constante movimento, indo do micro para o macro e também do macro para o micro, situando-o numa visão ampla, crítica e reflexiva que objetiva constituir numa identidade do local para o global. (DRC-MT, 2018, p. 251)

Observamos com isso que já algum tempo existe a preocupação com o estudo da História Local, não só por parte dos documentos que orientam o ensino, mas também por parte de estudiosos, como é o caso das autoras Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli (2004) que apontam para o fato de que:

O trabalho com a história local no ensino de História facilita, também, a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob a forma de conhecimento histórico (SCHMIDT e CAINELLI, 2004, p. 114).

O fato de o aluno pensar que sua História não tem a mesma importância que a Nacional é sempre uma questão recorrente, uma vez que o que está presentes nos livros didáticos estão geralmente muito distantes deles, além do fato de que os mesmos não tem conhecimento suficiente para entender que uma não está deslocada da outra e com isso é necessário levá-lo a compreender que os registros da localidade, o patrimônio cultural local está ligado à História presente nos livros e nos documentos oficiais, mesmo que para ele não se apresente de forma clara. Ainda conforme as autoras SCHMIDT e CAINELLI (2004, p. 113) “O trabalho com a história local pode ser instrumento idôneo para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História”.

A História local está ligada à História do aluno, o patrimônio institucionalizado está ligado ao que o mesmo compreende como seu patrimônio, basta dar visibilidade e importância para ele. A escola como espaço onde se pratica o ensino-aprendizagem é também o local onde as memórias são produzidas.

SCHMIDT e CAINELLI (2004, p.11) relatam que, a disciplina de História no passado, tinha a função de formar cidadãos para “servir” a pátria, além de colaborar para a construção da identidade nacional com “seus heróis e marcos históricos”²⁴. Para superar esta visão, a historiadora Circe Bittencourt (2013) acredita na ideia que a disciplina de História precisa formar cidadãos que sejam capazes de confrontar a realidade e reagir diante dos acontecimentos²⁵.

E é dentro da perspectiva apontada por BITTENCOURT que se insere o atual ensino de História, pautado na formação crítica dos alunos, um ensino diversificado como garante a Lei nº 9394/96²⁶, mesmo com todos os desafios enfrentados pela disciplina nos dias atuais, a negação de sua importância, a busca pelo apagamento dos movimentos que nos trouxeram onde estamos hoje e principalmente a tentativa de impedir novos avanços. Como sabemos a função do ensino de História não é de apenas servir de mera transmissão de conhecimento e sim de oportunizar aos alunos a livre apropriação dele.

De acordo com o autor Ricardo Oriá (In. Bittencourt, 2017, (org.)):

A educação patrimonial nada mais é do que a educação voltada para questões referentes ao patrimônio cultural, que compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a preservação do patrimônio histórico, até a realização de curso de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do patrimônio cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e consequentemente o interesse pelo tema. (ORÍ, 2017, p. 141-142).

Entretanto trabalhar está temática na disciplina de História ou em outras disciplinas da área de Humanas nem sempre é tarefa fácil, no entanto as dificuldades não devem se tornar empecilhos para introduzir e desenvolver a Educação Patrimonial, pois a mesma “pode levar alunos e professores a utilizarem objetos culturais em sala de aula ou nos próprios locais onde são encontrados” (HORTA, et. al, 1999, p. 8).

Acreditamos que ao atrelarmos a Educação Patrimonial ao ensino de História possamos contribuir para diminuir a distância entre o patrimônio cultural local, a comunidade escolar e a sociedade de um modo geral. Ressaltando que não estamos falando aqui apenas do patrimônio

²⁴SCHMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.

²⁵ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto Editora, 2013.

²⁶ Conforme (ORÍ, 2001, p.5) no artigo 26 dispõe que os currículos do ensino fundamental e médio devem observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura.

oficializado pelo IPHAN, mas de todo patrimônio cultural reconhecido e identificado pela comunidade, que pode ser o oficializado, mas também os de valores culturais afetivos.

O ensino de História na educação básica deve lançar mão dessa metodologia como forma de valorização das memórias das pessoas que vivem na cidade de Cáceres-MT, uma vez que a cidade é dotada de um rico patrimônio cultural que pode ser encontrado em várias lugares do município, tanto na parte urbana quanto rural, sendo grande parte dele desconhecido para muitos habitantes, pois o que muito se vê são ações voltadas apenas para os bens presente no centro histórico, pois dessa forma espera-se haver a promoção do exercício da cidadania²⁷, além deste patrimônio oficial ainda temos os lugares de memórias eleitos por diversos grupos que devem ser privilegiados e incluídos quando se insere a temática patrimônio cultural em sala de aula, é preciso que o cotidiano do aluno também esteja presente quando se inclui a metodologia de educação patrimonial em âmbito escolar.

As autoras HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO (1999), no diz que:

Educação Patrimonial é um **instrumento** de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **autoestima** dos indivíduos e comunidades e à **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 04).

Os apontamentos feitos pelas autoras vão de encontro às orientações presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN-1998), que apresenta como um dos objetivos gerais para o Ensino Fundamental, propiciar aos alunos “conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro” (BRASIL, 1998, p. 7)²⁸. O professor de História pode e deve demonstrar para os alunos a relação existente entre patrimônio e ensino de História, que apesar de distintas elas se complementam.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC-2017) traz orientações para a estruturação de um currículo mínimo obrigatório para todo o país, mas também, permite que cada região, Estado, cidade e escola inclua nos currículos conteúdos que contemplam as características locais, desde que atenda os conteúdos definidos como obrigatórios²⁹. Embora saibamos que

²⁷ De acordo com Ricardo Oriá (Apud. Bittencourt, 2017), [...] é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso a população urbana não tem condição de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos. (ORÍ, 2017, p. 139).

²⁸ Disponível em: www.portal.mec.gov.br

²⁹ Temos aqui um grande desafio a ser vencido pelos professores, pois existe hoje um “projeto político” de diminuição da carga horária da disciplina de História, a exclusão de alguns temas nos materiais didáticos, entre

mesmo presente no texto da BNCC, no DRC-MT e nos PCN, inserir a temática História e patrimônio local se configura como um grande desafio. Ainda conforme a BNCC (2017, p.350), um dos objetivos do ensino de História é: “é estimular a autonomia do pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas”. Cabendo ao professor a responsabilidade por considerar as experiências e realidades sociais em que os alunos e comunidade estão inseridos.

As autoras HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO ainda ressaltam que:

O **diálogo** permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a **comunicação** e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a **troca** de conhecimentos de **parcerias** para a valorização desses bens. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p.4).

Assim, de acordo com as orientações das autoras, entendemos que o trabalho com Educação Patrimonial na educação básica visa envolver alunos e comunidades em atividades que busquem o conhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural local. Nesta mesma linha de pensamento Jozania Carvalho Leão (2013), complementa dizendo que:

[...] nós educadores temos um papel importante na escola: propagar e difundir a ideia de que valorizando suas origens, sua história e que uma sociedade que não considera e não respeita o patrimônio cultural em toda sua diversidade, (...), tende a perder sua identidade e memória cultural. (LEÃO, 2013, p. 6)³⁰.

A Educação Patrimonial busca promover situações de aprendizagem, para promover a conscientização sobre os grupos, lugares, memórias e identidades que nos antecederam. Para isso o ensino de História pode e deve lançar mão dos lugares de memória, monumentos, museus, arquivos, entre outros, presentes na cidade, incluindo o tema no currículo em todos os níveis de ensino.

Evelina Grunberg (2000, p. 169) nos apresenta a ideia de que “proporcionar à criança um maior contato com a criação cultural que é um fazer contínuo da sociedade (...) possibilita adquirir os instrumentos para recriar, transformar, usar e desfrutar o patrimônio cultural”, ou seja, assim o aluno além de interagir com o patrimônio local também passa a ser um agente

outros. Será que com todos esses desafios e retrocessos conseguiremos abordar temas ligados a regionalidade do aluno?

³⁰ Ver: LEÃO, Jozania Carvalho. **História, Educação Patrimonial e preservação da Memória afrodescendente de Linha Marioti: uma proposta de intervenção pedagógica**. Cruzeiro de Iguaçu, 2013.

dele, contribuindo para “preservá-lo, enriquecê-lo e valorizá-lo para participar das mudanças da cultura de hoje e do amanhã”.

Conforme os PCN para o Ensino Médio (1999, p.306), o ensino de História deve:

Introduzir na sala de aula o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos, áreas preservadas, permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana (BRASIL, 1999, p.306).

O texto presente nos PCN privilegia o discurso de valorização do patrimônio cultural oficial, porém podemos nos apropriar dele para valorizar as festas, as comemorações, os bens culturais da comunidade em que se está envolvido, dando visibilidade ao que ela produz. A introdução destes debates em sala de aula possibilita que os alunos não só tenham acesso aos vestígios do passado como também criem relações, faça ligação entre eles e a produção histórica e cultural de sua comunidade. As autoras TORRES & SCHIAVON (2015) apontam que:

O estudo de história local pode ser feito ao longo de toda a formação básica como referência de identificação na história geral, na qual se utiliza o micro para assimilar o macro. Ainda que os estudos locais sofram limitações diante das representações regionais e nacionais, são relevantes no processo de fazer história de “baixo para cima”, na medida em que oportuniza um sentido maior ao processo histórico vivenciado pelas comunidades (TORRES; SCHIAVON, 2015, p. 62)³¹

Assim o ensino da História local a partir do patrimônio cultural possibilita ainda que a comunidade escolar conheça as memórias, versões e experiências de diferentes sujeitos, não só as versões oficiais dominantes. Conforme aponta Claudiana Y Castro “a Educação Patrimonial significa valorizar os aspectos que caracterizam a sociedade e o local de vida da comunidade”, no sentido de valorizar e preservar todo e qualquer tipo de patrimônio.

E ainda de acordo com SILVA & SILVA (2009, p. 185) “o professor de História tem papel político dos mais importantes em nossa sociedade, papel ao qual não se pode furtar, mas que muitas vezes não percebe o de formador de consciências”. Assim entendo que o nosso papel é intermediar a construção do conhecimento histórico. O ensino da História local pode ser eficaz na construção do pensamento histórico, além de ampliar as experiências educativas e permitir que o aluno se perceba como parte construtor da História.

³¹ Ver: TORRES, Tatiana Carrilho; SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. **Educação patrimonial e o ensino de história das cidades**. Revista Memorare. V. 2, nº. 2 (2015).

Márcia Chuva (2012, p.163) aponta que: “os valores identificados nos bens culturais, visando a sua patrimonialização, são atribuídos pelos homens e, portanto, não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza”. Todas as estratégias utilizadas no ensino de História são válidas e podem contribuir para a construção do conhecimento histórico escolar, as mesmas podem ir mais longe e romper com as concepções tradicionais de ensino, de maneira (aqui torno a repetir) que o aluno se torne protagonista da História e não um mero espectador, apenas passando por ela sem perceber seu papel na sociedade. A História e o patrimônio cultural de Cáceres/MT não terão nenhum valor afetivo para o aluno que não se sinta incluído, continuará com o olhar para a Europa ou a região sudeste do Brasil, por exemplo. Todas as ações são necessárias na disciplina de História desde os anos iniciais para que o aluno compreenda seu papel na sociedade e na construção da História.

Acreditamos que através do estudo do meio, com base na Educação Patrimonial seja possível preparar o olhar dos alunos ao realizarem uma simples caminhada no local, espera-se que os mesmos sejam capazes de perceber e questionar o que está exposto, interagindo de maneira crítica com o lugar.

A autora Zita Possamai (2010), em “Cidade: escritas da memória, leituras da história”, coloca que:

Proponho caminhar pelas ruas, pelos lugares, experimentando percursos inusitados e fora do itinerário cotidiano das multidões. No Centro Histórico, é interessante observar tanto as ruas e seus nomes, os edifícios e sua imagem arquitetônica, as praças e seus desenhos, os monumentos, como também as gentes que povoam o espaço: os personagens do centro histórico, os engraxates, os velhos, os trabalhadores, os artesãos, os vendedores de toda ordem, os indígenas. (...) Da mesma forma, deve-se caminhar pelo bairro com intuito de ler: a rua onde se mora, as árvores, os jardins das casas ou dos condomínios, os riachos, as vielas asfaltadas e aquelas que guardam a magia de serem pouco frequentadas pelos automóveis. (POSSAMAI, 2010, p. 217)³².

De acordo com a autora, a percepção do espaço se dá conforme o exercício que realizamos ao tentar entendê-lo ou fazer parte dele. O cenário sendo ele o Centro Histórico ou os lugares de onde se origina a clientela da escola se torna um espaço privilegiado de conhecimento, ainda segundo a autora existirão várias cidades “vivenciadas no cotidiano e desejadas no coração de seus habitantes ao longo do tempo” (POSSAMAI, 2010, p. 214).

No sentido de valorizar e preservar o Patrimônio Cultural local propõem-se ações voltadas para o conhecimento e inserção da comunidade escolar nestes espaços, ações que visem estudar, conhecer, participar dos lugares de memórias da cidade, não só os oficializados,

³² Ver: POSSAMAI, Zita. **Leituras da cidade** / Zita Possamai (organizadora). Porto Alegre: Evangraf, 2010.

mas também os espaços de referência e relevância para a comunidade, aqui representada pelo grupo de alunos da escola.

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: CÁCERES/MT

Dentre as motivações que nos fizeram trabalhar sobre o Patrimônio Cultural da cidade de Cáceres, está minha condição de moradora e professora da rede pública de ensino. Durante anos venho atuando como professora, sendo assim possível perceber que havia pouco conhecimento dos alunos em relação à História e ao Patrimônio Cultural local, o que nos causa inquietações, nos faz pensar sobre como estas temáticas poderiam ser abordadas em sala de aula, de maneira a produzir um conhecimento mais significativo. Minha experiência anterior com a temática foi importante para perceber que a inserção destes temas nas aulas de História contribui para aproximar o aluno da disciplina de História e do que se encontra ao seu redor. Pois, mesmo a cidade de Cáceres tendo mais de dois séculos de existência (fundada em 1778 como povoação, pela Coroa portuguesa) e um Centro Histórico tombado em âmbito municipal, estadual e federal³³ ainda existem lacunas que devem ser estudadas sobre a História e o patrimônio local.

Sendo assim, abordaremos neste capítulo aspectos da História e Memória da cidade de Cáceres/MT, com vistas para o seu patrimônio cultural, com atividades que envolvam a metodologia de Educação Patrimonial, com o objetivo de diminuir o distanciamento e oportunizar aos alunos conhecer a História e as memórias presentes em vários pontos da cidade, sejam eles lugares oficiais e/ou afetivos, assim como também levá-los a perceber que o que está em seu entorno e o que é produzido por seu grupo também compõem o patrimônio de sua comunidade.

2.1 História, Memória e Patrimônio Cultural de Cáceres/MT

Uma cidade é, pois, detentora de história e memória, assim como também o é desta comunidade simbólica de sentido a que se dá o nome de identidade. O centro de uma cidade foi por muito tempo, o cartão de visitas de uma cidade. Mesmo que tais espaços tenham sofrido degradação, deixaram marcas, que funcionam como padrões de referência identitária para uma cidade. (PESAVENTO, 2007, p. 2).

³³Sobre isso ver: ARRUDA, Renato Fonseca. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas**: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação. Dissertação de Mestrado. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014.

De acordo com a autora Sandra Jatahy Pesavento³⁴, é possível perceber que os vestígios do passado presentes na cidade, precisam ser preservados para que as atuais e futuras gerações tenham acesso e interajam com eles, pois são fatores que também colaboram para a formação da identidade local. As cidades são guardiãs da História em suas ruas, monumentos e construções, aí estão presentes vestígios de tempos passados, que nos dá uma ideia de como viviam as sociedades de determinadas épocas, quais as relações sociais, econômicas, a disputa pelo poder.

As cidades se apresentam como locais onde as relações sociais se constroem e se estabelecem ao longo dos anos, onde grupos se encontram e tecem cotidianamente suas histórias, algumas se aproximam, enquanto outras por suas diferenças acabam se afastando. Muitos vestígios dessas histórias são guardados nas ruas, nas casas, praças, igrejas e monumentos que insistem em permanecer como guardiões da memória. Conforme aponta ZANELLA (2020, p. 7) “Toda cidade se caracteriza como uma complexa composição de tempos e espaços, como território de inscrição e produção de modos de vida que se afirmam como memória em constante atualização”. Encontramos aí o processo histórico que se torna objeto e fonte de pesquisa.

Este lugar permeado de sujeitos que vivem e fazem Histórias, e toda construção feita ao longo do tempo permanece viva para que novos habitantes possam interagir com os vestígios do passado e construir novas Histórias. Logo precisamos estar atentos ao olharmos os símbolos presentes na cidade, eles revelam para nós as marcas deixadas por várias sociedades do passado, presentes nas construções, nos rituais, nas maneiras de pensar e agir, algumas marcas bem visíveis, como é o caso do patrimônio edificado, outras nem tanto, é preciso muita atenção e vontade por parte dos leitores da cidade.

As historiadoras SCHMIDT e CAINELLI (2004), apontam o estudo da História local como estratégia de aprendizagem:

O estudo da localidade ou da história regional contribui para uma compreensão múltipla da História, pelo menos em dois sentidos: na possibilidade de se ver mais de um eixo histórico na história local e na possibilidade de análise de micro histórias, pertencentes a alguma outra história que as englobe e, ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades. (SCHMIDT & CAINELLI, 2004, p. 113)

Nesse sentido buscamos não só aproximar os alunos da História local, mas possibilitá-los conhecer os diferentes sujeitos construtores desta sociedade, aqueles que foram

³⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, memória e centralidade urbana**. Rev. Mosaico, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.

privilegiados na historiografia bem como aqueles que foram deixados de lado, seja nos registros escritos ou na escolha dos bens que foram tombados como patrimônio e que estão ainda presentes no Centro Histórico da cidade. É fundamental neste sentido valorizar a História e a Cultura local com práticas pedagógicas que motive e incentive os alunos a pesquisarem sobre o meio em que estão inseridos.

Apesar da cidade de Cáceres ser detentora de um centro histórico tombado, com muitos casarões em estilos variados (com característica colonial, neoclássico, eclético e art déco), com monumentos, igrejas e prédios visualmente acessíveis, nem todos os cidadãos os reconhecem como representante do seu patrimônio, dessa forma é preciso desenvolver ações mediadoras para que as pessoas conheçam e se reconheçam no patrimônio que compõe os espaços e a História local, isso, porém a nosso ver deve ser iniciado pelos bens eleitos pela comunidade, independente se são ou não tombados, pois só é possível a valorização e preservação a partir do momento que os sujeitos reconheçam esses bens como representantes de sua cultura e identidade.

A autora PESAVENTO (2007, p.4), nos alerta ainda para a importância e os desafios de estudar o passado, onde o mesmo “implica lidar com vários tempos: da cidade que se vê e a da que não se vê oculta e esquecida”. A cidade é uma grande fonte de pesquisa e conhecimentos, e este fato é um grande aliado no processo educativo.

De acordo com LE GOFF (1996, p. 535) “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade(...)”. Assim, conforme o autor, o que se tenta preservar como patrimônio cultural da cidade é apenas um fragmento do passado, uma escolha feita por pessoas que deteve ou detêm ainda de alguma forma o poder. Esses fragmentos escolhidos para representar a História e o patrimônio da localidade acaba por influenciar a forma como as pessoas enxergam a cidade, alguns se identificam enquanto outros não se sentem representados.

Além disso, observamos que existe na cidade uma disputa entre os elementos que a compõe, os elementos modernos e as práticas de preservação, o crescimento urbano, as transformações e a modernidade na maioria das vezes ofuscam e até mesmo fazem desaparecer as características de tempos remotos. Observamos isso principalmente nas arquiteturas das casas e nas ruas, fachadas recebem ares mais modernos, ruas são alargadas e recebem calçamentos. Assim a paisagem local é transformada e as características do passado deixam de existir. As lembranças e memórias do passado ficam muitas vezes restritas a um pequeno espaço

denominado “Centro Histórico”³⁵, local que reúne muitas características importantes não só para a cidade, mas para toda região.

A cidade de Cáceres/MT que teve sua origem ainda no período da Brasil colônia, na segunda metade do século XVIII, com o nome de Vila Maria do Paraguai, assim como outras povoações luso-brasileiras surgidas neste período, é composta por elementos que acabaram se constituindo como patrimônio cultural. Muitos vestígios deste passado podem ainda serem encontrados no espaço local, principalmente no espaço central e em algumas fazendas que remontam este período.

A povoação surgiu a partir de um projeto da Coroa portuguesa de expansão político-territorial e defesa das fronteiras³⁶. De acordo com o historiador Otávio Ribeiro Chaves (2011), Cáceres, em 1778, recebeu o título de vila, mas se constituiu apenas como uma povoação luso-brasileira, pois para ser de fato uma vila era necessário seguir uma série de critérios político-administrativos, o que só veio a acontecer no século XIX. Ainda sobre isso, a autora Maria de Lurdes Fanaia (2011) aponta que:

Embora a povoação tivesse sido fundada e designada na ata de fundação com a categoria de “vila”, fora apenas uma questão nominal, pois até então, era apenas “freguesia” e só adquiriu a categoria de vila em 1859, recebendo oficialmente o status de “vila” (FANAIA, 2011, p.81).

Vila Maria do Paraguai foi fundada em 06 de outubro de 1778, no sudoeste da capitania de Mato Grosso, pelo 4º governador Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. No início era apenas um pequeno povoado situado à margem esquerda do Rio Paraguai, mesmo assim foi-lhe dada à denominação de vila. O povoado recebeu esse nome em homenagem a D. Maria I, rainha de Portugal³⁷, posteriormente em 1779 passou a se chamar São Luiz de Cáceres em homenagem ao Governador da Capitania de Mato Grosso (FERREIRA, 2001)³⁸.

³⁵A ideia de centro histórico, portanto, refere-se ao núcleo dos edifícios mais antigos de uma cidade. Também chamado de centro histórico, este espaço inclui os primeiros edifícios que marcaram o nascimento da localidade em questão. Normalmente, um centro histórico tem valor cultural, social e turístico. Constitui as raízes da cidade e as fundações das quais surgiram os demais edifícios, instituições etc. Disponível em: <https://conceito.de>centro-historico>

Ainda sobre o Centro Histórico de Cáceres-MT, DITZ (2018, p. 42) esclarece que a cidade teve o centro histórico tombado provisoriamente em 1991 pela Fundação Cultural de Mato Grosso, em 2002 houve o tombamento estadual definitivo, já o tombamento federal ocorreu em 2010 através do IPHAN.

³⁶Ver: CHAVES, Otávio Ribeiro. *Império Português: O Marco do Jauru e a Povoação de Vila Maria do Paraguai, Século XVIII. História e Memória Cáceres*. Ed. UNEMAT, 2011.

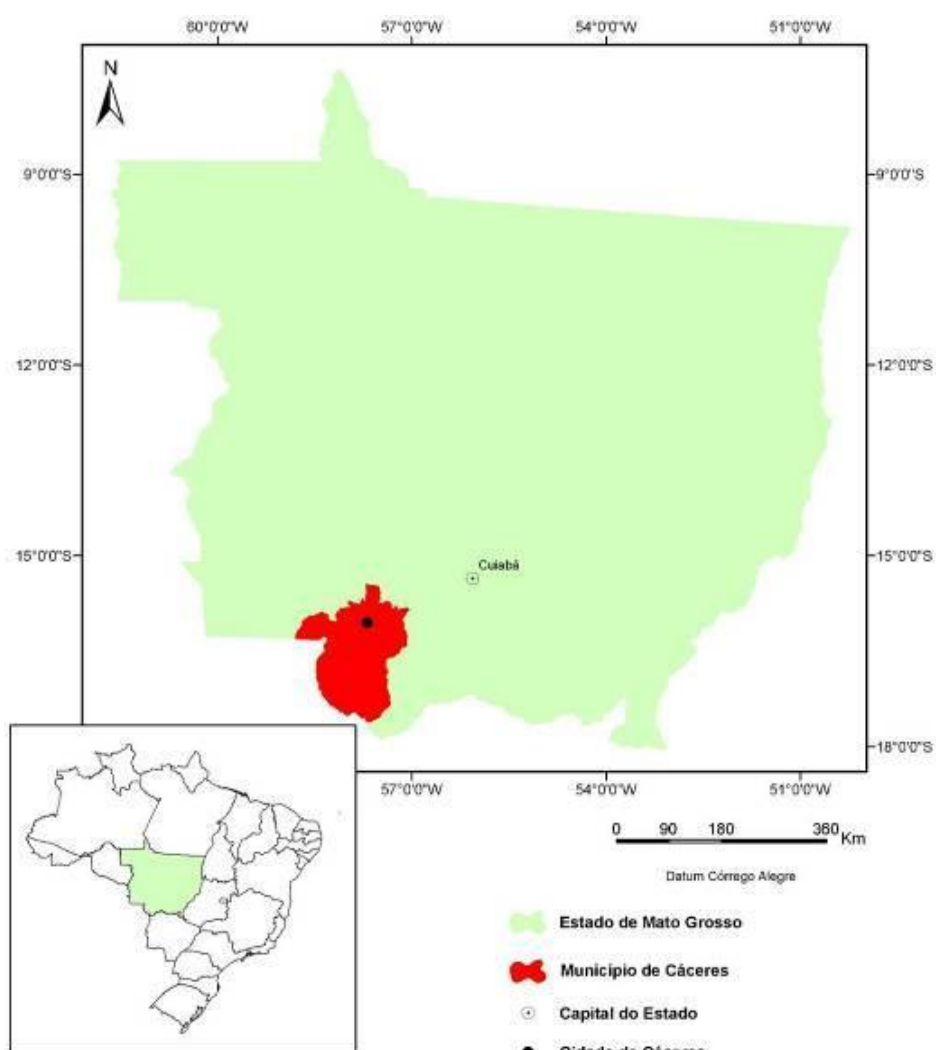
Ainda segundo o autor “Havia a preocupação por parte da Coroa portuguesa não somente criar novas povoações, mas a de civilizar os seus habitantes”.

³⁷Disponível em: www.mt.gov.br/arquivopublico. Acesso em: 26/03/2020.

³⁸ FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.

Sua localização não ocorreu por acaso, foi pensada estrategicamente, pois ficava no meio do caminho entre Vila Bela da Santíssima Trindade, (na época capital da capitania) e Cuiabá, abaixo o mapa nos dá a localização do município conforme as fronteiras de hoje, mesmo assim é possível percebermos que a escolha do local se deu por sua posição privilegiada, tanto em relação aos domínios colonial português como espaço de fronteira em relação aos domínios espanhóis.

Figura 1: Localização do município



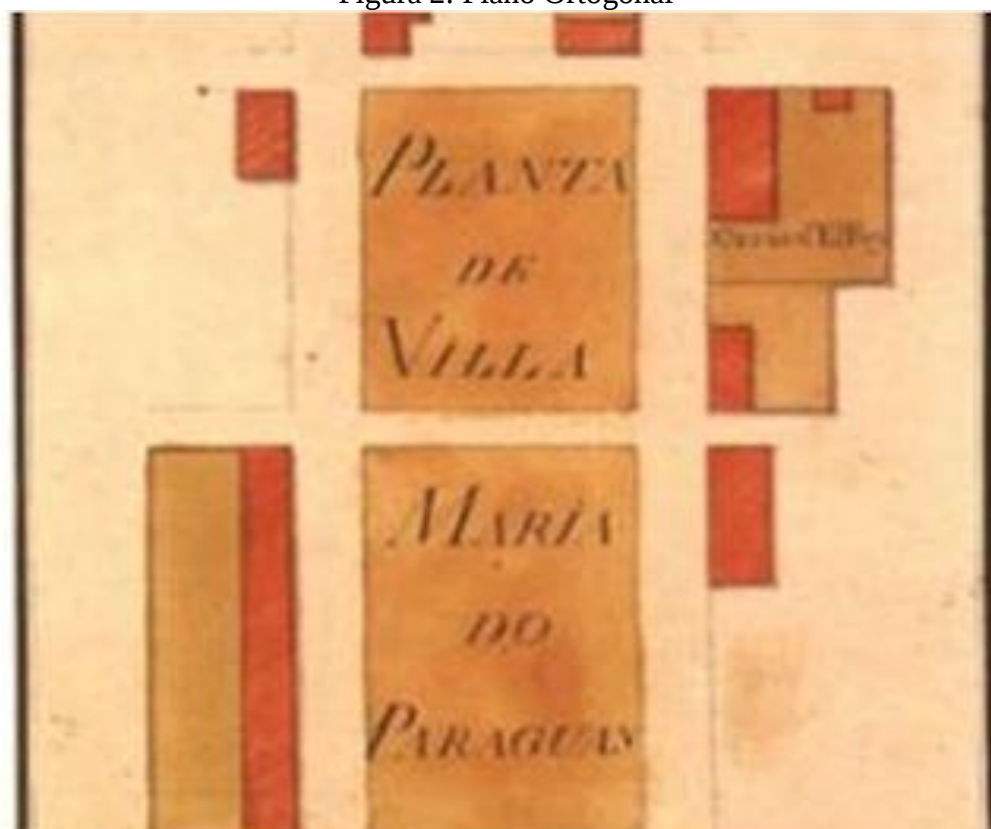
Fonte: <http://www2.unemat.br/atlascaceres>

O mapa acima nos mostra a localização do município em relação ao Estado de Mato Grosso, nele se vê a formação de um local não só estratégico porque servia de ligação entre duas outras vilas importantes da capitania, mas também sua localização em relação à fronteira

entre os domínios coloniais de Portugal e da Espanha na América do Sul, pois a ideia de povoar era uma maneira clara de garantir o território para o domínio português.

A povoação de Vila Maria do Paraguai (1778), atual cidade de Cáceres/MT foi pensada e projetada seguindo o típico modelo português, a partir do plano ortogonal, que conforme a historiadora Rachel Tegen de Pinho (2013)³⁹ o “modelo traduzia a racionalidade iluminista em voga”. A vila nascia próxima a um rio⁴⁰ que serviria não só para o abastecimento de água, como também para a navegação, era composta por um Largo, uma igreja e algumas pequenas construções que abrigavam seus moradores.

Figura 2: Plano Ortogonal



Fonte: Acervo Casa da Ínsua, Portugal apud ARAUJO; CARTA; ROSSA, 2002, p. 15. Apud: Garcia, 2013, p. 72

Vemos na imagem um modelo com características retangulares simples, composto por linhas retas demarcando os espaços, características presentes também em outras colonizações portuguesas. Ainda conforme PINHO (2013, p. 2), “gradualmente várias construções foram

³⁹ PINHO, Rachel Tegen. Entre monumentos e documentos: Reflexões sobre os tombamentos de Cáceres/MT. **XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**. ANPUH, Natal/RN, 22 a 26 de julho de 2013.

⁴⁰ Trata-se do Rio Paraguai, que nasce no atual município de Diamantino e percorre vários municípios brasileiros e países da América do Sul.

introduzidas no entorno”, construções essas que passaram a apresentar características variadas, de acordo com o que estava em uso na época. Este modelo perdurou por muito tempo, como podemos verificar no traçado da cidade onde as construções feitas posteriormente ainda mantiveram essas características, somente com a abertura de novos bairros mais distantes do centro é possível visualizarmos uma configuração diferenciada.

A princípio o que se via nas construções da cidade era a tipologia colonial simples, com ruas apertadas e sem calçamento, posteriormente surgem novos estilos arquitetônicos como neoclássico e eclético, mais adiante os estilos art déco e a inspiração neogótica, dando a localidade um ar mais “moderno”. Isso conforme a autora “corresponde ao final do século XIX e a primeira metade do século XX” (2013, p. 2). Ainda segundo PINHO (2013):

[...] “salpicando” de edificações, suas ruas, suas travessas, seus largos, cujos nomes ainda permaneciam inalterados em 1888 desde a época colonial, evocando sentimentos ou indicando a localização de algum ponto importante ou endereço de alguém (PINHO, 2013, p.2).

Com o passar do tempo o largo transformou-se no Largo da Matriz, local onde hoje se encontram a Praça Barão do Rio Branco⁴¹ e a antiga igreja⁴² deu lugar a imponente Catedral São Luiz⁴³. Não só estes pontos como vários outros na cidade passaram por mudanças na tentativa de se adaptarem a modernidade vigente, várias construções receberam novas fachadas buscando se aproximarem dos novos modelos de construção da época, também ruas e travessas foram batizadas com outros nomes, geralmente de personagens, fatos ou acontecimentos considerados importantes não só para a História Local, mas também para a Regional e a Nacional⁴⁴.

⁴¹ Localizada no centro histórico de Cáceres, teve seu primeiro jardim público inaugurado em 1938, idealizado pelo Major PM e Delegado de Polícia Oswaldo Cícero de Sá. Conforme PINHO (2011, p.76) “Foi somente no século XX que a praça recebeu ornamentos com a introdução de canteiros de plantas variadas (...). A construção do coreto e a fixação da gradis de ferro em todo entorno da Praça Barão foram medidas adotadas que traduziam a inserção da cidade na modernidade.

⁴² Localizada aos fundos de onde hoje é a Catedral São Luiz

⁴³ No momento em que foi projetada, foi um período em que os padrões de modernidade vindas da França estavam em ascensão, assim a Catedral foi planejada como uma réplica da Catedral de Notre Dame de Paris com inspiração no estilo gótico e Neogótico Sua construção teve início em 1919 e terminou em 1965. Disponível em: **LEITE, Maria Solange de Sá. A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção de um Guia Didático-Histórico.** Dissertação de Mestrado PROFHISTÓRIA; UNEMAT, 2018 - www.educapes.capes.gov.br/guiadidaticodeeducaopatrimonial

⁴⁴ Conforme FANAIA (2011, p. 83) ruas, travessas e largos receberam outras denominações: Ruas: Rua da Manga (hoje Quintino Bocaiúva), Rua Direita (hoje 13 de Junho), Rua Formosa (hoje João Pessoa), Rua do Meio (hoje Antônio Maria), Rua Augusta (hoje Cel. José Dulce), Rua de Baixo (hoje Mar, Deodoro). Travessas: 1ª do Mercado (hoje Padre Casimiro), 2ª da Esperança (hoje General Osório), 3ª da Câmara (hoje Comandante Balduino), 4ª do Quartel (hoje Coronel Faria). Largos: 1º da Matriz (hoje Barão do Rio Branco), 2º do Mercado (hoje Major João Carlos).

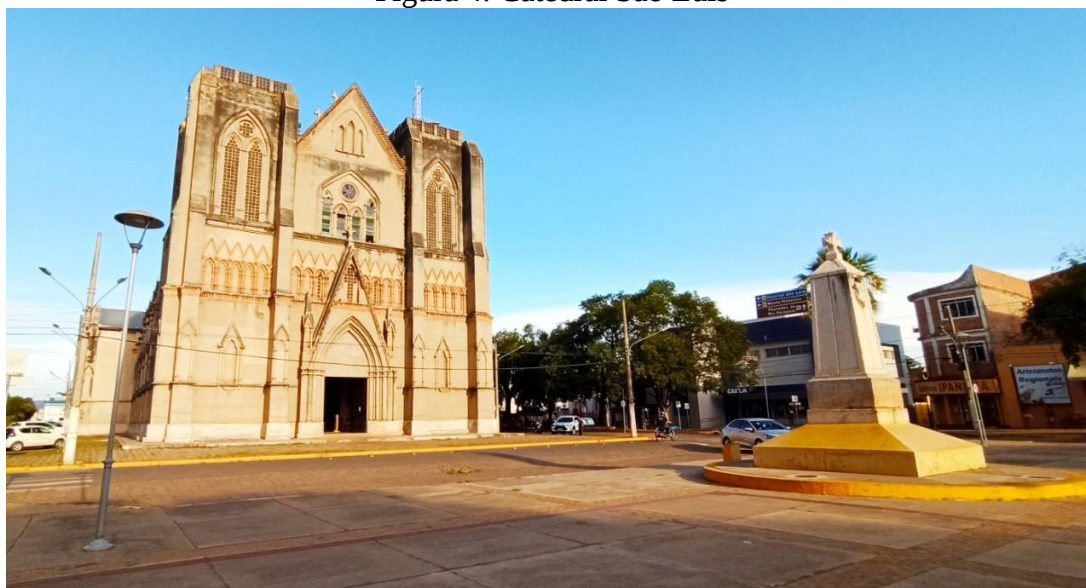
No decorrer do século XX o crescimento da cidade acaba por manter esse “modelo” apenas no perímetro inicial de povoação, pois os novos bairros passam a apresentar características diferentes em sua organização. Estes vestígios ainda presentes na cidade nos permite uma leitura sobre as mudanças, as permanências, o que se fez lembrar e o que se tentou esquecer, possibilitando conforme aponta HALBWCHS (1990) a construção da “memória individual e coletiva” da sociedade cacerense, pois muitas obras foram realizadas na tentativa de apagar as características “antigas” e introduzir no espaço local o mundo moderno. Como exemplo a isso a Igreja Matriz e o Largo, neste período da História considerada pequenas e inapropriados, não se enquadrando aos moldes da nova sociedade cacerense, dando lugar a Catedral São Luiz e a Praça Barão do Rio Branco.

Figura 3: Antiga Igreja Matriz



Fonte: NUDHEO/UNEMAT

Figura 4: Catedral São Luís



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2021

As imagens 03 e 04 nos revelam apenas fragmentos de um espaço da cidade, os detalhes presentes na época dos registros, mas conforme KOSSOY (2014, p. 168) de nada adianta se quem as vê nada souber sobre o que foi retratado, neste caso em específico apesar de sermos registros da Igreja Matriz, trata-se de fotografias tiradas em períodos diferentes, não são a mesma construção, de nada sobrou da primeira que conste na segunda, as duas fotografias da igreja de nada contribuirão para o conhecimento dos alunos, se eles não souberem a História por detrás delas, por isso se faz necessário contextualização da História local, de como a cidade se formou.

Ainda de acordo com as fontes documentais, a cidade de Cáceres, se notariou, a princípio com base na Ata de Fundação (1778) e os Códigos de Posturas 1860 e de 1888 que, segundo CASTRILLON (2006, s/p) “esses Códigos eram os reguladores (dispositivos) utilizados pelos vereadores para então gerenciarem a Vila. O Regulamento do Cemitério de São Luiz de Cáceres de 1888” (ARRUDA, 2014, p.63)⁴⁵, estes dispositivos tinham entre seus objetivos, disciplinar e vigiar seus habitantes e punir aqueles que não se enquadravam nas regras estabelecidas. Em 1860 Vila Maria já contava com uma Câmara Municipal e em 1874 foi elevada à categoria de cidade, recebendo o nome de São Luiz de Cáceres, nome que perdurou até o ano de 1938, quando passou a se chamar apenas Cáceres.

Segundo PINHO (2011) o período áureo da História da cidade ocorreu depois determinada a Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo um grande marco para as mudanças

⁴⁵ Ver: ARRUDA, Renato Fonseca. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação**. Dissertação de Mestrado Profissional – IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

ocorridas em São Luiz de Cáceres, pois com a reabertura da navegação pelo Rio Paraguai a cidade viu emergir muitas de suas mudanças, o fluxo comercial através do rio foi retomado contribuindo para impulsionar o comércio, a importação e exportação e também trouxe mudanças para o modo de viver dos seus habitantes pois, pelo rio não chegavam apenas às mercadorias mais modernas vindas de várias partes do Brasil e do mundo, principalmente da Europa, desembarcavam aqui também “ideias, ciências, modas e modismos”, o que influenciava na vida dos habitantes locais.. De acordo com a autora:

Gradualmente, após a liberação da navegação pelo Rio Paraguai, a paisagem citadina revelou por meio de sua arquitetura e abertura de novas artérias, várias transformações. Ao lado das antigas casas de tipologia colonial, foram construídas grandes casas em estilo neoclássico e eclético só possível com a entrada de novos materiais e técnicas importadas, principalmente da Europa. (PINHO, 2011, p. 68-69)

Essas não foram às únicas transformações ocorridas na cidade, muitas mudanças também ocorreram nos espaços públicos, onde eram adotados dispositivos para disciplinar as práticas em tais locais, esses novos dispositivos estavam presentes no Código de Posturas⁴⁶. Conforme PINHO (2011), o Código de Posturas de Cáceres era composto por “17 capítulos e 91 artigos que tratavam do ordenamento das ruas, travessas e praças, do comércio e manipulação de gêneros, do regime de trabalho dos criados (...)”. A intenção presente nos códigos de posturas se dava no sentido de regular a sociedade de acordo com a ordem pública.

As mudanças ocorridas na cidade a partir do final do século XIX e início do século XX pretendia modernizar o local, incorporar novos hábitos, civilizar e disciplinar os moradores, tudo isso ligado aos interesses de uma pequena elite local. As transformações colaboraram para dar ao local um ar mais moderno, novas ruas foram abertas, o traçado urbano foi sendo modificado, avançando em outras direções da cidade, porém as novas ruas e construções na cidade por um período continuavam seguindo o traçado original.

Também houve muitas mudanças nas construções arquitetônicas, inserindo novos estilos que modificavam as fachadas, faziam brotar novos casarões, o que após ser tombado se tornaram o que hoje constitui parte do patrimônio cultural de Cáceres, como por exemplo: a Casa Rosa, a Catedral São Luiz, a Casa Dulce, a Escola Esperidião Marques, o Bar Pinguim, a Igreja do Perpétuo Socorro, a Praça Barão do Rio Branco, entre várias outras edificações

⁴⁶ De acordo com Patrícia Figueiredo Aguiar (2011, p. 06) o Código de Posturas tinha como “objetivo primordial, formatar o espaço urbano, produzir uma realidade e ordenar a atuação dos indivíduos, da mesma maneira que estabelecer normas de controle das práticas cotidianas, impondo aos cidadãos da cidade, regras e procedimentos que legitimassem e facilitassem a vida na urbe”.

presentes na cidade, além das fazendas históricas na zona rural, como: a Fazenda Jacobina, a Fazenda Facão, a Fazenda Ressaca, isso nos leva aos apontamentos de Ecléa Bosi (1994, p.448) de que “alguns pontos da cidade nos possibilita a construção de um mapa afetivo” nos transportando para outra época, apesar dos vestígios nos “transportar” para o passado não podemos incorrer no erro de pensar que todos os moradores terão a mesma experiência, uma vez que esses vestígios não dão conta de representar toda a sociedade local⁴⁷.

Inserir a História da cidade no cotidiano do aluno possibilita a ele, conforme coloca as autoras SCHMIDT e CAINELLI (2004, p.113) “analisar os diferentes níveis de realidade: econômico, político, social e cultural” existente na sociedade atual, pois toda construção histórica da cidade do passado ainda estão presente na sociedade do presente, inclusive no que foi escolhido para representar o patrimônio cultural local.

Sobre o processo de tombamento dos bens ocorridos em Cáceres, Renato Fonseca de Arruda (2014, p. 72-73), aponta que os mesmos tiveram início a partir da década de 1970 quando houve uma série de ações políticas que visavam a descentralização das políticas de patrimônio, e entre outras coisas visava a preservação e promoção do patrimônio individual e dos conjuntos arquitetônicos, em Mato Grosso neste período buscava-se segundo o autor “(re)inventar a identidade mato-grossense”, aliado a este projeto e as políticas desenvolvimentistas implementadas no município, Cáceres teve seu primeiro bem tombado em âmbito federal, o Marco do Jauru em 1978, já era considerado um monumento histórico e a partir daí passou a fazer parte do patrimônio histórico e artístico nacional, abrindo caminho para que outros bens também fossem incluídos como patrimônio cultural.

Durante cerca de três décadas a cidade de Cáceres passou por alguns processos de tombamento, o primeiro em decorrência das comemorações do seu bicentenário, sendo o Marco do Jauru⁴⁸ o primeiro monumento a ser tombado. Posteriormente a ele ocorreu o segundo tombamento em 1991 pela Secretaria de Cultura do Estado, em 2002 o mesmo se tornou definitivo por meio da Portaria nº 072/2002. Em 2010 a cidade teve o Centro Histórico tombado

⁴⁷Segundo Luciano Pereira da Silva⁴⁷ (2011, p. 295), Cáceres é guardião de inúmeros lugares de memórias, ainda de acordo com ele “Existe quase uma centena de sítios arqueológicos registrados no município de Cáceres, como o Jatobá, Índio Grande, Descalvados, Barranco Vermelho e Jauru”. Percebemos que o campo do patrimônio de Cáceres é pouco explorado, cabendo ainda muitas pesquisas. Estes locais existem e devem ser preservados para que a sociedade se beneficie dele, por isso são necessárias mais ações concretas de valorização e preservação.

⁴⁸ Conforme o historiador Otávio Ribeiro Chaves na obra História e Memória: Cáceres, o Marco do Jauru é tanto um “instrumento de veneração” para as pessoas da cidade que convivem diariamente com ele quanto um “documento” para os historiadores, pois deve segundo ele “situá-lo em seu contexto histórico, percebê-lo enquanto artefato de poder capaz de inferir sentidos ao seu próprio tempo histórico” (2011, p. 22-23). LEITE (2018, p. 17), esclarece que: “O Marco do Jauru simboliza a demarcação do Tratado de Madri, que estabeleceu fronteiras entre as Coroas Portuguesa e Espanhola (...) A estrutura do monumento é de mármore e pedra lioz e tem 4,4 metros, montado e colocado inicialmente na foz do rio Jauru”.

e homologado pelo IPHAN em 2012⁴⁹. Tendo início uma série de estudos e políticas de preservação que resultaram no tombamento do conjunto arquitetônico da cidade. Esses acontecimentos segundo Rejane Alves Rodrigues Ditz (2018, p. 62) tinham “entre seus objetivos, garantir que a cidade mantivesse sua identidade histórica”, pois mesmo com todo crescimento da cidade, principalmente na segunda metade do século XX e início do século XXI o Centro Histórico permaneceu como ponto central da cidade.

Dessa forma, percorrer as ruas da cidade pode ser uma atividade fascinante e educativa, pois a mesma é diversa e repleta de memórias. Nesse sentido, a disciplina de História assim como outras disciplinas deve colaborar para que o aluno e toda comunidade escolar se insira neste universo, oportunizando o conhecimento da memória e da História Local e indagando sobre o que se buscou preservar.

Devemos lembrar sempre que não é apenas o perímetro denominado Centro Histórico que abriga os espaços de memórias, afinal todo espaço pode vir a ser um local de memória e com o crescimento da cidade, a formação de novos bairros e novos núcleos, vão surgindo novos lugares guardiões de lembranças, como já citados anteriormente as fazendas e alguns sítios arqueológicos do município, além deles existem como mencionamos as escolas, as praças dos bairros, o campo de futebol, locais onde a comunidade interage com mais frequência e que acabam sendo mais presentes na vida deles.

Além disso, as recentes pesquisas realizadas no âmbito do PROFHISTÓRIA/UNEMAT apontam que, parte da população do município de Cáceres não se sente representada por estes bens patrimoniais, que na maioria das vezes representam a emergência de uma sociedade do passado. E acreditamos que além desses lugares, outros se configuram como lugares de memória para a população local. São espaços onde a comunidade independente da classe social e do poder aquisitivo acabam por socializar, e que na maioria das vezes faz mais sentido para eles, são lugares como: a Praia do Daveron, Praça da Feira, Hospital São Luiz, o Cemitério São João Batista (local este que representa não só um local de dor e sofrimento, mas conforme as discussões realizadas com os alunos, também onde os mesmos relembram sepultamentos de pessoas “importantes” que acabaram se tornando um evento na cidade, lembranças compartilhadas geralmente por seus familiares). Além destes há lugares que não são

⁴⁹LEITE, Maria Solange de Sá. **A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção de um Guia Didático-Histórico.** Dissertação de Mestrado PROFHISTÓRIA/UNEMAT, Cáceres-MT, 2018. www.educapes.capes.gov.br/guiadidaticodeeducaçãopatrimonial

oficializados como patrimônio cultural, mas que se configuram como espaços de valor afetivo para a comunidade estudada, como a Escola, a praça do bairro, entre outros.

Nesse sentido essa pesquisa busca além da valorização, preservação e integração da comunidade escolar ao patrimônio cultural oficializado, também promover a inserção do patrimônio que a comunidade entende como importante e necessário no seu cotidiano, lugar onde vivem e estabelecem relações, que na maioria das vezes são esquecidos ou negligenciados, LACERDA (2011)⁵⁰, nos alerta para o registro de locais de memória da cidade que não engloba toda a sociedade:

Como historiadores, temos que nos preocupar em não sedimentar, através da nossa escrita, uma memória que reside em poucos lugares, pois a Casa Dulce, o marco do Jauru, a Casa Rosada, a Fazenda Jacobina e a Fazenda Descalvados são exemplos de memória de apenas um segmento da população cacerense – elite econômica e/ou política –, por tanto, não devemos menosprezar os múltiplos locais de memória existentes na cidade, a amplitude da História vivida, com práticas quotidianas bem diferentes desta memória disciplinada pelo discurso memorialista. (LACERDA, 2011, p. 210).⁵¹

O autor ainda afirma que, nós, enquanto historiadores, deveríamos dar maior “visibilidade e dizibilidade às constantes invenções da cultura cacerense”. (LACERDA, 2011, p. 212). O ensino de História tem papel importante neste processo, pois oferece ao aluno a oportunidade de refletir criticamente sobre sua realidade e o meio histórico-cultural do qual faz parte, que as memórias fazem parte do patrimônio e, por conseguinte, de sua vida.

Durante os estudos sobre a cidade de Cáceres nas aulas oficinas os alunos puderam perceber que a História da localidade é mais ampla e mais complexa do que os fatos que estão registrados em sites de órgãos oficiais como o da Prefeitura Municipal de Cáceres e do Estado de Mato Grosso, com registros resumidos e simplórios. Não havendo, por exemplo, discussão sobre os povos que viviam nesta região, dando a entender que tudo ocorreu de forma harmoniosa. Sabemos que em produções acadêmicas podemos encontrar trabalhos que contemplem estas discussões, porém as produções científicas muitas vezes ficam apenas no espaço acadêmico, e quando são levadas para a educação básica a partir do 6º ano, neste momento os alunos já estão impregnados de informações incompletas, distorcidas ou

⁵⁰ Sobre isso ver: LACERDA, Rubens Gomes. Instantâneo Histórico de Cáceres. In: **História e Memória Cáceres**. CHAVES, Otávio Ribeiro. & ARRUDA, Elmar Figueiredo(organizadores). Editora UNEMAT, 2011.

⁵¹ Os locais citados pelo autor compõem um leque de bens tombados na cidade, que permeiam o imaginário da população, em certos momentos dando a impressão de serem os únicos bens importantes para serem preservados e lembrados.

equivocadas, demandando tempo e esforço para que ocorra a desconstrução da visão incorporada neles.

2.2 Lugares de Memórias da Cidade: O Patrimônio Afetivo e o Oficial

Como vimos anteriormente à concepção de patrimônio cultural está diretamente ligada aos bens oficialmente chancelados pelos órgãos responsáveis, institucionalmente tombados. No entanto, sabemos que novas discussões estão sendo feitas em relação ao patrimônio cultural, o que vem abrindo caminhos para que outros dispositivos de memórias também possam ser compreendidos, mesmo que estes bens tenham relevância apenas para uma pequena comunidade. Pois como se sabe que as memórias são construídas independentes do local, assim como nos coloca NORA (1993, p. 9) “A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”, e se a memória está presente em todos os espaços, então precisamos dar visibilidade a eles.

Assim o espaço escolar, além de um espaço público e acessível, também é um espaço onde memórias individuais e coletivas são construídas, local de cultura e saberes que moldam os indivíduos que por ali transitam diariamente. AQUINO (2014, p. 27)⁵², aponta que “A escola contribui para forjar identidades” e que “O grupo de convívio, as trocas de experiências podem marcar por toda a vida”. A escola não é apenas um local onde se constroem o conhecimento, ela é também um espaço onde se produz memórias que contribuirão para a formação de identidades.

Logo a escola não pode ser compreendida apenas como local de trabalho e ensino-aprendizagem, ou apenas como local de construção e disseminação de conhecimento, a mesma também é um espaço de memória que pode e deve ser preservado, assim como aponta MENEZES (2005, p. 2) “a escola vista para além de lugar de trabalho, ao constituir-se também em lugar de memória”⁵³, por tudo que é e representa para os sujeitos que por ela passa. Neste espaço se produz conhecimento, lembranças, memórias e se estabelece identidades.

Menezes ainda nos chama atenção para a importância de considerarmos os “diversos espaços de memórias”, pois estes podem nos oferecer material de estudos e inúmeras

⁵²Ver: AQUINO, Cristiane Valdevino de. Educação Patrimonial na sala de aula: a escola como patrimônio cultural. In: **Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade** / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Organização, Átila Bezerra Tolentino [et al.]. – João Pessoa: Iphan, 2014. (Caderno Temático; 4)

⁵³ MENEZES, Maria Cristina. A escola e sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade de interlocução. **Pró-posições**, V. 16, n. 1, p. 46, jan./abr. 2005. Disponível em: www.periodicos.sbu.unicamp.br

possibilidades de aprendizagem. Destaca ainda que existe um “esforço para preservar a memória das instituições” por parte dos pesquisadores, passando a considerar o que antes era descartado. Nosso objetivo em relação à escola não é pensá-la e estudá-la apenas enquanto edificação, mas como um lugar onde as relações acontecem e contribuem para construção de lembranças e memórias que se perpetuam ao longo do tempo.

A escola assim como a cidade é um espaço que abriga diferentes grupos, com práticas culturais diversas e que com o passar do tempo, estes vão se apropriando da cultura uns dos outros de forma natural ou até mesmo intencional o que faz com que surjam novas produções, tornando a escola um local de experiências culturais próprias.

Aqui apresentamos apenas um recorte referente às relações culturais que se realizam na comunidade escolar da qual fazem parte os alunos do 8º ano, selecionados para nos ajudar a concretizar o trabalho, a partir das atividades realizadas durante as aulas/oficinas percebemos que na escola são aflorados alguns sentimentos como pertencimento, inclusão e identidade que contribui para moldar cada estudante, ações simples como caminhar para o lanche ou até mesmo as rodas de conversa no pátio. De acordo com a autora Márcia Chuva (2011), vários acontecimentos afetaram a identidade e a memória social:

Ao mesmo tempo em que vimos ocorrer um redimensionamento simbólico das fronteiras nacionais, vimos o mergulho no universo singular das identidades locais territorializadas e a proliferação de memórias como características *sui generis* da contemporaneidade. Nessa configuração, o patrimônio cultural sofreu ampliação e mudanças significativas para lidar com um mundo saturado de memórias. (CHUVA, 2012, p. 14)

Todo o espaço e o conjunto de bens que compõem a comunidade escolar estão cercados de sentimentos, memórias e diferentes formas identitárias pertencentes aos grupos que a compõe. A Declaração de Quebec (2008, p. 2) nos diz que “o espírito do lugar é construído por vários autores sociais, seus arquitetos e gestores, bem como seus usuários que contribuem ativamente e em conjunto para dar-lhe um sentido”. Logo entendemos que a escola é um lugar de afetividade, de intrínsecas relações entre os professores, alunos, funcionários e pais de alunos, e, de acordo, com GRUNBERG (2000, p. 165), “os bens culturais não consagrados são também importantes de preservar, pois eles fazem parte da vida e da sobrevivência do homem atual”.

Neste sentido, a escola apontada pelos alunos como bem patrimonial ao qual eles se identificam está ligada a eles pelo afeto, pelas relações diárias vividas ali, pelas memórias que não são somente a deles, mas também de seus familiares, pois muitos pais e responsáveis

também já fizeram parte da comunidade como alunos, hoje suas memórias e saudosismos também são compartilhados. Conforme coloca BORGES (2013), o patrimônio neste caso está ligado ao afeto, ou seja:

[...] o patrimônio pode ser também reivindicado como vínculo memorial, afetivo, em que as lembranças gravadas no passado sejam atualizadas a partir do trabalho de memória de modo que o reconhecimento se dê como forma de preservar a si próprios no presente. (BORGES, 2013, p.128)

Dentro do espaço escolar e também no seu entorno muitas experiências e acontecimentos são vivenciados individualmente e coletivamente e tudo é guardado na memória, e quando estes fatos são lembrados percebemos a afetividade presente não só nas falas como também pelo espaço “lugar” onde tudo se desenrolou. De acordo com OLIVEIRA (2019, p.63) “o ser humano é movido por suas emoções e afetividades”, logo seus momentos e o que é produzido em determinado espaço não só o acompanha como também passa a englobar seus bens afetivos. Ainda conforme a autora:

O meio, o grupo, a comunidade a que o indivíduo pertence também interfere nos seus processos afetivos. Portanto, para se pensar em um patrimônio afetivo devemos percorrer todos os espaços ocupados pelos sujeitos. (OLIVEIRA, 2019, p. 63)⁵⁴

A escola mesmo não estando na lista dos patrimônios oficiais da cidade se configura como um lugar de memória e, por conseguinte, como patrimônio afetivo da comunidade, pois ali muitos acontecimentos foram vividos que são levados para a vida de seus membros através de suas lembranças. Quando surgiu o conceito de patrimônio a ideia era salvaguardar lugares, objetos, memórias e acontecimentos importantes para determinado grupo social, hoje lançamos mãos desta mesma ideia na tentativa de manter vivos os lugares e as memórias de grupos sociais.

Nas discussões do mundo de hoje o espaço escolar não pode ser mais apenas o lugar de “construção/reprodução” de conhecimento, precisamos ter claro em nossa mente o papel da escola enquanto lugar onde a vida circula livremente, onde circulam ideias, desejos, sonhos, onde o conhecimento se produz, toda essa produção pode ficar guardada em arquivos escolares, sejam eles documentos, fotografias, mas também podem e devem ser guardados e preservados nas memórias dos que por ali transitam e produzem conhecimento. Conforme MENESES (s/ano), o conceito de patrimônio cultural passou por mudanças e hoje o “patrimônio é antes de

⁵⁴OLIVEIRA, Milena Behling. **Lugares e Memórias: Patrimônios Afetivos de Morro Redondo – RS.** Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas / Universidade Federal de Pelotas, 2019.

tudo um fato social”, estando ainda dividido em categorias⁵⁵, e estas, no entanto estão em volta a valores culturais, que aqui nos atemos apenas ao valor afetivo da escola enquanto patrimônio, ainda de acordo com o autor:

São afetivos, pois constam de *vinculações subjetivas* que se estabelecem com certos bens, (...). Se tratar de carga simbólica e de vínculos subjetivos, como o sentimento de pertença ou identidade, o domínio é dos valores afetivos. (MENESES, s/ano, p. 36).

O autor nos chama atenção ainda para não incorrermos no erro de pensarmos que apenas com um trabalho vago e superficial chegaremos a esta conclusão, pois como ele mesmo coloca isso “envolve mecanismos complexos”, é preciso explorar, dar visibilidade, incluir.

Sendo assim, sabemos que a cidade de Cáceres/MT, possui um considerável acervo de bens tombados, o que compõe seu patrimônio cultural, que já foi e ainda o é objeto de muitas pesquisas e por isso salientamos a importância de se valorizar também o não oficial e a importância de propiciar ao grupo uma experiência diferente e o entendimento de que outros espaços oficiais ou não, também são lugares de memórias que merecem destaque, e a importância acerca da valorização e preservação destes “outros” bens, uma vez que eles são referências para sua comunidade. CARVALHO (2014) coloca que:

É mister ter em mente que cultura e patrimônio cultural se justificam e definem quando têm significado para um grupo social específico, seja para um grupo e estudiosos, tentando compreender a complexidade da realidade humana, seja para um grupo de pessoas lutando pela defesa e reconhecimento de uma identidade e uma memória cultural, seja ainda para um grupo que não se vê representado nesses conceitos porque se organiza, se pensa e se age dentro de outras categorias. (CARVALHO, 2014, p. 5)

Vimos através dos questionários aplicados aos alunos e que serão apresentados no terceiro capítulo desta dissertação, que alguns deles ainda veem o patrimônio cultural da cidade como algo distante e até mesmo fora de sua realidade, que apesar de “bonito ou feio”, como eles mesmos se referem, não representa suas histórias, suas vivências, o seu dia a dia, com exceção de dois ou três lugares públicos onde realizam algum tipo de atividade de lazer. Já o espaço escolar e seu entorno é visto pelos mesmos como algo real e possível, onde suas histórias, memórias e identidades são reveladas, onde existe significado e importância para os membros da comunidade.

⁵⁵As categorias apresentadas pelo autor são: material, imaterial, natural, ambiental, histórico, arquitetônico, artístico, etc. (MENESES, s/ano, p. 35)

Acreditamos que ao inserirmos no currículo escolar atividades educativas que valorize o contexto ao qual o aluno está inserido, abriremos caminho para a reflexão que como consequência levará ao sentimento de pertencimento e sobre isso PELEGRINI (2009, p. 39) esclarece que: “A valorização das manifestações culturais que cercam o estudante contribui para que este reconheça sua identidade individual e coletiva e exerça sua cidadania”. Este processo não é só reconhecer e valorizar o espaço que ocupa, mas também criar meios para uma construção efetiva de aprendizagem, formando um cidadão crítico e consciente de seu papel social.

Buscando responder aos questionamentos em relação ao sentimento de pertencimento que o patrimônio cultural local desperta nos habitantes da cidade, uma série de atividades foram desenvolvidas com os alunos do 8º Ano da E. E. Prof.^a Ana Maria das Graças de Souza Noronha, que envolveu a apresentação do que é patrimônio cultural, o patrimônio local, oficinas e aulas dirigidas na escola e seu entorno e também no centro histórico e entorno, pois o patrimônio afetivo não pode ser “rival” do oficial, vemos a necessidade de trabalharmos o centro histórico, os lugares de memórias da cidade, de forma a dar o mesmo destaque e grau de importância tanto para os bens oficializados pelos órgãos públicos, quanto para os bens presentes no imaginário⁵⁶ dos alunos, que têm significados para ele e para a comunidade escolar.

Pensamos aqui a cidade de Cáceres/MT como local de inúmeros acontecimentos ao longo de seus quase dois séculos e meio de existência. A povoação fundada nas últimas décadas do século XVIII, de acordo com o Termo de Fundação Vila Maria do Paraguai teve como seus primeiros moradores 161 pessoas, destes 78 eram indígenas desertados da Província de Chiquitos, no Vice-Reinado do Peru (atual território da Bolívia), que já viviam por essas bandas e mais os moradores que representaria o governo português.

Passados mais de um século depois da fundação o número de habitantes local já era bem maior, o que era de se esperar, e de acordo com ARRUDA (2002, p. 12) no início do século XX na década de 1910 a população de Cáceres contava com aproximadamente quatorze mil habitantes, que residiam na zona urbana e rural do município. Em 2020, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a população estava estimada em 94.861 habitantes. Esse crescente número populacional fez com que a localidade se adaptasse, expandindo seu traçado para atender às novas demandas, e a povoação que iniciou com um

⁵⁶Conforme a autora Sandra Jatahy Pesavento (1995, p. 24) “O imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações figurativas”.

traçado simples, dando origem a um novo “território”, com novas ruas, novos bairros e novas construções, com muitas das quais convivemos até hoje. Segundo LEITE (2018):

(...) a “cidade praticada” pelos homens e mulheres que habitavam esta urbe, até o início do século XX não ia muito além das proximidades do que hoje conhecemos atualmente, como Rua dos Operários ao sul, as raíais do bairro Cavallhada ao norte, as imediações do Cemitério São João Batista, a leste, e a oeste, o rio Paraguai formava uma barreira natural a esta expansão. (LEITE, 2018, p. 53)

Alguns bairros que compõem a atual cidade já existiam, no entanto os mesmos faziam parte do que é denominada zona rural, por estarem relativamente distantes do centro urbano, conforme acrescenta a autora “Algumas localidades já existiam nesse período, mas nos documentos são tratados como partes fora dos limites do centro urbano, é o caso dos lugares denominados Lavapés, Junco, Rodeio e São Miguel”. (LEITE, 2018, p. 53)

Com o passar do tempo esses locais foram incorporados à parte urbana da cidade como bairros que compõem a paisagem da urbe, e são em alguns setores independentes da parte central, pois contam com comércios de gêneros variados, escolas e centros religiosos, além de lazer para a população. Além dos lugares citados acima, surgiram outros bairros a partir da década de 1980, que tinham como objetivo atender à crescente demanda populacional, foram criados novos núcleos habitacionais mais afastados do centro, entre eles o Núcleo Habitacional São Luiz, conhecido popularmente como Cohab Nova, onde está localizada a escola e que acabou se tornando um espaço de referência para a comunidade.

Além do bairro, as atividades realizadas com os alunos nos ajudaram a identificar não só o bairro mas também outros lugares de memórias além dos que estão presentes no centro histórico, que tem significados para os sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, neste sentido buscamos não apenas classificar ou identificar os lugares como mais ou menos importantes por serem afetivo ou oficial, e sim provocar no aluno a consciência crítica sobre eles, para que possam perceber que ambos os bens apontados como patrimônio cultural devem sem ser estudados, discutidos, analisados, valorizados e preservados.

Os alunos foram provocados a apontar lugares que tinham importância para eles e com os quais estabeleciam laços afetivos. A partir daí alguns locais foram citados, cada qual com seu significado e grau de importância, que muitas vezes pode parecer banal ou até mesmo superficial, como passar à tarde na praia do Daveron⁵⁷, cabendo ao ensino de História e a

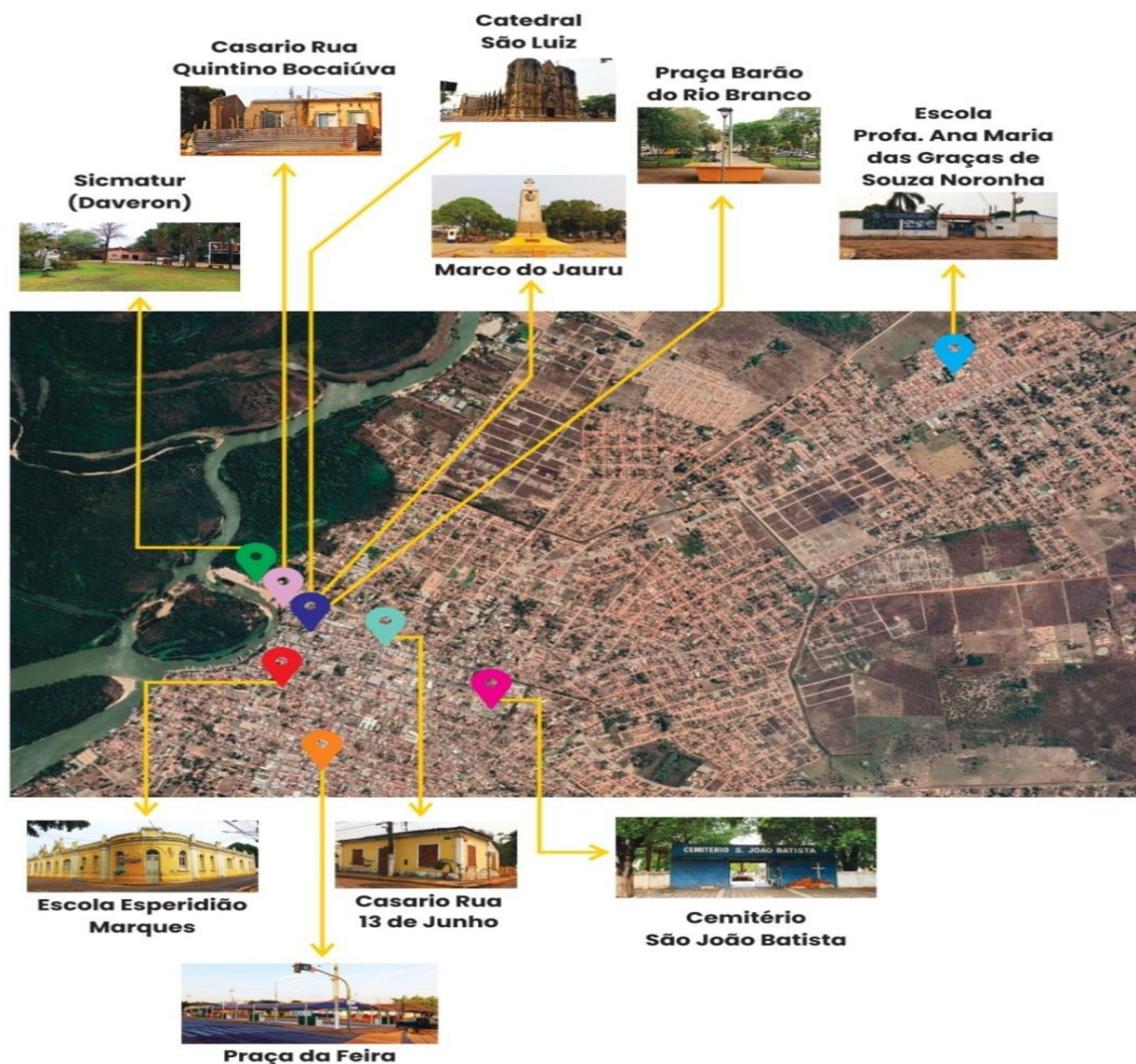
⁵⁷Este espaço encontra-se dentro do perímetro de tombamento da cidade, próximo ao Porto Mário Corrêa e a Praça Barão do Rio Branco, e foi apontado por quase todos os alunos, e nas discussões percebemos que isso se deu por ser um espaço público onde não é necessário investimento para se beneficiar dele, além de aqui no local se realizam algumas atividades culturais como festival de pesca, festividades natalinas entre outras, onde toda sociedade pode participar independente de classe social. Isso se dá devido a classe econômica da maioria dos alunos atendidos na unidade escolar, como já foi mencionado anteriormente.

Educação Patrimonial explorar todas as possibilidades de aprendizagem. É interessante esclarecer que os alunos indicaram vários lugares, dentre eles alguns que fazem parte dos bens oficiais, geralmente espaços públicos e abertos, não sendo possível com isso deixar de lado o patrimônio cultural tombado e trabalhar apenas com o afetivo.

Os principais lugares apontados pelos alunos no primeiro momento foram: a Praça Barão do Rio Branco, a Catedral São Luiz, a Praia do Daveron, o Marco do Jauru, a Escola Esperidião Marques, o Cemitério São João Batista, alguns casarios que se encontram na Rua Treze de Junho e Quintino Bocaiúva (antiga Rua da Manga), a Praça da Feira e a Escola Ana Maria, pois, de alguma maneira, se relacionavam com o espaço, seja por serem lugares que transitavam diariamente, ou por participarem de atividades culturais.

Estes bens selecionados por eles são de natureza pública e privada, locais que estão dentro e fora do perímetro de tombamento do Centro Histórico de Cáceres, pois os mesmos têm grande relevância para a comunidade escolar. O apontamento desses lugares na cidade sendo eles espaços tombados ou não foi importante para conhecermos os locais onde os mesmos mantêm uma relação afetiva, pois de acordo com BORGES (2013, p. 162) “a ideia de patrimônio afetivo é tomada a partir do ponto de vista de quem se lembra e seleciona suas memórias”, neste caso os alunos.

Figura 5: Lugares de Memórias na Cidade



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2020

Durante as rodas de conversa os alunos foram provocados a falar sobre suas escolhas. Os espaços citados por eles são locais onde os mesmos têm o hábito de frequentar e conviver e, outros, por pura curiosidade que surgiram durante as oficinas. Na imagem (Figura 5) acima podemos visualizar os principais lugares e sua localização no mapa da cidade, a maioria desses lugares compõem o leque de bens patrimoniais tombados do município, o que de certa forma não era previsto, uma vez que a princípio os alunos não demonstravam interesse ou proximidade com estes bens, no entanto após as discussões percebeu-se que não havia conhecimento em relação a eles, e que na maioria dos casos os alunos mantêm um olhar muito distante dos bens tombados como os casarões (sede de muitos comércios na cidade), algumas fazendas distantes da parte urbana e do Marco do Jauru. Um dos motivos da falta de proximidade com esse patrimônio se dá pelo fato de que eles foram eleitos a partir de interesses de grupos econômicos no qual o grupo de alunos não está inserido, além do fato de que, eles não têm muito acesso a

esses bens, a não ser o Marco do Jauru, que consideram apenas como um item decorativo na Praça Barão do Rio Branco.

A partir dos lugares apontados foi possível criar um mapa afetivo que foi utilizado durante as aulas remotas, inclusive na orientação para que os alunos pesquisassem sobre os bens citados, desde o que estava envolvido na sua construção até o estado de conservação e preservação em que se encontram nos dias atuais. Sobre os lugares apontados, o casario da Rua Quintino Bocáiuva e da Rua 13 de Junho foram apontados por apresentarem características mais simples em sua construção e devido ao estado em que estão.

Esperamos com isso que os alunos sejam capazes de identificar e analisar o patrimônio cultural tombado na cidade, mas também que incluam em suas análises e discussões os bens patrimoniais e a História de sua comunidade, identificando os lugares de memórias de seu cotidiano.

As edificações tombadas sofreram com a ação do tempo, com a falta de fiscalização e proteção dos órgãos responsáveis, algumas foram modificadas restando apenas às fachadas, o que pode ser visto principalmente nas que abrigam algum tipo de comércio. Infelizmente essas ações podem afetar as memórias em torno delas. O processo de patrimonialização de Cáceres/MT, a escolha do que deveria ser considerado parte da memória social, selecionou os bens que seriam vistos, lembrados e consagrados e o que seria deixado fora deste conjunto, sem levar em consideração se eles representavam os vários grupos que compunham a sociedade local, o que levou outros bens ao esquecimento.

A seleção do patrimônio faz parte de um jogo de poder que envolve interesses, afetos, projetos políticos e/ou econômicos, que seleciona o que será lembrado e o que será esquecido. Durante os processos de tombamentos optou-se por privilegiar em sua maioria os bens ligados a “elite”, como os Casarões, a Igreja, o Marco, enquanto bens como as moradias dos pescadores na beira do rio foram deixadas de fora e hoje se encontram em ruínas ou desapareceram, apagando culturalmente sua importância. Por isso pensamos na inclusão do espaço escolar, como um exercício de dar visibilidade às memórias não elitizadas, uma vez que a escola se encontra em um bairro periférico e com uma clientela de renda baixa, para que estas também sejam preservadas. Os bens aqui escolhidos ocorreram de forma proposital, sendo eles oficiais ou não parte do patrimônio local, ambos os espaços públicos e de fácil acesso, lugares de memórias, falas, hábitos, costumes, testemunhos de vida.

Selecionamos aqui a partir dos apontamentos dos alunos alguns locais que podem representar tanto o patrimônio oficial da cidade, aqueles sacralizados e presente em vários lugares, seja por meio de imagens e/ou memórias e também lugares que representa o patrimônio

da comunidade escolar da qual os alunos da pesquisa fazem parte, na tentativa de darmos visibilidade ao “microespaço” da escola, mas que para os alunos se configura como lugar de memória e patrimônio cultural. Outros lugares de memórias apontados pelos alunos estarão presentes na Cartilha produto desta pesquisa.

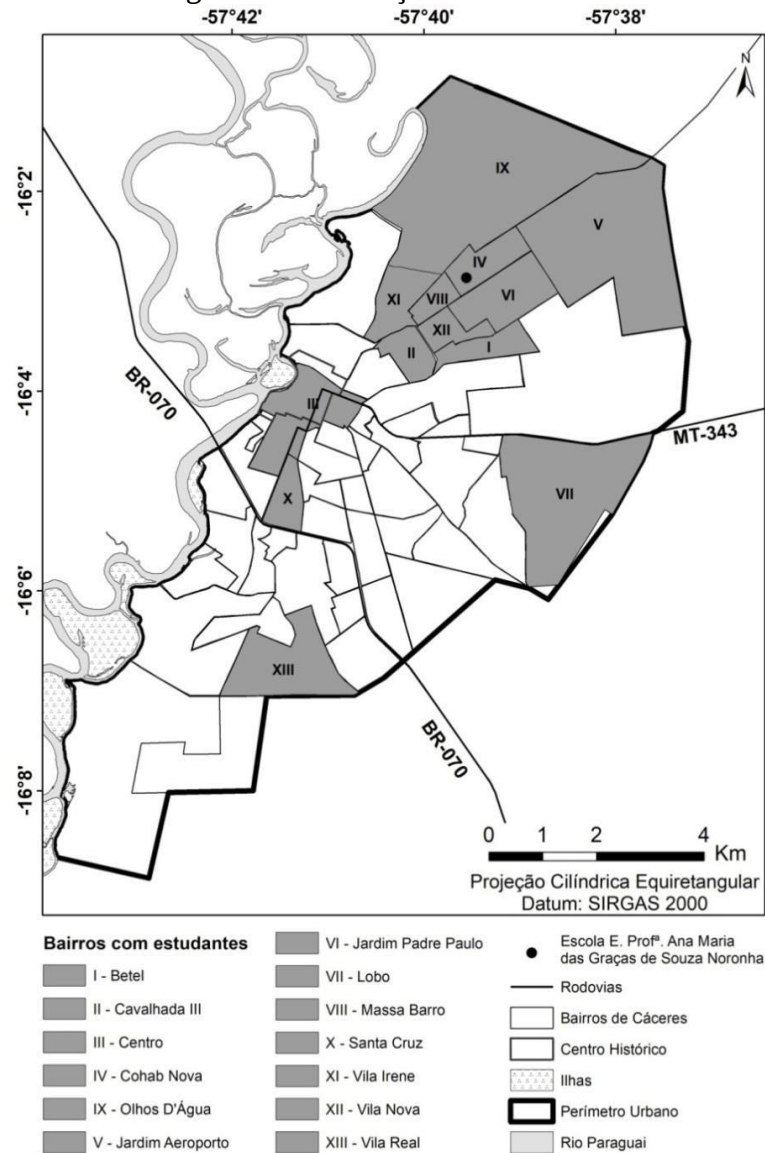
2.2.1 Escola Estadual Professora Ana Maria das Graças de Souza Noronha

A escola Prof.^a Ana Maria das Graças de Souza Noronha, onde atuo como educadora está localizada ao norte da cidade, na Avenida Tancredo Neves, sentido Aeroporto, no bairro Cohab Nova. Construída em um bairro populoso, com uma estrutura considerada boa, ruas asfaltadas, rede de esgoto, escola, igreja, praça, mercados, bares e farmácias, entre outros estabelecimentos. Funciona em três turnos e em prédio próprio, atendendo a três modalidades de ensino – Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola atende também aos Projetos Educar (Socioeducativo) e PRINART (Projeto Interdisciplinar de Arte na escola). A clientela atendida na unidade mora no bairro citado e, também, em bairros vizinhos, além dos alunos que são oriundos da zona rural. Cerca de 50% dos alunos são beneficiados pelo Programa Bolsa Família. O nome da escola foi escolhido em homenagem a uma professora (in memoriam) do município de Cáceres, que, mesmo nunca tendo lecionado na unidade escolar, era conhecida na cidade por seu trabalho enquanto educadora. Atualmente a escola é composta por 49 profissionais da educação, sendo: 01 diretor, 33 professores, 11 administrativos que trabalham no apoio educacional administrativo (técnico administrativo, apoio, nutrição e vigia). Com 719 alunos matriculados e distribuídos em 24 turmas⁵⁸.

Na imagem abaixo demos destaque à localização da escola e aos bairros de onde se originam os alunos. Por ser uma escola que oferece o ensino fundamental e médio tem recebido alunos de várias regiões da cidade, alguns deles são moradores de bairros bem mais distantes da escola, como por exemplo, os bairros Vila Real e Residencial Universitário. Existem ainda alguns locais informados pelos alunos como sendo bairros, que, no entanto, no mapa oficial da cidade não aparecem como lugares citados por eles, como é o caso da Vista Alegre, Jardim Solução, Bom Samaritano, entre outros.

⁵⁸As informações foram retiradas do Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2019, disponibilizado pela unidade escolar.

Figura 6: Localização Escola/Bairros



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira /2020

Existe uma distância relativamente grande entre a escola e o centro histórico da cidade de Cáceres/MT aproximadamente a 5 km, alguns bairros ainda mais distantes tanto da escola como do perímetro de tombamento, o que pode a princípio justificar parte do distanciamento entre a comunidade escolar e o centro histórico local, pois existe além do distanciamento físico, o cultural, uma vez que eles realizam as atividades diárias nos bairros onde moram, frequentando o espaço tombado apenas esporadicamente. Nesse sentido, nos perguntamos qual sentimento esse patrimônio cultural provoca nos alunos da escola? Quais são os lugares de memórias que têm significado para eles?

Figura 7: Vista aérea parcial da escola



Fonte: Arquivo Professora Elaine Geraldes / 2019

Na imagem acima apresentamos uma fotografia aérea parcial da escola, nela podemos verificar sua arquitetura principal, parte da entrada e o desenho formando as letras JC. O espaço da escola é bem maior do que os apresentados acima ainda têm sete salas de aulas que não aparecem na imagem, além do espaço da quadra poliesportiva, a biblioteca e a cozinha com o refeitório, ambientes que foram construídos ao longo de vários anos.

Ao analisarmos o Projeto Político Pedagógico (PPP-2019) da escola, verificamos que não existem ainda projetos com temas referentes ao Patrimônio Cultural e a História Local, porém sabemos da importância do estudo de História Local, pois o mesmo aproxima e integra os alunos na História da cidade e, por conseguinte, de sua própria História. Assim, como aponta as autoras SCHMIDT e CAINELLI:

[...] este trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-la como constitutivas de uma realidade, histórica mais ampla e produzindo um conhecimento que ao ser analisado e trabalhado, contribui para a construção de sua consciência histórica. (SCHMIDT e CAINELLI, 2004, p. 114).

Apesar de não constar no PPP da escola atividades referentes ao patrimônio cultural e a História Local, sabemos que no dia a dia cada professor desenvolve em suas aulas atividades que privilegiam essas temáticas, são ações praticadas de formas isoladas, o que, no final, apresentam resultados pouco expressivos. Como isso, acreditamos que seja necessário incorporar diferentes temas, fontes e linguagens no Projeto Político Pedagógico, de maneira que a aprendizagem leve o aluno a se reconhecer como aquele que vive e produz a História cotidianamente.

A escola se configura como um lugar de memória, não só pela sua arquitetura e os objetos que a compõem, mas principalmente pelas relações que se estabelecem entre alunos, profissionais da educação e comunidade. Muitos alunos chegam a passar 11 anos de suas vidas na mesma instituição. Logo este espaço é repleto de memórias de vários sujeitos que por ali transitam. De acordo com NORA (1993, p. 9) “A memória e a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução”, conforme o que coloca o autor vemos o espaço escolar como lugar onde memórias são construídas dia após dia, onde memórias individuais são compartilhadas enquanto memórias coletivas são construídas. HALBWCHS (1990) aponta que alguns lugares são aportes para a memória coletiva, onde coloca que:

Assim, os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. Essas lembranças estão para “todo mundo” dentro desta medida, e é por podermos nos apoiar na memória dos outros que somos capazes, a qualquer momento, e quando quisermos, de lembrá-los. (HALBWCHS, 1990, p. 49)

HALBWCHS ainda esclarece que nossas memórias estão geralmente ligadas a grupos, sendo a família a primeira deles, assim acreditamos que a escola seja o segundo, uma vez que a jornada escolar de cada indivíduo se inicia ainda muito cedo, na educação infantil, produzindo lembranças que se tornarão memórias de vida. A escola de ensino fundamental se torna o próximo círculo onde cada indivíduo construirá novas memórias.

O ensino de História neste caso tem a função de promover ações de identificação e valorização do patrimônio escolar, como forma de preservar as memórias e a História construídas neste espaço de aprendizagem e socialização dos indivíduos.

A escola Professora Ana Maria das Graças de Souza Noronha foi criada em 1982, pelo Decreto nº 2147 e regulamentada pelo Decreto nº 1464/85, um ano após a criação do núcleo habitacional São Luiz, iniciou suas atividades no mês de abril de 1985, com cerca de 500 alunos, a princípio a clientela atendida era oriunda dos Bairros Cohab Nova, Jardim Padre Paulo, Vila

Nova, Massa Barro I e II, Vista Alegre e Betel, além de algumas poucas chácaras e sítios próximos. Atendendo apenas ao Ensino Fundamental⁵⁹.

Figura 8: Entrada principal da Escola



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2020

De acordo com o Decreto nº 2.147 de 06/12/1982 e em 23/07/1985 a escola recebeu o nome de “Cel. Generoso Paes Leme de Souza Ponce”, tendo seu nome alterado para Escola Estadual “Professora Ana Maria das Graças de Souza Noronha”, pelo Decreto nº 1464/85, assinado pelo então governador do Estado Júlio José de Campos, em homenagem a professora de mesmo nome – homenagear espaços públicos com nomes de pessoas é bem comum em nossa sociedade e remontam os tempos da Era Vargas (1930-45), ocorre entre outros motivos como forma de “construir” uma identidade. Assim como a arquitetura da escola que vista do alto formam as letras JC, o que segundo alguns profissionais mais antigos da unidade seria uma homenagem ao então governador do Estado na época.

⁵⁹ As informações acima podem ser encontradas na Análise de Desempenho da Clientela Estudantil no período de 1999 a 2003 e no Diário Oficial nº 19.352 de 23/07/1985, p. 4.

Figura 9: Vista aérea da Escola



Fonte: Arquivo Professora Elaine Geraldes/2019

Nesta imagem vemos claramente as letras JC na arquitetura do prédio, e também a composição total do espaço escolar. Na parte superior da imagem temos a quadra de esporte que não é coberta, dois conjuntos de salas, onde funciona a biblioteca e quatro salas de aulas, no centro onde estão às letras é composto pela secretaria, coordenação, sala dos professores, laboratório de informática, nove salas de aulas, banheiros (três conjuntos feminino e três masculino), um pequeno pátio coberto e um sem cobertura, já na parte inferior estão à cozinha e o refeitório e um conjunto com duas salas de aulas, podemos observar também que a escola possui pátio amplo e bem arborizado, infelizmente a parte de adaptações para alunos com

deficiência é bem precária, com poucas rampas e nenhuma estrutura que possa possibilitar ao aluno cadeirante chegar até a quadra de esportes, somente com auxílio de outras pessoas.

A escola encontra-se no centro do bairro, cercado por casas, ao lado da Igreja São João Batista e da Praça São Marco de Arica, conhecida popularmente pelos alunos como praça da escola, outro lugar de preferência para os mesmos, onde a socialização acontece. Vale lembrar que, desde sua construção inicial, a escola recebeu poucos investimentos estruturais, apenas pequenos reparos e a construção de algumas salas ao redor, aguarda há mais de 15 anos pela construção da quadra coberta para que os alunos possam realizar atividades ao ar livre com mais qualidade.

A inauguração oficial da unidade escolar ocorreu em 31 de agosto de 1985, no núcleo habitacional São Luiz⁶⁰, fruto da demanda escolar do recém-criado conjunto habitacional, e também dos bairros vizinhos, visto que as escolas já existentes na cidade ficavam muito distantes das residências dos alunos, a demanda de vagas aumentou muito a partir de 2013 quando foram construídos outros núcleos habitacionais um oriundo do Projeto “Minha Casa Minha Vida” do governo federal, sendo o Residencial Jardim Aeroporto e em seguida o Residencial Dom Máximo, e com o surgimento de novos bairros no entorno da escola.

Analizando o processo histórico da unidade verificamos que a mesma foi criada para atender ao ensino fundamental, anteriormente denominado 1º Grau e expandiu-se gradativamente para atender as necessidades dos moradores do bairro e do seu entorno, contemplando hoje não só o ensino Médio, como também projetos que visa atender e incluir sujeitos impossibilitados temporariamente de frequentar um ensino regular⁶¹.

Hoje a escola conta com parcerias com outras instituições como: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Faculdade do Pantanal (FAPAN), Conselho Tutelar, Direitos Humanos e Fórum do município, onde são realizadas diversas atividades e atendimentos, visando entre outras atividades o acolhimento dos alunos e a qualidade do ensino-aprendizagem, prezando também pelo envolvimento das famílias no processo educacional. Atende hoje cerca de 720 alunos, em três turnos de funcionamento⁶². No ano vigente a escola tem funcionado de forma remota devido à pandemia do Covid-19, o que levou também a suspensão temporária de alguns projetos como: PRINART e o Apoio Pedagógico Educacional.

⁶⁰O Núcleo Habitacional São Luiz foi construído pela Companhia de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso – COHAB – MT em 1981, na gestão do prefeito Ivo Cuiabano Scaff. Ver: SARIAN, Maristela Cury. **Nomes de Ruas de um Bairro de Cáceres-MT: Nas Trilhas da Memória e da História**. Revista Ecos vol.15, Ano X, nº 02 (2013).

⁶¹ Referimo-nos aqui aos alunos matriculados na unidade escolar por meio do Projeto Educar que atende adolescentes internados no Sistema Socioeducativo.

⁶² Conforme o PPP 2019.

Como já foi mencionado o nome atual da escola foi escolhido para homenagear a professora de mesmo nome, pois sua atuação como educadora foi de grande relevância e de muito comprometimento com a educação no município de Cáceres/MT. Em 1985 ocorreu a alteração do nome da escola, publicado no Diário Oficial de Mato Grosso nº 19.352 de 23/07/85. A escola se destaca desde então por oferecer todas as etapas da educação básica, mas principalmente por oferecer uma educação humanizada que visa à formação de sujeitos críticos e capazes não só de viver em sociedade como também de participar e interferir nela, está para a comunidade como um local aberto à discussão e construção de conhecimento⁶³.

Apesar de não existir nenhum projeto educacional registrado no PPP 2019 da escola, sabemos que a mesma desenvolve ações educativas que visa à formação crítica do aluno, atividades que busca envolver toda comunidade escolar, entre essas ações as que mais se destacam são os projetos “Ana Afro”, que desenvolve ao longo do ano letivo atividades com todas as turmas sobre História e Cultura afro-brasileira e o projeto “Horta na Escola” com atividades relacionadas à boa alimentação e ao meio ambiente.

Além desses, os profissionais da escola também realizam ao longo do ano outras atividades individualmente, e que são apresentadas para toda a comunidade no final do ano letivo por meio da feira cultural e de ciências, que ocorre geralmente no mês de novembro.

Dessa forma a escola procura cumprir o papel de ofertar uma educação de qualidade e de também formar sujeitos conscientes de seu papel social. A escola se torna uma grande aliada dos processos de valorização e reconhecimento do patrimônio cultural local, uma vez que as ações ali realizadas ao longo da vida escolar contribuem para desenvolver o sentimento de pertencimento e identidade entre os alunos e o meio em que está inserido, e do direito à memória que cada um tem em relação a sua História e a História coletiva.

2.2.2 Praça Barão do Rio Branco

Diferentemente da escola a Praça Barão do Rio Branco localizada no centro histórico, é um espaço tombado pelo IPHAN e compõe o grupo de bens patrimoniais da cidade de Cáceres. Anteriormente denominada Largo da Matriz, esteve presente desde a fundação da vila, às margens do Rio Paraguai, de frente ao cais, por onde entrava todo tipo de mercadoria e pessoas. Passou por várias mudanças ao longo de sua História. Conforme LEITE (2018, p. 104) as

⁶³As informações referentes a Unidade Escolar estão presentes no PPP 2019, nos Decretos Estaduais e no Histórico de Desempenho Estudantil.

mudanças atendiam aos interesses dos administradores do município. A praça serviu e serve até hoje como espaço de socialização e palco para acontecimentos na sociedade, como: festas religiosas, eventos políticos e culturais. Seu espaço é composto por uma série de elementos arquitetônicos e naturais, em especial abriga o também o Marco do Jauru.

Desde a fundação da vila até o século XIX permaneceu como Largo da Matriz, inspirada a sua edificação, conforme o historiador Adson Arruda (2002, p. 96) no “modelo português”. Ainda de acordo com o historiador, o início do século XX teve características modernizadoras para a cidade, tendo a praça como ponto inicial, “atribuindo-lhe uma dimensão identitária da cidade”, segundo o autor a mesma é:

(...) a praça é um “lugar”, em que os elementos definidores da cidade encontram-se reunidos uns ao lado dos outros: o poder espiritual – A Igreja Matriz – e as instituições que representam os poderes laicos – a Câmara, a Intendência que ficava próxima à rua da Manga, além do monumento, o Marco do Jauru e o portal de entrada – o porto – nas margens do rio Paraguai. (ARRUDA, 2002, p. 97-98).

De acordo com ARRUDA (2002), a praça servia não só como espaço de sociabilidade para a população, mas também como ligação entre todos os setores da cidade, sendo inclusive referência para ruas, casas e comércios, entendida como elemento central da cidade. Em 1912 o Largo da Matriz transformou-se em Praça Barão do Rio Branco, conhecida popularmente apenas como Praça Barão, com características semelhantes às que vemos hoje.

Figura 10: Antigo Largo da Matriz



Fonte: NUDHEO/UNEMAT

Na imagem podemos ver como era a configuração do espaço onde foi construída a principal praça da cidade, ao fundo a antiga igreja com o Marco do Jauru a sua frente e um grande espaço aberto denominado Largo da Matriz, nos arredores os casarões entre as pequenas

construções. De acordo com Mendes (1998, p. 216-217) em meados de 1888 a Praça da Matriz recebeu seu primeiro “Boulevard”⁶⁴.

A partir do ano de 1912 o local passou por transformações que mudaram suas configurações o que deu ao espaço um ar mais “moderno”, a praça recebeu novos ornamentos, foi inaugurado o primeiro jardim público. De acordo com PINHO (2011), o século XX trouxe mudanças significativas para a praça:

(...) a praça recebeu ornamentos com a introdução de canteiros de plantas de espécies variadas, muitas das quais morreram por não se adaptarem ao clima local. A construção do coreto e a fixação da gradis de ferro em todo entorno da Praça Barão (...). (PINHO, 2011, 76)

Figura 11: Lateral da Praça com a Catedral ao fundo



Fonte: LEITE, Maria Solange de Sá. **A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção de um Guia Didático-Histórico**. Dissertação de Mestrado PROFHISTÓRIA; UNEMAT, 2018.
www.educapes.capes.gov.br/guiadidaticodeeducaçãopatrimonial: Apud MENDES (2009).

A imagem acima apresenta a praça com características bem parecida com vemos hoje, com exceção de alguns elementos que já não existem como o coreto e a gradis e com a substituição por outros como os bancos e o calçamento.

A introdução dos ornamentos na praça não significava apenas o desejo de modernizá-la e embelezá-la, por detrás destas ações havia a nítida intenção de separar os corpos que frequentavam o local, pois conforme PINHO (2011):

⁶⁴ Ruas ou avenidas largas, geralmente arborizadas.

(...) foram medidas adotadas que traduziam a inserção da cidade na modernidade, tão ociosa do perigo do perigo das misturas e do desejo de afirmação da elite local, configurando numa espécie de barreira social, já que a mesma frequentava o interior da Praça e as pessoas pobres ficavam no seu entorno (...). (PINHO, 2011, p. 76)

As ações realizadas na época se diferem muito das praticadas nos dias de hoje, a configuração que vemos nos dias atuais é um local público aberto e acessado por todos, já o seu entorno onde ficam os bares e restaurantes é mais frequentado pela elite, devido aos valores dos produtos e serviços prestados, houve apenas uma inversão de valores.

As interferências que ocorreram na praça ao longo do tempo mudaram suas características originais, as obras sempre direcionadas a atender aos interesses de cada governante, a mais recente reforma o “Projeto de Revitalização” da gestão 2012/2015 e 2016/2020, atendeu aos anseios do anterior governo municipal, a mesma ficou fechada por tapumes por mais de três anos e só foi reinaugurada em meados de 2017, recebendo novos bancos (de ferro e madeira), uma fonte luminosa e musical, calçamento, revitalização dos canteiros e placas informativas sobre o local.

Figura 12: Vista parcial da Praça hoje



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2020

Figura 13: Vista Parcial da Praça com o Marco em primeiro plano



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2021

As imagens produzidas de um mesmo espaço em épocas diferentes nos ajuda a perceber as transformações que ocorreram nele, cabendo a nós professores direcionarmos o olhar dos alunos para o que deve ser perguntado a estes registros, pois por detrás da fotografia está o desejo e o interesse de quem fotografou ou de quem mandou fotografar.

As imagens acima nos revelam algumas das mudanças pelas quais passaram o local, no entanto devemos lembrar que mesmo após tantas transformações ela continua como um local de sociabilidade para a população cacerense e os seus visitantes, acessível e ao alcance de todos. LEITE (2018, p. 105) pondera que a Praça não apenas está no perímetro de centro histórico da cidade, como também é um bem tombado, devido ao papel que exerceu no município de Cáceres /MT desde sua fundação, frequentada nos dias de hoje por parcelas da população e por turistas sem distinção de classe social.

A escolha da Escola e da Praça como lugares de memórias de relevância para os alunos se deu a partir de discussões durante as oficinas, pois se trata de espaços onde os mesmos constroem um sentimento de pertencimento e desejo de manter vivo na memória, percebeu-se também que muitas memórias sobre a Praça foram compartilhadas por seus familiares, uma vez que, devido à pouca idade, citavam eventos que provavelmente não lembrariam por si só. A Praça apesar de distante fisicamente dos alunos é um local onde a maioria escolheu para estar e se fazer presente na sociedade, frequentá-la nos finais de semana para conversar, tomar tereré⁶⁵ ou simplesmente “jogar” conversa fora. Percebe-se nas falas o desejo de ser incluído neste espaço.

⁶⁵Bebida feita a partir do mate ou da erva-mate, pode ser servida em cuia ou copo com uma bomba, se diferencia do chimarrão por ser consumida com água gelada ao invés de água quente. De maneira geral é servida puro ou com limão em uma única cuia que passa de mão em mão.

Sendo a escola e a praça um espaço formativo, que corrobora com a formação social e política de todos os sujeitos que por ela transitam, acreditamos que práticas educativas em relação a História e o patrimônio cultural de uma cidade ou de apenas uma comunidade específica devem ser incluídas nas atividades cotidianas, envolvendo o aluno e toda comunidade escolar desde muito cedo com ações de conhecimento, valorização e preservação das memórias e dos bens patrimoniais oficiais e afetivos.

CAPÍTULO 3

ESTUDANDO O PATRIMÔNIO NA ESCOLA

A proposta de pesquisa apresentada neste capítulo é resultado das atividades e relatos das experiências desenvolvidas com um grupo de 55⁶⁶ alunos do 8º ano “A e B” da Escola Estadual Prof.^a Ana Maria das Graças de Souza Noronha, no período de maio e agosto de 2019 e nos meses de agosto a novembro de 2020.

Esperamos com este trabalho poder auxiliar professores e alunos no processo de Ensino de História e do Patrimônio Cultural de Cáceres/MT, demonstrando que é possível inserirmos a temática nas aulas de História da educação básica estudando e valorizando o cotidiano dos alunos e os lugares de memórias da comunidade escolar, mesmo que esses bens ou lugares não estejam incluídos nos bens sacralizados (tombados) da cidade. Acreditamos que o tema é uma fonte inesgotável de pesquisa e que contempla entre outras ações o estudo da localidade, e o mesmo aliado à Educação Patrimonial pode estabelecer relação entre o cotidiano dos alunos e o meio em que estão inseridos, compreendendo assim os processos históricos e as relações sociais e de poder que permeiam a História do local.

Optamos por seguirmos as propostas de trabalho presente no Guia de Educação Patrimonial das autoras HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO (1999, p. 11), de observação, registro, exploração e apropriação, com a elaboração de um roteiro de estudo no Centro Histórico da cidade e também na escola e seu entorno⁶⁷. As atividades foram divididas em etapas: planejamento, desenvolvimento, socialização e avaliação, cada etapa dividida em fases, conforme o quadro abaixo. Também para alcançarmos os objetivos propostos fez-se necessário conhecermos a clientela atendida na escola e principalmente os alunos que integram a pesquisa.

Abaixo temos o quadro com todas as etapas e fases da pesquisa que foi apresentado a gestão da unidade escolar e também ao grupo de alunos, com o desenvolvimento dos trabalhos houve algumas modificações, mas que nada interferiram no objetivo proposto.

⁶⁶No início da pesquisa o total de alunos era 160, porém devido a suspensão das aulas por conta da pandemia do Covid-19, o número de alunos foi reduzido para 55.

⁶⁷Vale ressaltar aqui que as atividades tiveram início em 2019 com previsão para término em 2020, no entanto devido à pandemia do Covid-19 ocorreram algumas adequações, pois, as aulas-campos no Centro Histórico em partes ocorreram de forma virtual.

Quadro 1: Etapas das oficinas

Etapas	Fases
Planejamento	• Apresentação do projeto • Planejamento das atividades • Preparação dos materiais
Desenvolvimento	• Marco conceitual • História da cidade • Patrimônio cultural local • Lugares de memórias • Patrimônio afetivo • Educação patrimonial • Aula campo (presencial e virtual por meio de roteiro fotográfico)
Avaliação/ Socialização	• Socialização da aprendizagem e avaliação do processo

Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira 2019/2020

Para a desenvolvimento do trabalho selecionamos alguns materiais sobre a temática escolhida, que nos auxiliaram tanto na compreensão dos temas a serem abordados como na elaboração de materiais para serem discutidos com o grupo de aluno, entre eles: livros de autores cacerenses como o Professor Natalino Ferreira Mendes, as obras “História de Cáceres da Administração Municipal” e “Memória Cacerense”, a obra “História e Memória: Cáceres”, artigos, dissertações de mestrado⁶⁸, como também materiais produzidos pelo PIBID/UNEMAT 2012/2013, além de outros materiais disponíveis na internet, como mapas, folders, publicações. Lançamos mão também de fotografias disponíveis na internet, disponibilizadas pelo NUDHEO/UNEMAT e feitas recentemente do Centro Histórico, da escola e de algumas fazendas.

⁶⁸ARRUDA, Renato Fonseca. Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação. Dissertação de Mestrado - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

DITZ, Rejane Alves Rodrigues. Educação Patrimonial no Ensino de História: Do Centro Histórico de Cáceres/MT Para a Sala de Aula. Dissertação de Mestrado PROFHISTÓRIA/UNEMAT - Cáceres, 2018.

LEITE, Maria Solange Sá. A Cidade de Cáceres/MT e seu Patrimônio Cultural: Produção de um Guia Didático-Histórico. Dissertação de Mestrado PROFHISTÓRIA/UNEMAT - Cáceres, 2018.

As aulas/oficinas ocorreram por meio de rodas de conversa, apresentações de slides e vídeos, uso de material impresso, fotografias e mapas, apresentações feitas pelos alunos, aula campo e confecção de painéis.

Após as oficinas na Escola, demos início às atividades de aula campo, no entanto apenas uma turma realizou esta atividade, visto que em seguida houve a suspensão das aulas presenciais. A escolha da turma escolhida para dar prosseguimento à pesquisa foi o 8º Ano, pois foi à única que realizou a aula na escola e seu entorno e também no Centro Histórico da cidade ainda no ano de 2019. Posteriormente as atividades passaram a ocorrer de forma remota, com estudos a partir de um roteiro fotográfico.

Pare preservação do grupo de alunos optamos por apresentar aqui nomes fictícios.

3.1 Educando para o Patrimônio na Escola: conhecendo os alunos

Os alunos participantes das atividades na primeira fase realizada ainda nos meses de maio e agosto de 2019 em sua maioria são moradores dos bairros Cohab Nova, Massa Barro e Jardim Aeroporto, e, de bairros vizinhos e da zona rural, tendo ainda um número pequeno de alunos oriundos de bairros mais distantes (Jardim Universitário 2 alunos e Vila Real 1 aluno). No total a primeira fase da pesquisa foi realizada com 160 alunos, sendo 88 meninas (55%) e 72 meninos (45%).

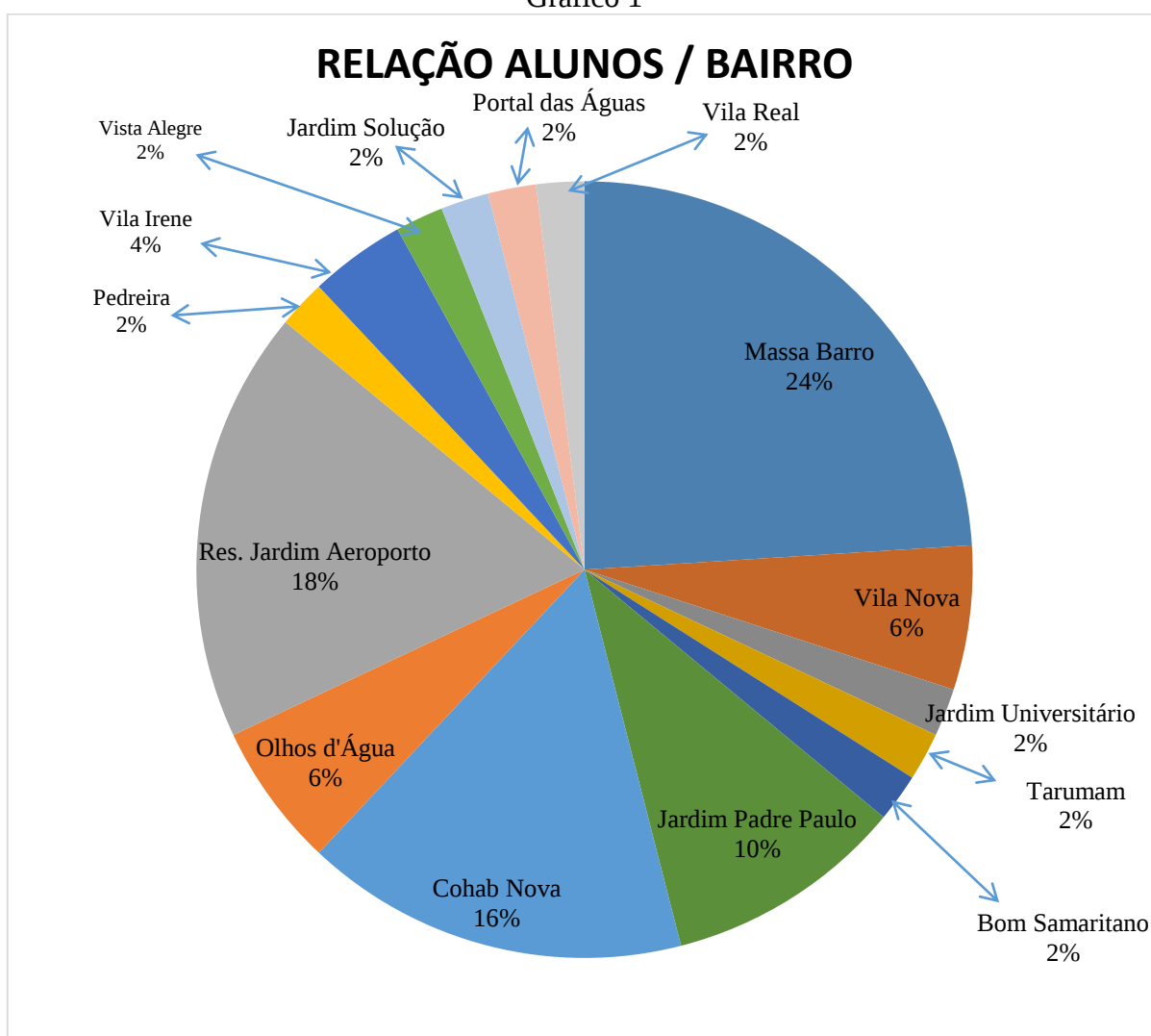
De acordo com o PPP-2019 da unidade escolar e dos diálogos durante as oficinas foi possível verificarmos que os alunos participantes da pesquisa pertencem à classe média baixa, muitos deles beneficiados pelo Programa Bolsa Família, o que justificou a dificuldade em manter a participação dos alunos nas atividades remotas, quando houve necessidade de utilizarmos aparelhos eletrônicos como computador, celular e internet banda larga para darmos prosseguimento na pesquisa nos meses de agosto a novembro de 2021, devido a pandemia do Covid-19. Pois cerca de 80% dos alunos não possuíam aparelho celular e/ou computador com acesso à internet para continuar participando das atividades, sendo necessário com isso adequar a execução das atividades⁶⁹. Este dado contribuiu inclusive para a escolha do produto pedagógico a ser elaborado, pois a ideia inicial era a construção de um aplicativo, no entanto uma vez que a maioria dos alunos atendidos não tinham acesso “fácil” às mídias digitais não

⁶⁹ Segundo o levantamento a maioria dos lares contava apenas com um aparelho, que pertencia geralmente a mãe ou ao pai. Sendo assim as atividades eram enviadas aos alunos e realizadas somente no momento em que este membro estivesse em casa.

havia sentido a elaboração de um material que seria pouco utilizado e reforçaria a distância socioeconômica entre os mesmos.

Abaixo o gráfico nos mostra a porcentagem de alunos participantes na primeira etapa, conforme os bairros onde informaram morar, alguns locais foram identificados pelos alunos como sendo bairros, mas ao checarmos o mapa oficial do município nós não os encontramos, trata-se dos locais denominados Tarumam, Pedreira, Jardim Solução, Bom Samaritano, Vista Alegre e Portal das Águas. Destes os locais de nome Tarumam e Pedreira correspondem à zona rural do município de Cáceres⁷⁰.

Gráfico 1



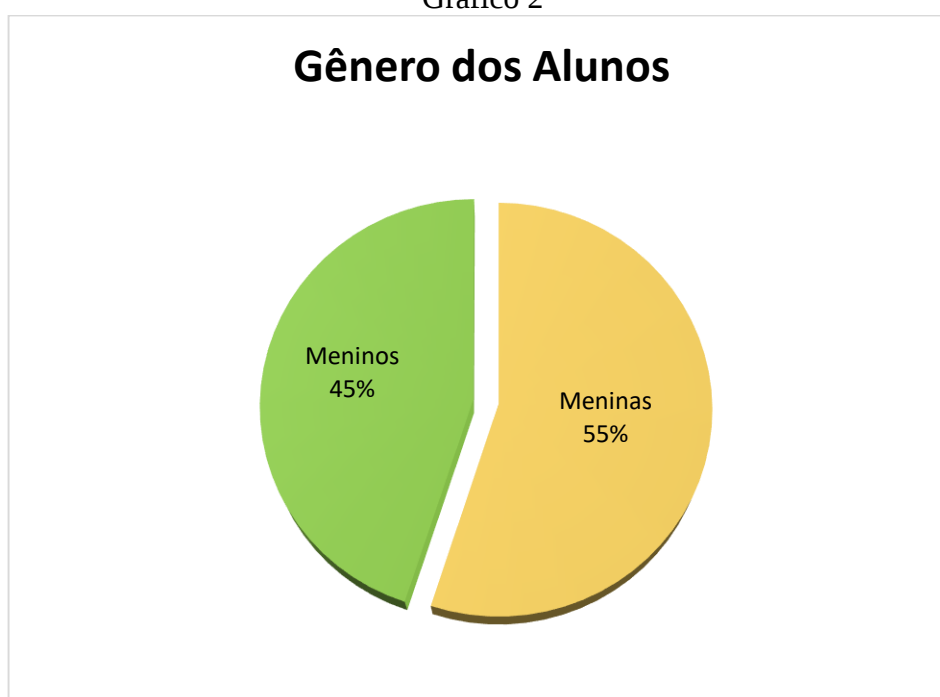
Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira /2020

⁷⁰Vale ressaltar que apesar de não constar no mapa do município os endereços citados foram tirados da conta de energia elétrica, com nome de rua e bairro conforme os alunos informaram.

Identificar os bairros onde residem os alunos e o tempo que residem no município é importante para sabermos a quanto tempo estão inseridos nestes espaços (ruas, bairro, escola, centro histórico, entre outros), estas informações contribuíram para direcionar as oficinas desenvolvidas em relação ao patrimônio oficial e afetivo da cidade.

Após a identificação dos bairros, os alunos foram orientados a descrever o trajeto que fazem de suas casas até a escola e também até o perímetro tombado, apontando o que pode ser visualizado durante o caminho, como praças, escolas, igrejas, comércios, entre outros. Nesta atividade quase cem por cento (total de 49) dos alunos conseguiu realizar essa operação, apontando principalmente os comércios, igrejas e praças, no entanto a maioria não se lembrava o nome das ruas e dos bairros mais distantes. O gráfico abaixo nos apresenta os alunos de acordo com o gênero, e como podemos perceber o número de meninas e meninos é quase equivalente.

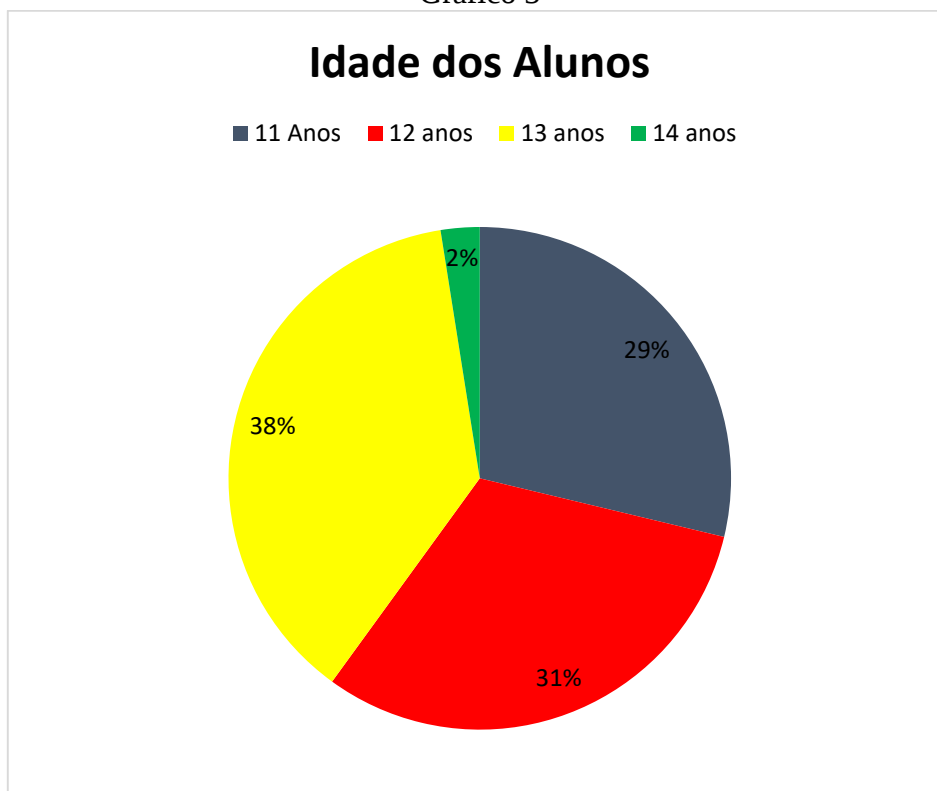
Gráfico 2



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira /2020

É preciso esclarecer que no questionário não havia nenhuma questão relacionada à identificação de gênero, todas as informações foram coletadas a partir do nome dos estudantes e com isso observamos que não há grande diferença entre o número de meninos e meninas atendidos, sendo um grupo ligeiramente superior ao outro. Isso pode ocorrer muitas vezes porque muitos meninos nesta faixa etária já estão envolvidos no mercado de trabalho informal, o que dificulta sua permanência na escola.

Gráfico 3



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2020

Na primeira etapa em maio e agosto de 2019 participaram das atividades 10 alunos, onde todos estavam no Ensino Fundamental II, divididos em: 3ª fase do 2º Ciclo e 1ª e 2ª fase do 3º Ciclo, com idade entre 11 e 14 anos. 46 alunos com 11 anos, 50 alunos com 12 anos, 60 alunos com 13 anos e 04 alunos com 14 anos. A porcentagem de alunos com idade de 14 anos é baixa, pois nesta fase/ano da educação os alunos têm em média de 11 a 13 anos, pois de acordo com o modelo de educação vigente no Estado de Mato Grosso os alunos precisam estar em idade/fase/ciclo adequada, e os poucos alunos que se encontram fora desta norma geralmente vieram transferidos da rede municipal e/ou particular e ainda não passaram pelo processo de enturmação realizado geralmente pelas escolas no início do ano letivo⁷¹.

Saber a idade dos alunos foi importante para entendermos a interação dos mesmos durante a realização das oficinas, pois a forma como interagem nas aulas está de acordo com as idades apresentadas, alguns alunos demonstram atitudes dispersas, outros atentos, em alguns momentos “brincando” e em outros participativos, isso porque estamos dialogando com um grupo de pessoas que estão em fase pré-adolescente e adolescentes, onde as características

⁷¹O processo de enturmação ocorre em todas as escolas estaduais do Estado geralmente até o mês de abril, os alunos que são matriculados depois dessa data ficam em idade/série em desacordo com a norma, e foi possível verificar este fato na pesquisa, pois ela teve início no mês de maio de 2019.

individuais são diversas, nesta fase os alunos costumam apresentar comportamentos que variam entre a brincadeira e a timidez.

Conhecer o grupo participante da pesquisa é extremamente importante para determinar a direção das pesquisas e para a construção do conhecimento, uma vez que sem saber quem são estes sujeitos, de onde veem e o que sabe sobre os temas a serem abordados torna o trabalho apenas reprodução do que já foi registrado, assim como também para identificarmos os laços entre o sujeito aluno e o objeto da pesquisa, pois um dos nossos objetivos é tornar as aulas de História significativas, é possibilitar a construção do conhecimento a partir do cotidiano dos alunos.

As oficinas foram realizadas por etapas e na primeira delas o objetivo era identificar o grupo participante e seus conhecimentos em relação à temática abordada, para isso os alunos foram convidados a responderem a um questionário com perguntas simples e objetivas, sobre idade, local de nascimento, bairro onde residem e o que sabiam sobre Cáceres, como nos mostra o quadro abaixo.

Quadro 2: Questionário 1

LEVANTAMENTO DE DADOS – ALUNOS DO 6º AO 8º ANO
1) Quantos anos você tem? _____
2) Onde você nasceu? _____
3) Em que bairro você mora? _____
4) Você sabe o que é Patrimônio Cultural? Sim _____ Não _____
5) Já ouviu falar em Tombamento? Sim _____ Não _____
6) Sabe o que é Centro Histórico? Sim _____ Não _____
7) Conhece a História de Cáceres/MT? Sim _____ Não _____
8) Já ouviu falar do Patrimônio Cultural de Cáceres/MT? Sim _____ Não _____
9) Conhece o Centro Histórico da Cidade? Sim _____ Não _____
10) Costuma frequentar a Praça Barão? Sim _____ Não _____
11) Já ouviu falar do Marco do Jauru? Sim _____ Não _____
12) Sabe o que ele significa? Sim _____ Não _____

Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2019

O quadro 02, questionário 01 contém as perguntas feitas aos alunos no início das atividades durante o mês de maio de 2019, após apresentarmos o projeto, mas antes de iniciar as discussões sobre o tema, porque queríamos identificar qual o conhecimento do aluno sobre

a localidade em que estão inseridos e se existe alguma relação de identificação e pertencimento entre eles. Suas respostas foram de extrema importância para conhecermos a turma, avaliar o conhecimento prévio em relação à temática que seria abordada e direcionar os trabalhos.

Posteriormente, após já trabalhado alguns conceitos em relação ao patrimônio e a localidade os alunos foram convidados a responderem a outro questionário onde as questões eram direcionadas ao patrimônio tombado da cidade com a possibilidade de inclusão de outros espaços, o mesmo foi aplicado no mês de agosto de 2019 e depois no mês de setembro de 2020 após as aulas/oficinas na escola. Neste momento estávamos trabalhando o patrimônio oficial, mas já introduzindo o conceito de bens afetivos, uma vez que isso já havia sido levantado pelo próprio grupo.

Quadro 3: Questionário 2

LEVANTAMENTO DE DADOS – ALUNOS DO 6º AO 8º ANOS	
1)	Você costuma frequentar o Centro Histórico de Cáceres? Sim ____ Não ____ Às vezes ____
2)	Que local te chama mais atenção? _____
3)	Você acha que o Centro Histórico deve ser preservado? Sim ____ Não ____
4)	Você acha que o patrimônio edificado da cidade representa você e sua família? Sim ____ Não ____ Alguns ____
5)	Você conhece a Praia do Daveron? Sim ____ Não ____
6)	Que lugar você costuma frequentar na cidade? _____
7)	O que você acha importante estudarmos que representa o seu patrimônio e de sua família? _____
8)	Que lugares você apontaria como patrimônio cultural de Cáceres? _____

Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira - 2019/2020

Os questionários aplicados aos alunos apresentam limitações que nos impossibilita uma análise mais profunda da realidade sociocultural dos estudantes, no entanto foi suficiente para através deles identificarmos os sujeitos participantes da pesquisa e seu conhecimento em relação aos temas propostos e suas inquietações ao não se sentirem representados pelos bens oficiais da cidade de Cáceres/MT.

As informações constantes nos dados levantados a partir dos questionários nos ajudaram a perceber que era necessário adequarmos nossa pesquisa para atender aos anseios dos alunos

que era se ver incluído nos estudos lugares de memórias que não fazem parte do patrimônio oficial da cidade, pois em muitas respostas apareciam lugares afetivos como, a Praça da Feira, a Escola, a Praça do Bairro, a Sicmatur, entre outros espaços. Foi possível também identificar que muitos alunos já haviam ouvido falar sobre o patrimônio cultural e o centro histórico da cidade, inclusive indicando alguns lugares que o compõem, no entanto tinham informações superficiais, que destacava apenas uma versão da História Local, nomes de pessoas, geralmente ligadas a grupos políticos ou religiosos. Sem ligação entre a comunidade escolar (representada pelos alunos) e a História oficial.

Nesse sentido, optamos por não elegermos apenas um recorte para a pesquisa e sim partirmos da Escola (local apontado pelos alunos como patrimônio afetivo) e seguirmos os estudos de acordo com os lugares apontados pelos mesmos, contemplando com isso os bens afetivos e oficiais.

3.2 Construção do conhecimento e relatos da experiência

A pesquisa teve início no mês de maio de 2019, no primeiro momento as oficinas foram realizadas na Escola com as turmas do 6º, 7º e 8º Anos, ocorreram no período normal de aula dos alunos envolvidos (6º e 7º Anos no período vespertino e 8º ano no período matutino) e fizeram parte também da proposta de trabalho da disciplina de História do Ensino de História, que propunha escolher e analisar um conteúdo presente do livro didático que tivesse relação com nosso projeto de pesquisa e após a análise deveria ser realizado uma oficina em sala de aula para os alunos, a disciplina era ministrada pelo Prof. Dr. Carlos Edinei de Oliveira e pela Prof. Dr.^a Marli Auxiliadora de Almeida. Assim aproveitamos a oportunidade para já darmos início ao nosso objeto de estudo.

Um dos objetivos da escolher desta temática vem de encontro à realidade que cerca o ensino de História na atualidade, pois como educadores da área de Ciências Humanas testemunhamos uma série de medidas do governo que visa entre outras ações desvalorizar o ensino de História, entre essas medidas estão: a redução da carga horária no ensino médio que logo chegará ao ensino fundamental, fim dos livros didáticos por disciplina (agora são por área de conhecimento) para o ensino médio e todas as ações negacionistas que presenciamos diariamente na sociedade, sendo assim é preciso que nós enquanto professores nos conscientizemos de nosso papel e busquemos resistir a essas “mudanças” através de nossas práticas no chão da escola.

Essa reconfiguração implantada sobre a área de Ciências Humanas busca atender as demandas políticas, econômicas e sociais de grupos que sempre estiveram no comando do poder e por um pequeno período não conseguiram impedir que fosse dada visibilidade aos sujeitos que foram silenciados e aos poucos avanços que tivemos, hoje de volta ao “comando” realizam ações sem se importarem com os que estão à margem da sociedade e os efeitos que essas medidas tem sobre as camadas sociais que não compõem a elite do país.

Sabemos que por muito tempo o ensino de História e o Patrimônio Cultural estiveram ligados às produções europeias e dos grandes centros do país (como se o que importasse estudar e/ou conhecer viesse apenas destas direções), as muitas discussões e produções acerca da História e da disciplina na educação básica possibilitou por um breve período a oportunidade de reescrever um novo trajeto e lançar novas ideias, novos discursos e possibilidades que hoje vemos serem esfaceladas. Nesse sentido, na tentativa de efetivar um ensino de História pautado na valorização do sujeito e do seu meio, propusemos o estudo da localidade dos agentes envolvidos no processo – alunos e comunidade – como chance de promover uma aprendizagem significativa, que desse maior visibilidade a História e ao patrimônio de outras comunidades, conforme aponta SCHMIDT e CAINELLI (2005, p. 52) “onde o Ensino de História deve problematizar, construindo uma problemática com base no objeto a ser estudado, levando em conta a realidade dos sujeitos envolvidos”. As autoras ainda esclarecem que: “Cabe ao professor contextualizar a problemática, ou seja, relacioná-la com o contexto vivido pelo aluno e com o conhecimento histórico já produzido” (2005, p. 53).

Se assim o fizermos estaremos rompendo com os limites que ainda se apresentam em nosso meio e os que estão se formando sobre o ensino de História, influenciados pelos saberes tradicionais e pelos grupos que aí estão, abrindo caminhos para um ensino crítico e reflexivo. Pensar o Patrimônio Cultural apenas a partir dos bens eleitos e tombados pelos órgãos oficiais é manter viva a ideia da hegemonia dos saberes “dominantes e hierárquicos”, introduzir o estudo a partir dos bens eleitos pelo grupo, sendo eles oficiais ou não rompe com essa perspectiva e insere múltiplas realidades, onde uma não se sobrepõe a outra e ambas de forma conjunta pode ser objeto de estudo e campo de aprendizagem.

De acordo com CHUVA (2020, p. 19)⁷² no passado “A concepção de patrimônio estava baseada na ideia de um valor intrínseco aos bens”, fazendo com que apenas um pequeno

⁷² Ver: CHUVA, Márcia. **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas**. In Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. 2020. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35. <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>

“conjunto” fosse considerado patrimônio da nação brasileira, estes geralmente ligados a uma elite econômica da qual fazia parte um grupo reduzido de pessoas.

Ainda conforme Márcia Chuva (p.29), perceber o patrimônio cultural hoje a partir do que ela classifica como “virada decolonial no campo do patrimônio”, é romper com as fronteiras colonialistas de pensamento e imposições, os bens patrimoniais vistos e eleitos a partir de “conquistas e direitos”. Coloca ainda que as atitudes decoloniais precisam começar por e pelo que o rodeia.

Com este pensamento, iniciamos a pesquisa com a apresentação do projeto para a coordenação pedagógica da escola no mês de maio de 2019, que aprovou e deu todo suporte necessário. Na sequência foi apresentado também para o grupo de alunos, respeitando o cronograma de aula da unidade escolar. No primeiro momento trabalhamos o que é Patrimônio Cultural, os conceitos que envolvem a temática, como: material, imaterial e natural, memória, identidade, tombamento e pertencimento. Para isso utilizamos slides e textos, e também para apresentação de alguns bens e lugares eleitos como patrimônio da humanidade, patrimônio nacional e regional, optamos por apresentar as definições de patrimônio cultural seguindo as orientações constantes no portal do IPHAN. As aulas ocorreram de forma dialogada, podendo ser interrompidas para esclarecimento de dúvidas, questionamentos ou informações, o objetivo era perceber o conhecimento prévio dos alunos, pois de acordo com BITTENCOURT (2018):

O importante, na aprendizagem conceitual, é que sejam estabelecidas as relações entre o que os alunos já sabem e o que é proposto externamente – no caso, por interferência pedagógica –, de maneira que se evitem formas arbitrárias e apresentação de conceitos sem significados, os quais acabam sendo mecanicamente repetidos pelos alunos, confundindo-se *domínio conceitual* com *definição de palavras*. (BITTENCOURT, 2018, p.162)

Assim foi possível verificar a partir dos diálogos, que a maioria deles relacionava patrimônio cultural apenas como bens materiais como construções e ainda como “coisas velhas” ou “coisas do passado”, sendo necessário então ampliar as discussões sobre a temática.

Na sequência demos continuidade explorando a História e os bens patrimoniais da cidade de Cáceres/MT, através de cópias de textos e imagens disponibilizados pela escola e também das réplicas das fachadas do centro histórico local, nosso objetivo era propiciar ao grupo a leitura, análise e interpretação do que foi produzido ao longo do tempo sobre a cidade e seu patrimônio cultural, os alunos também realizar pesquisas no laboratório de informática e na biblioteca, assim como também foram orientados a trazer para a sala fotografias que tinham dos lugares de memórias da cidade, realizando assim um trabalho de pesquisa e investigação com

seus familiares, pois a maioria dos alunos eram de famílias que viviam na cidade a muitos anos.

Dialogamos também sobre a formação do município de Cáceres, apresentando as razões da fundação, os sujeitos envolvidos no processo os que estão presentes nos registros oficiais, assim como também a pensar sobre os que foram citados vagamente como, por exemplo, os indígenas e outros possíveis personagens. Também discutimos sobre os processos políticos que permearam a História Local, como estabelecimento da Câmara Municipal, os Códigos de Posturas que regulavam a localidade e a elevação à categoria de cidade, as transformações ocorridas no final do século XIX e início do século XX, que resultaram em mudanças principalmente no comércio e na política onde muitos desses vestígios estão presentes como patrimônio tombado.

Apresentamos a eles duas imagens da cidade de Cáceres/MT de épocas diferentes, a primeira, o Plano Ortogonal e a segunda a planta da cidade de 1876, algo que causou grande alvoroço na turma, pois de acordo com as falas a primeira imagem não se parece com o ponto inicial da vila que estão acostumados a ver atualmente, o que nos levou a uma leitura e interpretação mais detalhada da imagem, e após muita discussão e uma observação mais atenta por parte deles, alguns alunos conseguiram perceber o traçado que ainda está presente no local, a respeito da segunda imagem muitos alunos disseram que a mesma se parece com alguns mapas da cidade que podem ser encontrados na internet, com a diferença que a cidade hoje é bem maior.

Também foi neste momento das oficinas que os alunos passaram a questionar como se deu a eleição do patrimônio cultural local, como foram escolhidos os bens que representam o patrimônio local e por que a maioria deles são as construções mais imponentes fazendo menção a apenas um grupo social. Percebemos a partir destes questionamentos a necessidade de inserirmos em nossas discussões e estudos o conceito de patrimônio familiar e afetivo, os bens e/ou lugares onde os alunos e a comunidade escolar estabelecem relação de afetividade, identificação e pertencimento, entendendo com isso que os bens patrimoniais da comunidade são bem mais amplos que apenas aqueles que foram eternizados através do processo de tombamento do Centro Histórico da cidade. Pensando nos apontamentos de PRINSKY e PRINSKY (2012, p. 28) “Quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela (...)”, esta interação pode ter início a partir de estudos do que compõe a História do aluno e de sua comunidade. Nos fazendo entender que o Ensino de História precisa abrir espaço para novas discussões.

A partir daí, durante as atividades os alunos foram sempre provocados a pensar além do patrimônio oficial, quais bens patrimoniais estão presentes em suas memórias e com os quais

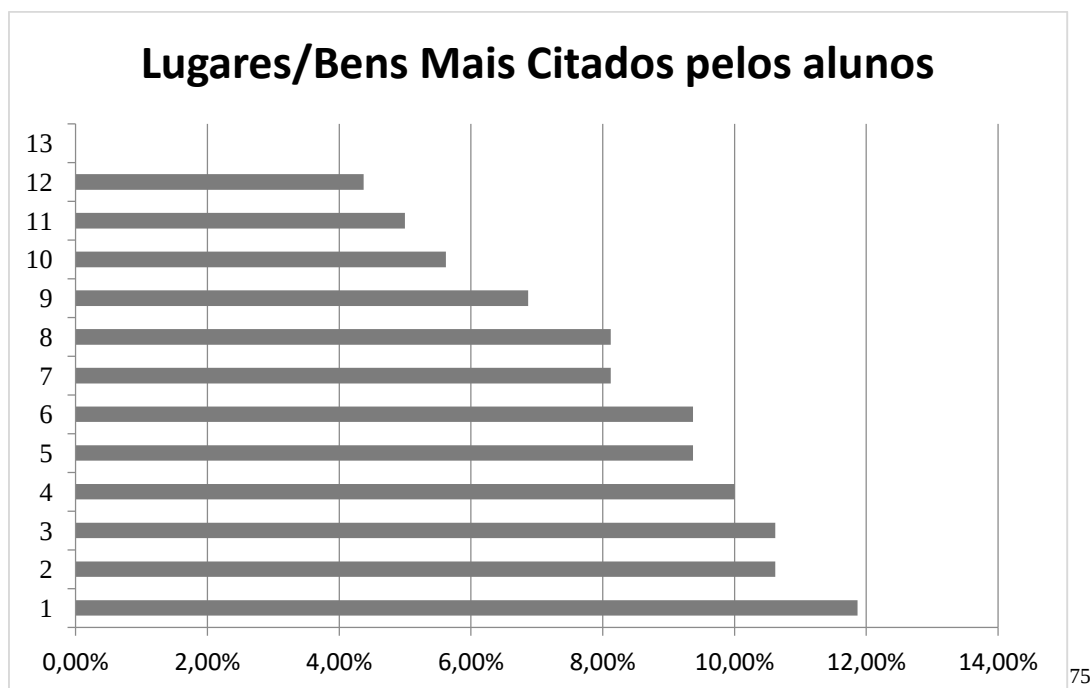
eles se identificam que relevância tem para ele e para a comunidade, nesse processo a escola foi apontada como um lugar de memória para a maioria deles, sendo um espaço onde as relações humanas e sociais acontecem de forma individual e coletiva, um local que faz aflorar lembranças e o sentimento de pertencimento. Os mesmos também foram orientados a conversar com seus familiares⁷³ sobre os lugares de memórias da cidade de Cáceres e sobre a escola, a intenção é que os familiares pudessem compartilhar suas lembranças, possibilitando aos alunos conhecer histórias e recordações da comunidade, e durante as aulas oficinas os mesmos compartilhavam essas lembranças com os demais colegas. O objetivo dessa atividade era possibilitar aos mesmos lembranças e informações sobre o que está ao seu redor, criando laços entre eles (alunos, escola e o meio social em que estão inseridos).

Os alunos foram convidados a responder a dois questionário⁷⁴, o primeiro as questões eram bem objetivas e visava conhecer o grupo de alunos e identificar o que já sabiam sobre patrimônio, já o segundo eles precisam apontar lugares de memórias com os quais se identificavam e que achavam importantes, mesmo assim a maioria dos espaços apontados por eles compõe os bens que formam o patrimônio oficial (isso pode ter ocorrido por termos trabalhado inicialmente com o patrimônio tombado), com exceção de três lugares e um que mesmo não sendo tombado está dentro do perímetro do centro histórico da cidade, sendo às vezes confundido com os bens oficiais da cidade. A maioria dos alunos citou os lugares que foram apresentados a eles como patrimônio tombado, mesmo que estes não tivessem muita relevância para duas vidas, como podemos observar no gráfico abaixo.

⁷³A orientação dada é que conversassem preferencialmente com os familiares mais velhos de preferência os avós, caso não fosse possível os diálogos deveriam ser feitos com pessoas de mais idade que tivesse na casa, pois o objetivo era perceber a relação afetiva que pessoas de outras gerações tinham com os lugares de memórias da cidade.

⁷⁴ Ambos os questionários já foram apresentados acima, aqui apresentamos os dados relativos ao segundo questionário.

Gráfico 4



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira/ 2020

A identificação dos lugares de memórias apontados no gráfico só foi possível após a aplicação do questionário 02, pois os alunos puderam responder as questões relacionadas aos bens patrimoniais da cidade de Cáceres/MT, com ele foi possível identificar que alguns lugares citados não eram “carregados” de nenhum sentimento, afeto ou significado, muitos justificaram que a escolha do referido bem ocorreu porque durante as aulas estes espaços foram apresentados como bens tombados da cidade, e alguns disseram que é porque o espaço é constantemente lembrado nas propagandas locais (como por exemplo, o Marco de Jauru e a Catedral), nos momentos festivos, outros por serem considerados bonitos e alguns por serem espaços públicos. Todos os alunos falaram sobre suas escolhas em relação aos bens, e o que mais nos chamou atenção foram os apontamentos e explicações em relação ao cemitério São João Batista, a Praça da Feira, a Escola e a Sicmatur, uma vez que ao falarem sobre esses bens era possível perceber a ligação entre eles.

Um dos alunos justificou que “o cemitério lhe trazia muitas lembranças, momentos de dor⁷⁶ e porque sua avó o levava sempre para limpar e enfeitar a “cova” de seu avô e que durante esses momentos ele gostava de caminhar por entre os túmulos vendo, segundo ele, os “enfeites

⁷⁵ Alguns alunos não sabiam o nome correto dos locais. E quando perguntado sobre o porquê de citarem o cemitério, alguns responderam que é porque costumam visitar com a família principalmente no dia de finados e alguns responderam que sempre tiveram curiosidades sobre o local pois é em frente a ele que a escola se reúne para o desfile de 7 de Setembro.

⁷⁶ Morte do avô.

e o nome dos mortos” nos túmulos (João, 13 anos), salientou ainda que sabia a localização do túmulo da Prof.^a Ana Maria, que dá nome à escola, dizendo ainda que tem muitas curiosidades sobre aquele lugar”.

Outra aluna (Sandra, 12 anos), disse ter apontado a Praça da Feira como um espaço de memória, pois segundo ela “sua mãe trabalha lá nos fins de semana, em uma barraca de verduras e que muitas vezes levava pra casa alguns alimentos doados pelo dono da barraca o senhor de nome Carlos⁷⁷, de acordo com ela ele é um homem muito bom e se não fosse esse lugar sua mãe não teria onde trabalhar, sendo assim ela considera o lugar importante para sua família, pois dali vem o sustento da casa”.

Sobre a escola o aluno (Felipe, 13 anos), justificou que “a escola não é só um lugar pra “aprender” que ali eles podem desabafar com os colegas, brincar e disse que seu lugar preferido é o refeitório que não é apenas para o lanche, também fazem apresentações lá e que na hora do recreio fica ali brincando e conversando com os amigos”.

Outro aluno (Francisco, 12 anos), fez um relato diferente sobre a escola, mas que nos causou espanto e até comoção, pois segundo ele, “a escola é o único lugar onde ele e sua irmã tem paz, porque em sua casa há muitas brigas, bebidas e coisas erradas, por isso gosta tanto do lugar, que na escola podem aprender com outros colegas, se divertir, participar de atividades diferentes”.

A aluna (Keila, 13 anos) “disse que a escola é o espaço onde eles podem ser eles mesmos, pois muitas coisas precisam guardar pra si não podendo falar com a família, apenas com amigos na escola, que ali tem muitas pessoas que são diferentes dela, o que é muito bom”.

Uma outra aluna (Solange, 12 anos), explicou que escolheu a Sicmatur, apontada por ela apenas como Praia do Daveron, por ser um local que “não paga pra entrar e que é muito bonito” e que a mãe dela sempre a leva lá junto com o irmão nos fins de semana, porque não pode levar em outros lugares por não ter dinheiro, se levar na praça “o irmãozinho fica chorando querendo que compre as coisas que tem por lá”.

Vimos nestes relatos referência a lugares públicos e de fácil acesso, alguns onde o lugar se torna um refúgio e outros porque conviver neste espaço não demanda investimento. A eleição de lugares públicos se dá muitas vezes por se tratar de uma clientela com renda baixa, dificultando o acesso e convívio em ambientes de valores mais elevado. Observamos também nas falas dos alunos que muitos compreenderam o conceito de patrimônio afetivo e relacionou os lugares como locais de memórias importantes de sua vida. Nesse sentido de acordo com a

⁷⁷Utilizamos aqui um nome fictício para se referir ao proprietário da barraca.

ideia apontada por HALBWCHS (1990), o que provoca lembranças em nós é como reagimos diante dos lugares, fatos e acontecimentos vividos, sendo assim esses alunos relacionam os espaços conforme o que eles lhes oferecem, lembranças do que é vivido neles.

Na sequência os alunos foram divididos em grupo onde passamos a pesquisar sobre a História e patrimônio local, e cada grupo deveria pesquisar sobre determinado bem da cidade, que posteriormente apresentaram para os outros colegas, as pesquisas foram realizadas principalmente na internet, mas também foram feitas entrevistas com os familiares e pesquisas em livros disponíveis na biblioteca da escola. O objetivo dessa atividade era estabelecer uma relação de proximidade entre o grupo de alunos, os lugares de memórias e a comunidade em que estão inseridos.

Em todas as fases das oficinas os alunos eram incentivados a avaliar o estudo e a socializar o conhecimento, através de falas, montagens de cartazes, desenhos, pinturas, textos que eram posteriormente expostos no pátio da escola. Para esta fase os alunos receberam materiais impressos e também pesquisaram no laboratório de informática da escola.

Além de pesquisar informações sobre o patrimônio, também observaram e analisaram os bens patrimoniais da cidade. Nesta ação os alunos puderam observar, discutir, questionar para entender a História e o patrimônio cultural local e a comunidade em que estão inseridos, como já foi falado muitos não se sentiam representados pelos bens oficiais. Através das falas podemos constatar o distanciamento relativamente grande dos alunos com o perímetro tombado e até mesmo com a História da cidade.

Identificamos que falta de identificação com os bens oficiais não era apenas falta de conhecimento (o que seria normal ou esperado, devido à idade do grupo), faltava empatia, como se os mesmos não fizessem parte do lugar, a não ser quando se lembravam de festas que participaram ali. Os alunos em sua maioria demonstravam muito mais interesse, proximidade e pertença com o que existe em seus bairros, como a escola e com outros locais de convivência social próximo a eles, como a praça do bairro, campinho de futebol. Alguns alunos não compreendiam que o patrimônio cultural local representa também a sua História. Surgindo algumas inquietações quanto ao sentimento de pertencimento e a vontade de valorizar e preservar esses locais.

Sendo assim, passamos a discutir sobre os bens culturais que representam os alunos e a comunidade escolar, nesta fase os alunos responderam aos questionários com perguntas objetivas, o propósito era identificar a relação dos alunos com o patrimônio tombado e quais bens eles elegem como representante da identidade da comunidade onde estão inseridos e assim

foram apontados os lugares presentes no gráfico 02, como já dissemos alguns lugares apontados pelos alunos como afetivos também fazem parte dos bens oficiais.

Com a finalização das aulas/oficinas foi possível perceber que apenas alguns alunos tinham algum conhecimento sobre o que é Patrimônio Cultural e a História e o patrimônio da cidade, informações geralmente superficiais relacionadas em geral ao aniversário da cidade e seu “fundador”, o processo histórico, as razões de fundação e até mesmo os personagens que fizeram parte deste processo não eram citados. Conheciam alguns lugares por nome e às vezes por passar por perto e também alguns lugares que compreende a zona rural, como as fazendas Facão e Jacobina que são muito populares no imaginário deles. A maioria dos locais citados por eles são os casarões e outros poucos espaços do centro histórico como o prédio onde funciona o Banco Sicredi, a Casa Rosa, a extinta Escola Esperidião Marques, o Cais do Porto Mário Corrêa da Costa, a Sicmatur, entre outros, mesmo sem conhecimento sobre estes espaços.

As discussões sobre os espaços oficiais e afetivos tinham o objetivo de incentivá-los a pensar em lugares de memórias que remetessem a memória e a identidade da comunidade escolar. Pois entendemos que se ficássemos apenas no campo do patrimônio oficial estaríamos replicando a ideia já ultrapassada de que bens patrimoniais são apenas os edificadas e oficiais. Pensando a partir do que aponta os autores ALVES & FIGUEIREDO (2014, p. 20) “Valorizar o patrimônio cultural que cerca o estudante contribui para que este reconheça sua identidade e exerça sua cidadania, por isso é importante realizar práticas pedagógicas de Educação Patrimonial”⁷⁸, lembrando que as atividades não buscaram supervalorizar o afetivo em detrimento do oficial e sim fazer a relação entre os dois, uma vez que muitos alunos também relacionam lugares oficiais como afetivos. Mesmo que nosso foco tenha sido apenas o espaço escolar, os alunos já puderam compreender que o conceito de patrimônio é amplo e pode ser entendido como bens de relevância apenas para um pequeno grupo.

Foi possível também estudar e conhecer um pouca da cidade de Cáceres por meio da fotografia, pois, ela apresenta vários espaços que foram “eternizados” ao longo do tempo a partir desses registros, locais que compreendem o centro histórico e seus casarões, igrejas, praças, ruas e travessas, monumentos, cais, rio, e também as fazendas históricas é fácil encontrarmos imagens, principalmente, da Fazenda Jacobina e Descalvados. Lançamos mãos dessas imagens durante as oficinas para visualizarmos as transformações pelas quais passaram

⁷⁸ Ver: ALVES, Hellana de Moraes; FIGUEIREDO, Lauro César. **A prática da Educação Patrimonial: uma experiência no município de Restinga Sêca/RS.** In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade. Organização Átila Bezerra Tolentino (et al) – João Pessoa: IPHAN, 2014. Caderno Temático: 4, pág. 18 – 24.

o município e a cidade ao longo do século XX. Com isso desejávamos “despertar” o aluno para a preservação do patrimônio cultural oficial e afetivo e as memórias constituídas através do conhecimento e valorização, a partir de sua História e da comunidade escolar.

A fotografia neste caso pode ser entendida e utilizada como um instrumento pedagógico e fonte de pesquisa que nos permite analisar e interpretar o que foi “eternizado”. Existem muitos materiais disponíveis que registraram não apenas as construções, mas também o cotidiano das pessoas, festas religiosas, momentos cívicos e até o trabalho corriqueiro do dia a dia. De acordo com BORIS KOSSOY (2012):

O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e, portanto, a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza. (KOSSOY, 2012, p.167-168)

Porém, é preciso estar atento e ter cuidado ao utilizar esta fonte pois, segundo o autor as imagens não foram produzidas aleatoriamente havia e há sempre uma intenção no ato de fotografar, a mesma servia sempre a um propósito, por isso não pode ser a única fonte de pesquisa, como esclarece KOSSOY (2012):

Os conteúdos dessas imagens mostram assuntos geralmente bem organizados em sua composição e aprioristicamente petrificados, antes mesmo do congelamento fotográfico. Tratam em essência de imagens estáticas que contêm assuntos também estáticos: as duras, passivas e estereotipadas expressões humanas dos álbuns de família, os edifícios, os monumentos, as ruas quase sem vida, a natureza imóvel. (KOSSOY, 2012, p. 117).

A “organização da imagem” como coloca o autor serviu a um propósito e ao analisá-la é preciso um conhecimento prévio para não perder de vista sua essência e a vontade do autor da mesma. Ainda sobre isso, a historiadora Mary Del Priore (2005, p. 30), esclarece que a fotografia funciona como um “objeto de memória” quando realiza o processo de observação e questionamento da fonte: “Quem está representado? Por quê? E como?” provocando no observador ou pesquisador a vontade de saber o que existe ou existiu além do registro.

Elke Daniela Rocha Nunes, em seu trabalho *Fotografia e História Oral: Imagens e Memórias de Trabalhadores na ICOMI no Amapá* esclarece que:

A fotografia funciona em nossas mentes como uma espécie de passado preservado, lembrança imutável de certo momento e situação, de certa luz, de um determinado tema, absolutamente congelado contra a marcha do tempo. (NUNES, 2014, p. 75)

Na ideia de “passado preservado”, o que queríamos que os alunos absorvessem é que o

que foi preservado através da fotografia, pode não ter sido preservado de fato, pois alguns bens do Centro Histórico de Cáceres sofreram interferências com o passar do tempo, e outros só existem agora em fotografia, como por exemplo, o casario da Rua Quintino Bocaiúva esquina com a Coronel Farias. O objetivo era que os alunos percebessem que apenas o ato de tombiar não garante que o bem será preservado, pois muitos bens estão em ruínas, o abandono deste patrimônio ocorre tanto pelo descaso dos órgãos responsáveis pela preservação e conservação, quanto pela sociedade que muitas vezes não os reconhece como parte de sua História e de sua identidade, como nos mostra as imagens abaixo:

Figura14: Antes e depois do casario



Fonte: www.portaliphan.gov.br



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2020

A primeira imagem apresenta o local como era há tempos atrás, com suas características originais ainda bem preservadas, já a segunda imagem nos mostra o lugar hoje, após ficar muitos anos sofrendo com a ação do homem e da natureza, pois parte da obra começou a apresentar problemas em sua estrutura chegando a desmoronar. Agora começa a surgir a partir dela uma nova construção, apagando os vestígios de uma arquitetura simples, uma das poucas construções com características coloniais no centro histórico, nesse sentido devemos lembrar que a política de preservação não se mostrou eficiente, pois a mesma encontra-se dentro do perímetro de tombamento bem próxima a Catedral, a Praça e o Cais, que são bens tombados como patrimônio cultural local. As condições em que se encontra a casa foi muito questionada pelos alunos durante a aula campo ocorrida no local, assim como o abandono do casario na rua 13 de Junho esquina com a rua Padre Cassimiro. Os alunos indagavam sobre de quem é a responsabilidade pela destruição do imóvel e se alguém seria punido por isso.

Ainda sobre o uso da fotografia em sala de aula, NUNES assim como KOSSOY, nos alerta também para o fato de que, como qualquer outro tipo de fonte de pesquisa são apenas evidências, resultado de escolhas feitas por pessoas, e que elas precisam ser questionadas pelo historiador.

Porém, é importante ressaltar que quaisquer que sejam as fontes históricas (fotografias ou depoimentos), elas são apenas evidências de momentos de experiências de vida e, para serem recuperadas e trazidas à nossa perspectiva, ao definir o objeto, elas têm de ser trazidas a partir de questionamentos, pois só assim os fatos vão responder com sua própria voz, através de perguntas feitas pelo historiador. (NUNES, 2014, p. 72)

Como foi dito, o centro histórico da cidade de Cáceres é composto por um conjunto de bens que contempla prédios públicos e privados, igrejas, monumentos, praças. Os espaços públicos como a Catedral São Luiz, a Praça Barão do Rio Branco, a Câmara Municipal são lugares de fácil acesso para a população conhecer, no entanto o que se percebe é que na maioria das vezes as pessoas frequentam estes espaços por motivos religiosos ou festivos, e acabam não conhecendo a História do lugar, o que está por trás de suas construções, o porquê de existirem, à época de sua construção, assim como também o espaço escolar, onde os alunos, profissionais e comunidade em geral tem pouco ou nenhum conhecimento sobre ele, as razões que levaram a sua construção, a escolha do lugar, e mesmo assim a partir de diálogos percebemos a importância sentimental que ele exerce sobre todos. Neste sentido buscamos algo que apresente e discuta a História local e o patrimônio cultural, bem como aborde e discuta sobre o patrimônio afetivo da comunidade escolar.

E para isso optamos por seguir o modelo proposto por HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO (1999), de Educação Patrimonial voltada para: "observar, explorar, registrar e apropriar do objeto de pesquisa", o que pode levar o aluno a compreender como se deram a constituição e os critérios para a escolha dos bens patrimoniais do local.

Com a conclusão desta etapa demos início à próxima fase que foi a aula campo, com início pelo espaço da escola e seu entorno, onde todas as turmas participaram, o percurso foi realizado com auxílio da coordenação pedagógica. No entanto, a atividade no Centro Histórico só foi realizada com os alunos do 7º ano (2019), por isso essa turma foi selecionada para dar continuidade à pesquisa, um total de 55 alunos que hoje corresponde ao 8º ano (2020). Através desta atividade foi possível identificar quais lugares ou bens patrimoniais os alunos se identificam e mantêm sentimento de afetividade.

Para realizarmos a aula-campo foi necessária autorização dos responsáveis, que foi providenciado pela coordenação escolar, também foi necessário o auxílio de outros

profissionais da escola para acompanhar os alunos. O percurso no entorno da escola e no bairro foi feito a pé por se tratar de uma distância pequena, já o deslocamento para o centro histórico foi feito de ônibus⁷⁹, pois se trata de uma distância relativamente grande de aproximadamente 5 km, também sendo necessário providenciar o lanche que foi ofertado pela unidade escolar. Durante todo o percurso da aula-campo os alunos foram orientados a observarem e registrarem tudo o que lhes chamavam atenção, dúvidas e curiosidades para as discussões e pesquisas posteriores.

O trajeto escolhido para a atividade campo é cheio de memórias e significados para os alunos, no primeiro momento a escola e seu entorno teve início pela rua lateral da escola em frente à praça do bairro, lugar de muitas lembranças para os alunos, pois ali se realizam atividades religiosas, culturais e esportivas, fizemos o percurso por todo o entorno da escola, parando sempre para analisar os pontos apontados pelos alunos, os mesmos lembraram com entusiasmos de atividades culturais realizadas ali, algumas pela própria escola como Noite Cultural, Show de Talentos, comemoração do Dia da Família na Escola.

Em seguida realizamos a aula no Centro Histórico, iniciando o percurso pela Sicmatur (Praia do Daveron) local citado por todos os alunos durante as atividades na escola, passando pelo Cais, Praça, Catedral e Casa Rosa, seguindo na direção da escola Esperidião Marques, caminhando pela rua beira rio, onde é possível ainda encontrarmos algumas construções com características simples do estilo colonial, indo até a Praça da Feira, retornando sentido Cemitério São João Batista, Avenida Sete de Setembro, passando pela Igreja do Perpétuo Socorro, Hospital São Luiz, Praça Major João Carlos, antigo Museu Municipal e retornando pela Rua 13 de Junho até a Sicmatur. Nosso objetivo não era uma era realizar um percurso por onde teria iniciado Vila Maria e sim transitar pelos espaços do perímetro de tombamento de acordo com os lugares que os alunos costumam frequentar.

Durante este trajeto os alunos se viram fazendo descobertas sobre lugares que estavam acostumados a ver, mas não tinham conhecimento sobre a História, principalmente sobre a Catedral, Cais e a Praça Major João Carlos que está dentro do perímetro de tombamento e sobre a escola Esperidião Marques e a Praça Duque de Caxias. Os alunos levantaram muitos questionamentos em relação às condições em que se encontram alguns imóveis tombados, as condições do cemitério e até mesmo a Praça Major João Carlos que eles chamam de praça do hospital. Pois, muitos bens se encontram em total estado de abandono, cobertos por mato e lixos. Não só os alunos, mas também alguns profissionais da unidade se viram fazendo

⁷⁹Como não existia verba para essa atividade, o transporte foi providenciado e pago pela pesquisadora.

descobertas sobre espaços conhecidos por eles.

Ultrapassar os muros da escola nos permitiu disseminar a ideia que a aprendizagem se dá em todos os lugares e ambientes, um simples caminhar pelas ruas possibilita um leque de conhecimento, pois os alunos vão se reconhecendo em espaços diferentes e isso aflora neles a curiosidade e a vontade de aprender, de forma que a aprendizagem acontece naturalmente.

Após a aula no centro histórico as atividades realizamos algumas atividades de socialização na escola, exposição de alguns trabalhos já produzidos pelos alunos. Como não foi possível continuarmos as atividades presenciais, demos continuidade à distância, de forma remota por conta da pandemia do Covid-19, para retornarmos as discussões fora construído um percurso virtual com os lugares anteriormente elencados por eles a partir do Cais, essa revisão se fez necessária, pois os alunos ficaram alguns meses longe do projeto até que as atividades escolares retornassem no mês de agosto, agora também introduzimos nas discussões e estudos outros espaços que se fizeram necessários para a melhor compreensão do processo histórico da cidade.

O percurso virtual foi apresentado aos alunos por meios de fotografias cedidas pelo NUDHEO/UNEMAT, imagens disponíveis na internet, no Álbum Gráfico de Mato Grosso, no Facebook e também arquivo pessoal. Após a conclusão desta fase passamos a avaliação e socialização que também ocorreu de forma remota, mesmo que já tínhamos feito algumas atividades de socialização no mês de agosto de 2019, entendemos ser necessário realizá-la novamente, pois os alunos já tinham maior conhecimento sobre a temática.

Os alunos foram incentivados a pensar historicamente sobre o que tinham estudado sobre patrimônio cultural, a História local, qual o significado dos casarios, dos monumentos, igrejas, das ruas, etc., que compõem o espaço denominado Centro Histórico, a pensar também sobre os espaços identificados por eles como importantes para a comunidade escolar, além das memórias familiares em relação a esses lugares. Entendemos que o conhecimento sobre a formação histórica do local e de seu patrimônio pode levar a valorização e preservação dos mesmos, algumas atividades de avaliação e socialização foram realizadas por meio de desenhos, conversas e registros escritos.

Sabemos que apenas conhecer o patrimônio ou a História não é garantia de que se construirá o sentimento de pertencimento ou identidade, ou ainda que eles sejam valorizados e preservados, mas abrirá caminhos para mais discussões e inserção de outros bens que possam representar a comunidade.

As discussões e reflexões surgidas nesta etapa nos fizeram pensar em um material pedagógico que contemplasse o patrimônio oficial e o afetivo, a memória, a identidade e o

sentimento da comunidade envolvida na pesquisa, que desse significado a experiência e as atividades realizadas, com isso foi sugerido pelos alunos a produção de uma Cartilha sobre o Patrimônio Cultural local oficial e afetivo da cidade, a partir das indicações feitas pelo grupo de alunos, nela está contemplado também um breve relato do processo histórico da cidade, assim como imagens, indicações de sites e propostas de atividades.

Vimos também a necessidade de incluir espaços de memórias que mesmo não sendo apontados pelos alunos se fazem necessários por representarem o Patrimônio Cultural tombado do município, esperamos que este material possa ajudar o aluno a conhecer os bens patrimoniais locais, assim como se reconhecerem como sujeitos que vive e produz História, como construtores da memória e da identidade local.

As falas dos alunos durante as aulas possibilitou que os mesmos não só conhecessem a História e o patrimônio local como também se vissem inseridos neles, entendendo que a cidade é repleta de lugares de memórias que podem ter significados para um grupo e não para outro e que isto não se caracteriza em algo errado ou problemático, pois outros grupos terão outros lugares de referência dentro deste espaço social, e que o fato de alguns lugares não constar como patrimônio oficial não diminui sua importância junto à comunidade que o elege como lugar de memória, o que chamamos aqui de patrimônio afetivo.

Entendemos que as ações educativas desenvolvidas colaboraram para aflorar o sentimento de pertencimento, identidade, a vontade de conhecer, valorizar e preservar as memórias e o patrimônio cultural local, pois as memórias e a História da cidade estão gravadas em diferentes lugares, tempos e espaços e que cabe a nós professores criar meios para que nossos alunos tenham acesso a estes bens e ao conhecimento sobre a História do meio em que está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta pesquisa percebemos que o município de Cáceres/MT se constitui como detentor de patrimônio cultural e ambiental. Possui um conjunto de bens tombados e sítios arqueológicos, que servem como fonte de pesquisa tanto para o historiador quanto para a população. Podemos afirmar que, existe uma grande parcela da sociedade que não se identifica com essa História e esse patrimônio, isso porque muitas vezes não se veem representados ali. Isso ocorre na maioria das vezes porque grande parte dos bens tombados pelos órgãos oficiais expressam a presença de uma elite local, que mesmo não existindo mais ainda se faz presente no imaginário social.

Alguns bens como casas, vilas populares que remontam o século passado e que se encontram hoje em ruínas, descaracterizados ou ainda não lhes são dadas o devido valor enquanto bem patrimonial, ou ainda aquelas que ficaram de fora do inventário cadastral. Os espaços públicos e de livre acesso como praça, cais, igrejas acabam servindo apenas como local de lazer ou de fé, não havendo conhecimento mais profundo sobre esses espaços.

Percebemos por meio das atividades realizadas durante a pesquisa que uma parte significativa do patrimônio tombado é algo fora do contexto da vida dos estudantes, pois não há nenhuma ou há pouca identificação entre eles, pois este distanciamento dificulta pôr em prática as ações de valorização e preservação dos espaços, sendo necessário primeiro criar momentos de estudos, discussões e integração do aluno com os bens. O que no primeiro momento nos pareceu ser algo apenas negativo e que dificultaria a pesquisa acabou por nos possibilitar trabalhar os patrimônios afetivos para a comunidade escolar, sendo a escola um bem comum a todos os alunos. Com isso descobrimos que a comunidade elege seus próprios patrimônios, lugares não oficiais que fazem parte da vida dos estudantes e, portanto, se configuram como patrimônios afetivos, o que nos abriu caminho para desenvolver ações voltadas para o estudo da História e do patrimônio cultural local oficial e afetivo, a partir dos locais de memórias importantes para a comunidade, tornando os alunos protagonistas de sua História.

Buscamos através da Educação Patrimonial promover o estudo da História e do patrimônio local, com uma linguagem adequada, incluído os espaços afetivos, através da realização de oficinas e aulas campos. As visitas aos espaços se deram de forma presencial e virtual contando com roteiros a partir de fotografias, possibilitando aos alunos enxergar o patrimônio de outra forma, com vontade de observar, perceber a História em torno dele,

questionar e registrar suas impressões e conclusões. Além de que puderam entender que o conceito de patrimônio é amplo e está aberto a ressignificações.

Foi possível verificar que o distanciamento, a falta de identificação e empatia se dão muitas vezes pela falta de conhecimento, o que reforça a necessidade de um ensino de História comprometido com uma educação patrimonial eficiente desde a educação básica. Esse distanciamento nos levou a explorar os lugares de memórias oficiais e não oficiais da cidade e da vida dos alunos, locais estes que se relacionam em maior ou menor intensidade com a História local, como a Praia do Daveron, a Praça, o Cemitério e a Escola, ficando assim, mais fácil romper com a ideia de que só os bens tombados são patrimônios culturais. A Cartilha elaborada a partir dos resultados desta pesquisa vem como forma de ampliar o leque de materiais que temos disponível para o estudo da temática em sala de aula.

Durante o processo de construção da pesquisa enfrentamos algumas dificuldades em relação ao desenvolvimento das atividades com os alunos devido à pandemia que se instalou no país, foi preciso fazer adaptações e muitas etapas foram realizadas de forma remota e por ser um recurso novo muitos alunos ficaram apreensivos e no começo teve pouca participação, outro problema constatado é o fato de que como a escola atende a uma clientela com renda baixa, muitos alunos não dispõem de aparelhos como telefone e/ou computador e de internet de boa qualidade para participarem melhor das aulas. No entanto, apesar das dificuldades, o trabalho foi gratificante, principalmente por perceber a interação e alegria dos alunos ao se sentirem valorizados, por se reconhecerem como parte integrante da História e do patrimônio local.

A disciplina de História em qualquer etapa da formação escolar é um grande desafio para nós professores, pois nos instiga a encontrar caminhos e realizar ações que promova uma educação de qualidade que tenha sentido para a formação do aluno protagonista de sua própria História, sabendo que a aprendizagem pode ocorrer dentro ou fora dos muros da escola.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Nacional. In: Abreu, Martha; GONGIJO, Rebeca & SOIHET, Rachel. Culturas políticas e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Civilização Brasileira, 2007.

ABREU, Regina. A emergência do patrimônio genérico e a nova configuração do campo do patrimônio. In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos** / Regina Abreu, Mario Chagas (Orgs.) – 2. Ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AGUIAR, Patrícia Figueiredo. Conduzindo Condutas: a transformação do ambiente urbano de Cuiabá a partir do Código de Postura de 1832. Revista Especialidades (online). 2011, v.4, n. 3.

ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto. Comunidade e Sociedade: conceito e utopia. Revista Raízes. Ano XVIII, nº 20, novembro/99, p. 50-53.

AQUINO, Cristiane Valdevino de. Educação Patrimonial na sala de aula: a escola como patrimônio cultural. In: Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Organização, Átila Bezerra Tolentino [et al.]. – João Pessoa: Iphan, 2014. (Caderno Temático; 4)

ARRUDA, Adson. Imprensa, Vida Urbana e Fronteira: A Cidade de Cáceres nas Primeiras Décadas do Século XX (1900 – 1930). Dissertação de Mestrado / UFMT. Cuiabá, 2002.

ARRUDA, Renato Fonseca. Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação. Dissertação de Mestrado – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

BINDANI, Welliton Martins. SOUZA, Olímpia Maluf. O Marco do Jauru: A construção de um saber sobre o Monumento / A Monumentalidade. Programa de Pós Graduação em Linguística. Entremeios: revista de estudos do discurso. V. 14. jan./jun./2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 5. Ed. - São Paulo: Cortez, 2018.

_____. O Saber Histórico em Sala de Aula. São Paulo: Contexto Editora, 2013.

BORGES, Daniela B. Patrimônio afetivo e fotografia: relicários da memória de idosos no asilo de mendigos de Pelotas. 2013. Dissertação (Mestrado em Memória e Patrimônio) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: Lembranças dos velhos. 3ª. Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL, Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnologia (Semtec/MEC), 1998/1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/

BRITO, Mariana Vieira de. A Política de Patrimônio Francesa: Esboçando seu passado e presente. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Brasil. Rev. CPC, v. 13, n.25, p. 86-111, jan/set. 2018

CARVALHO, Carolina Vaz de. **Patrimônio cultural como categoria de pensamento e categoria de ação: notas sobre o trânsito de práticas e conceitos e um esboço de reflexão sobre cultura indígena em museus.** Múltiplos Olhares em Ciências da Informação, v. 4, n. 1, mar. 2014.

CASTRILLON. Maria de Lourdes Fanaia. **Um esboço sobre a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai: 1859-1889.** Cuiabá, 2006.

_____. **O olhar dos Vereadores sobre a cidade de Vila Maria do Paraguai nos Anos de 1859-1888.** In: História e Memória Cáceres. CHAVES, Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de (Orgs.). Cáceres: Editora UNEMAT, 2011.

CHAVES, Otávio Ribeiro. **O Marco do Jauru e a Povoação Fronteiriça de Vila Maria do Paraguai, Século XVIII.** In: História e Memória Cáceres. CHAVES, Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (Orgs.). Cáceres: Editora UNEMAT, 2011.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio.** 3. Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

CHUVA, Márcia. **História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, nº 34/2012. p. 11-24.

_____. **Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas.** In Alice Duarte (ed.), Seminários DEP/FLUP, v.1. 2020. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35. <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>

COSTA, Aryana, **História Local.** Dicionário de ensino de História. Coordenação: Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. – Rio de Janeiro :FGV Editora, 2019.

COSTA, Dilma Lourença da. **Patrimônio Histórico e Conflito Socioterritoriais: paradoxos da (i)legibilidade dos tombamentos e das normas de preservação, a partir de Cáceres – MT.** Tese de Doutorado Universidade Federal de São Carlos – SP. 2020.

DEL PRIORE, Mary. **A fotografia como objeto de memória.** In. Memória, patrimônio e identidade. Ministério da Educação. Boletim 04. Abril 2005.

DITZ, Rejane Alves Rodrigues. **Educação Patrimonial no Ensino de História: Do Centro Histórico de Cáceres/MT Para a Sala de Aula.** Dissertação de Mestrado PROFHISTÓRIA/UNEMAT, Cáceres-MT, 2018.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios** – Cuiabá: Secretaria de Estado de Educação, 2001.

FERREIRA, Renato César. **Brincando com o Perfil Histórico de Rolândia: o lúdico entre o patrimônio histórico oficial e o patrimônio histórico afetivo**. Dissertação de Mestrado – PROFHISTÓRIA / Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro; UFRJ: IPHAN: 1997.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e Ensinar História**. 1 ed. Belo Horizonte. Dimensão, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo; **PELLEGRINI**, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. **Memória**. Dicionário de ensino de História. Coordenação: Marieta de Moraes Ferreira, Margarida Maria Dias de Oliveira. – Rio de Janeiro :FGV Editora, 2019.

GRUNBERG. Evelina. **Educação Patrimonial: Utilização dos bens culturais como recursos educacionais**. In Caderno do CEOM. Chapecó, SC, Argos, nº 12, 2000, p. 159-180.

_____. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasil: IPHAN, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. SP: Vértice, 1990 (original publicado em 1950). P. 34-143.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; **GRUNBERG**, Evelina; **MONTEIRO**, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. IPHAN/MINC, 1999.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2 ed. Ver. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LACERDA, Rubens Gomes. **Instantâneo Histórico de Cáceres**. In: História e Memória Cáceres. CHAVES, Otávio Ribeiro & ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (Orgs). Cáceres: Editora UNEMAT, 2011.

LEÃO, Jozania Carvalho. **História, Educação Patrimonial e Preservação da Memória Afrodescendente de Linha Marioti: uma proposta de intervenção pedagógica**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED Superintendência da Educação Coordenação Estadual do PDE, 2013. Cruzeiro do Iguaçu.

LE GOFF. Jacques. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão. 4. ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LEITE, Maria Solange de Sá. A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção de um Guia Didático-Histórico. Dissertação de Mestrado PROFHISTÓRIA/UNEMAT. Cáceres-MT, 2018.

LUIZ, Paola Duarte. “Civilizar os Costumes”: O Cemitério São João Batista de Cáceres, século XIX. XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal – RN. 22 a 26 de julho de 2013.

MATO GROSSO, Secretaria de Estado de Educação. Documento de Referência Curricular Para Mato Grosso. Ensino Fundamental Anos Finais. Mato Grosso, 2018.

_____. **Orientações Curriculares: Área de Ciências Humanas:** Educação Básica / Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Print, 2012.

MEIRA, Soely Maria de. Patrimônio e Escola: O Centro Histórico de Cuiabá e as Práticas Educativas no Ensino de História. Dissertação de Mestrado PROFHISTÓRIA / UFMT. Cuiabá. 2018.

MENDES, Natalino Ferreira. História de Cáceres: História da Administração Municipal. 2. Ed. Cáceres – MT: Editora UNEMAT, 2009.

_____. **Memória Cacerense.** Cáceres, MT: Carlene & Caniato. 1998.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O Campo do Patrimônio Cultural. Uma Revisão de Premissas. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural / Vol. 1 pág. 25-39.

MENEZES, Maria Cristina. A escola e sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade de interlocução. Pró-posições, V. 16, n. I, p. 46, jan./abr. 2005

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. In: Projeto História n. 10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História do Departamento de História. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Almyr Félix Batista de. Memória, História e Patrimônio Histórico: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. Aracaju SE: Editora UFS – Universidade Federal de Sergipe, 2011.

OLIVEIRA, Milena Behling. Lugares e Memórias: Patrimônio Afetivo de Morro Redondo – RS. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas / Universidade Federal de Pelotas, 2019.

ORIÁ, Ricardo. Memória e Ensino de História. In: Circe Bittencourt (org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula.** 12. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017. – (Repensando o Ensino).

PELLEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio Cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias**. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 27, n. 53, jan/jun. 2007, p. 11-23.

_____. **Em Busca de uma outra História: Imaginando o imaginário**. Rev. Bras. De História. São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

_____. **História, memória e centralidade urbana**. Rev. Mosaico, v. 1, p. 3-12, jan/jun., 2008.

PINHO, Rachel Tegon de. **Cáceres. Olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz**. In: **CHAVES**, Otávio Ribeiro; **ARRUDA**, Elmar Figueiredo de. (Orgs.). História e Memória Cáceres. Editora UNEMAT. Cáceres, 2011.

_____, **Entre monumentos e documentos: Reflexões sobre os tombamentos de Cáceres/MT**. Artigo publicado no XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social – ANPUH, Natal/RN, 22 a 26 de julho de 2013.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 2-15.

POSSAMAI, Zita. **Leituras da cidade** / Zita Possamai (organizadora). Porto Alegre: Evangraf, 2010.

RICOUER, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.
SANTOS, Irene da Silva Fonseca dos. **Patrimônio Histórico e Cultural: leitura crítica dos conceitos e suas implicações na prática escolar**. Ponta Grossa – PR, 2008. Dissertação de Mestrado.

SARIAN, Maristela Cury. **Nomes de Ruas de um Bairro de Cáceres-MT: Nas Trilhas da Memória e da História**. Revista Ecos vol.15, Ano X, nº 02 (2013).

SILVA, Kalina Vanderlei & **SILVA**, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVA, Luciano Pereira. **Gestão Para Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Cáceres: Diversidade Cultural, Sustentabilidade e Turismo**. In: **CHAVES**, Otávio Ribeiro; **ARRUDA**, Elmar Figueiredo de. (Orgs.). História e Memória Cáceres. Editora UNEMAT. Cáceres, 2011.

SOARES, André Luís Ramos. **Educação patrimonial: valorização da memória, construção da cidadania, formação da identidade cultural e desenvolvimento regional**. In: Soares, A. L. R. et al. Educação Patrimonial: relatos e experiências. Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

TEIXEIRA, Cláudia Adriana Rocha. **Educação Patrimonial no Ensino de História**. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 199-211, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos>.

TORRES, Tatiana Carilho; **SCHIAVON**, Carmem Gessilda Burget. **Educação Patrimonial e o ensino de história das cidades**: Revista Memore, v. 2, n. 2 (2015).

ZANELLA, Andréa Vieira (Orgs). **Arte e Cidade, Memória e Experiência**. Teresina: EUFDI, 2020.

ZANIRATO, Silvia Helena & **CAVICHOLI**, Andrea. **Estratégias de Conservação do Patrimônio Cultural Material**. In: Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 3, n. 8, jan/jun./2013.

SITES

www.cultura.gov.br/patrimonio

www.instanteeternno.blogspot.com

<https://educapes.gov.br>

<https://br.pinterest.com>

www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao34

www.portaliphan.gov.br

[https://periodicos.furg.br>biblos](https://periodicos.furg.br/biblos)

www.historiadematogrosso.blogspot.com

www.portaldomec.gov.br

www.jornaloeste.com.br

www.mt.gov.br/arquivopublico

www.cacerespatrimonio.blogspot.com

www.educapes.capes.gov.br/guiadidaticodeeducacaopatrimonial

www.cidades.ibge.gov.br

ANEXOS

Anexo 1: Questionários Alunos

Questionário 1

- 1) Quantos anos você tem? 12
- 2) Onde você nasceu? Cáceres
- 3) Em que bairro você mora? Jardim Aeroporto
- 4) Você sabe o que é Patrimônio Cultural? Sim ☐ Não ☐ mais ou menos
- 5) Já ouviu falar em Tombamento? Sim ☐ Não ☒
- 6) Sabe o que é Centro Histórico? Sim ☐ Não ☒
- 7) Conhece a História de Cáceres/MT? Sim ☒ Não ☐
- 8) Já ouviu falar do Patrimônio Cultural de Cáceres/MT? Sim ☐ Não ☒
- 9) Conhece o Centro Histórico da Cidade? Sim ☐ Não ☒
- 10) Costuma frequentar a Praça Barão? Sim ☒ Não ☐
- 11) Já ouviu falar do Marco do Jauru? Sim ☒ Não ☐

Sabe o que ele significa? Sim ☐ Não ☒. Fale sobre o que você sabe

CS Digitalizado com CamScanner

Questionário Sobre Patrimônio

- 1) Você costuma frequentar o Centro Histórico de Cáceres? Sim ☐ Não ☐ Às vezes ☒
- 2) Que local te chama mais atenção?
A praça Barão, a escola Esperidião Marques, a casa Ben
- 3) Você acha que o Centro Histórico deve ser preservado? Sim ☒ Não ☐
- 4) Você acha que o patrimônio edificado da cidade representa você e sua família? Sim ☐ Não ☐ Alguns ☒ Qual?
A praça, a igreja, a praia do Dameron, o hospital
- 5) Você conhece a Praia do Dameron? Sim ☒ Não ☐ Sim Luiz
- 6) Que lugar você costuma frequentar na cidade?
Praça Barão, a praça do coque novo, a Catedral e a feira
- 7) O que você acha importante estudarmos que representa o seu patrimônio e de sua família?
A feira, a escola, a Sematur e a igreja
- 8) Quais lugares você apontaria como patrimônio cultural de Cáceres?
Praça Barão, Catedral, Banco Sacred, a feira, o Marco do Jauru, minha escola, a escola Esperidião Marques

CS Digitalizado com CamScanner

Aluno: Pedro - Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2019

Questionário 1

- 1) Quantos anos você tem? 13
- 2) Onde você nasceu? Cáceres
- 3) Em que bairro você mora? Cohab Novo
- 4) Você sabe o que é Patrimônio Cultural? Sim X Não
- 5) Já ouviu falar em Tombamento? Sim Não X
- 6) Sabe o que é Centro Histórico? Sim Não X
- 7) Conhece a História de Cáceres/MT? Sim X Não
- 8) Já ouviu falar do Patrimônio Cultural de Cáceres/MT? Sim X Não
- 9) Conhece o Centro Histórico da Cidade? Sim X Não
- 10) Costuma frequentar a Praça Barão? Sim X Não
- 11) Já ouviu falar do Marco do Jauru? Sim X Não

Sabe o que ele significa? Sim X Não . Fale sobre o que você sabe

Sei que é alguma coisa sobre a história de Cáceres que aconteceu a muito tempo.

CS Digitalizado com CamScanner

Questionário Sobre Patrimônio

- 1) Você costuma frequentar o Centro Histórico de Cáceres? Sim Não Às vezes X
- 2) Que local te chama mais atenção?
A Praça, O Sematuro, O Hospital São Luiz.
- 3) Você acha que o Centro Histórico deve ser preservado? Sim X Não
- 4) Você acha que o patrimônio edificado da cidade representa você e sua família? Sim Não Alguns X Qual?
A Catedral
- 5) Você conhece a Praia do Daveron? Sim X Não
- 6) Que lugar você costuma frequentar na cidade?
Minha escola, A praça do Cohab, A Catedral, Praça Barão
- 7) O que você acha importante estudarmos que representa o seu patrimônio e de sua família?
A Catedral, A escola Cmo Maria
- 8) Quais lugares você apontaria como patrimônio cultural de Cáceres?
Minha escola, O Sematuro, O Hospital São Luiz, Catedral, Cemitério São João Batista.

CS Digitalizado com CamScanner

Aluno: João -Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2019

Anexo 2: Oficinas e aula campo (2019)



Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira /2019

Figura 15: Desenho Catedral São Luiz



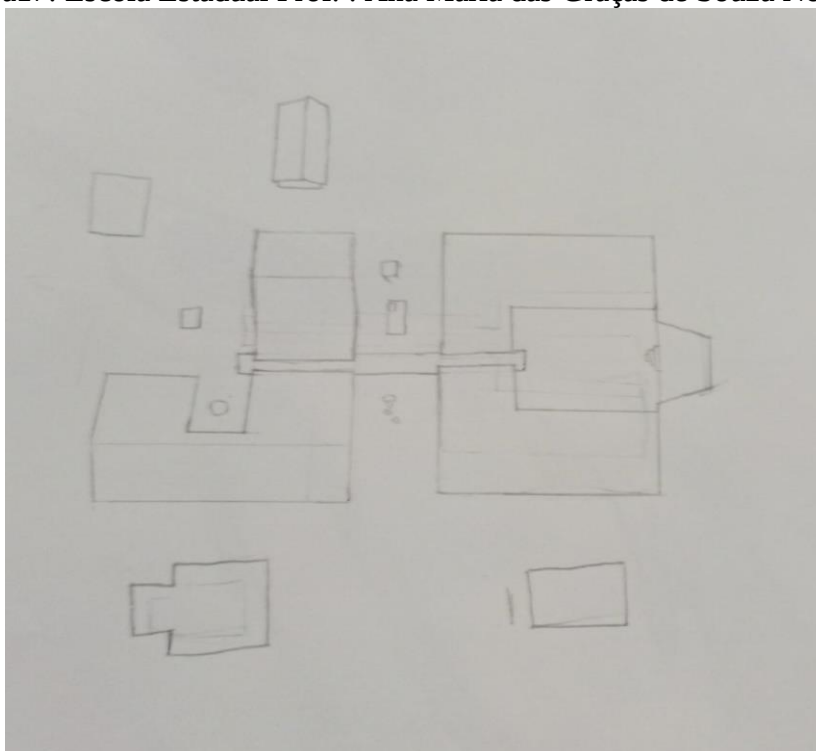
Aluna Maria -Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira / 2019

Figura 16: Desenho Marco do Jauru



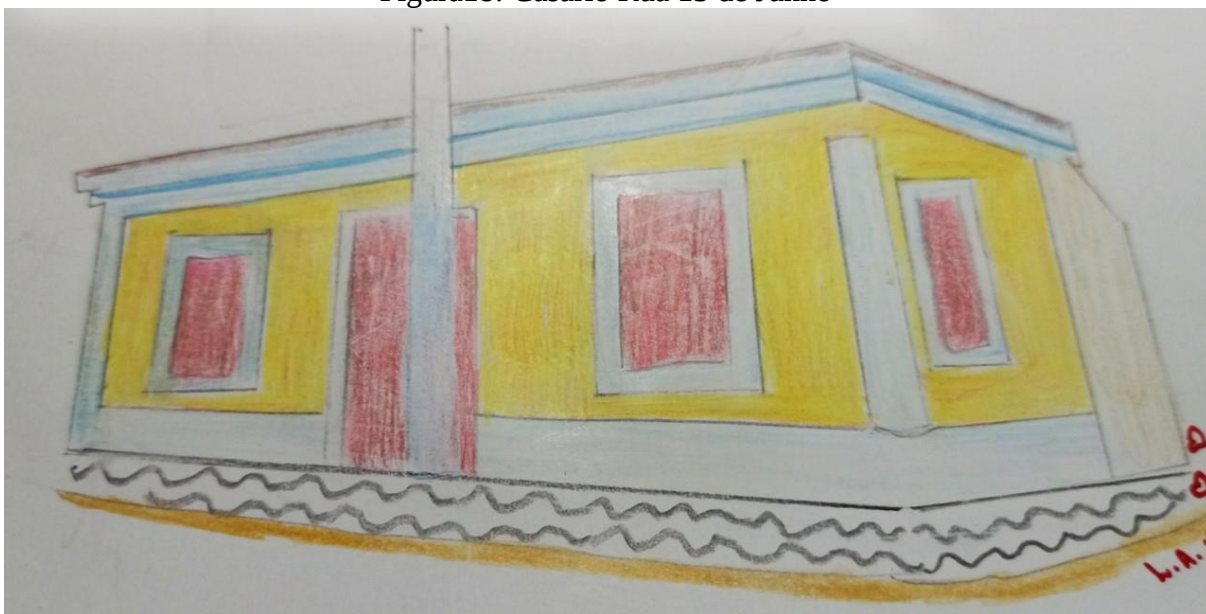
Aluna Samara- Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira /2019

Figura17: Escola Estadual Prof.ª. Ana Maria das Graças de Souza Noronha



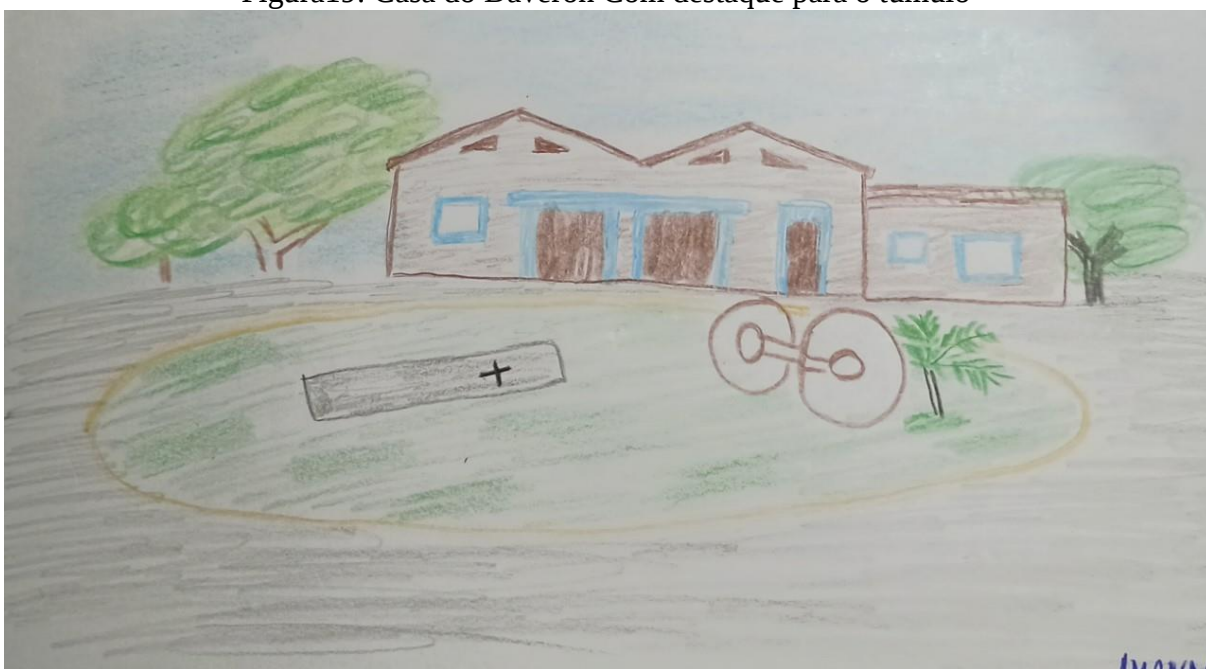
Aluno Fabrício - Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira /2019

Figura18: Casario Rua 13 de Junho



Aluno Lucas- Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira /2020

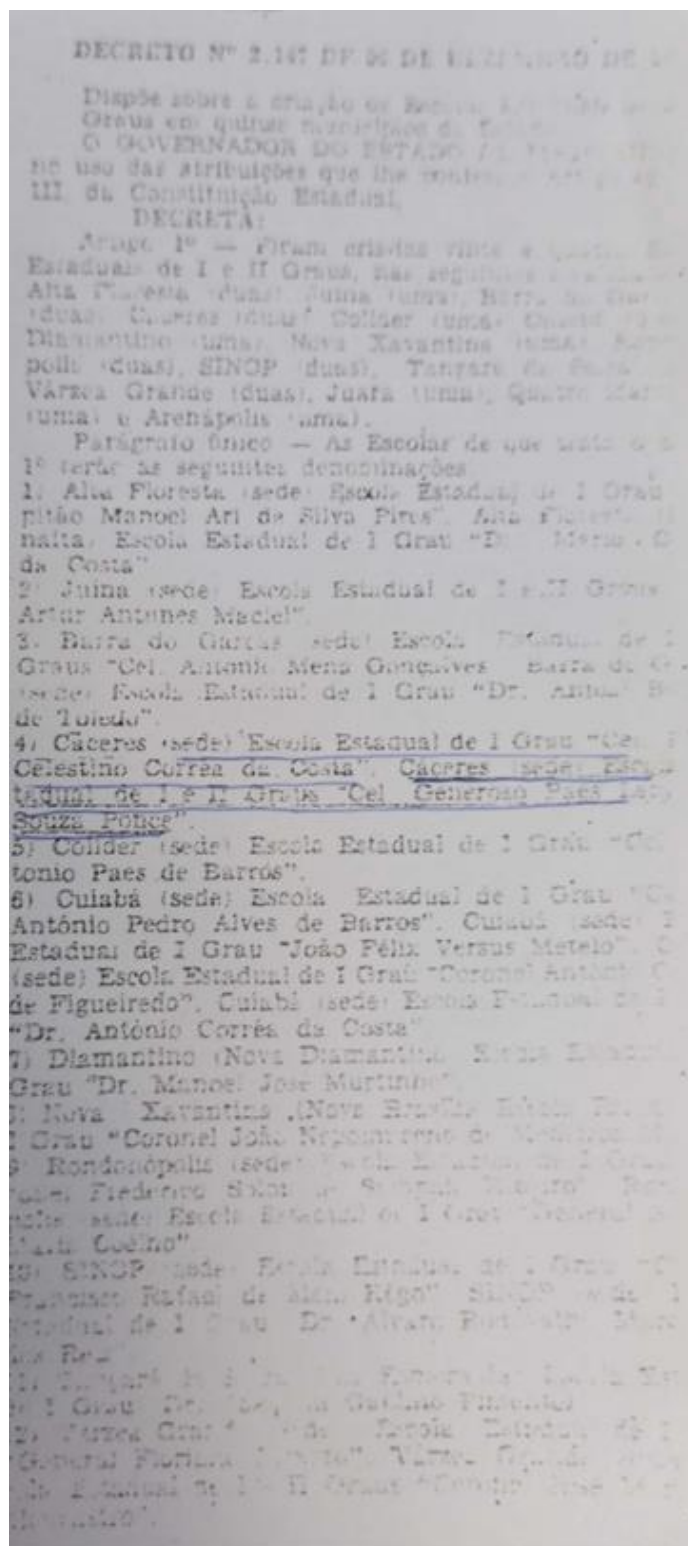
Figura19: Casa do Daveron Com destaque para o túmulo



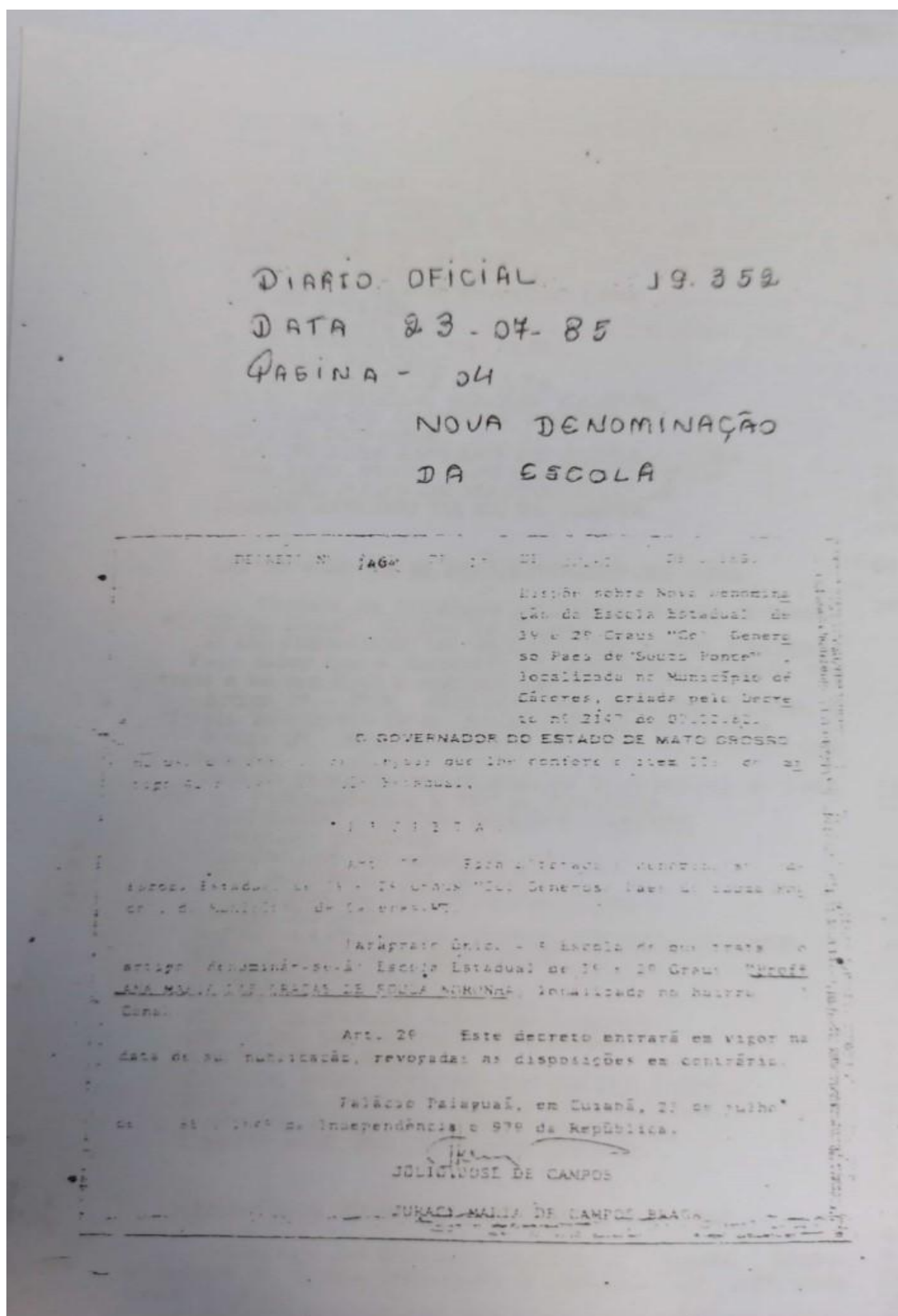
Aluno Antônio - Fonte: Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira /2020

Anexo 3: Documentos Escola

Decreto de Criação Nº 2147/82



Nova Denominação da Escola 1985



Análise de Desempenho da Clientela Estudantil no Período de 1999 A 2003



ASSESSORIA PEDAGÓGICA - CACERES-MT.

E. E. "Prof. Ana Maria das Graças de Souza Noronha".

CRIAÇÃO DEC 2147/82 AUT. RES 152/91 RECONHECIMENTO PORT 3277/92
END. RUA DOS MONTEIROS S/N, CACERES-MT CEP 78 200-000 TEL. 222-2528HISTÓRICO**ANÁLISE DO DESEMPENHO DA CLIENTELA ESTUDANTIL NO
PERÍODO DE 1999 A 2003.**

A Escola Estadual "Profª Ana Maria das Graças de Souza Noronha", criada pelo Decreto nº 2147/82 e regulamentada pelo Decreto nº 1464/85, iniciou suas atividades em abril de 1985 com cerca de 500 alunos. A clientela, oriunda dos bairros: Taboão Nova, Jardim Padre Paulo, Vila Nova, Massa Barro I e II, Vista Alegre, Betel, Jacararas e Sítios adjacentes, pertence, em geral, à classe média baixa.

Em princípio foi autorizado o funcionamento do Ensino Fundamental, Resolução nº 023/89 e posteriormente o Ensino Médio, através da Resolução nº 152/91, em forma gradativa.

Com uma clientela de 1.295 alunos, atendidos nos períodos matutino, vespertino e noturno, em 1999, implantou-se o CBAI (Ciclo Básico de Aprendizagem Integral) com 68 alunos e o CBAC (Ciclo Básico de aprendizagem Continuada) com 103 alunos, dos quais apenas 10 foram transferidos. Já, no ensino seriado, mais especificamente na 3ª e 4ª série observou-se que além dos 27 alunos transferidos, 16 não compareceram e 11 ficaram reprovados. Assim, dos 221 alunos matriculados nas séries iniciais apenas 167 foram promovidos para a série seguinte.